

CONVITE À HISTÓRIA

COLEÇÃO
ENCICLOPÉDIA DE CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS

Sob a direção de Mário Ferreira dos Santos

- 1) CONVITE A CIÊNCIA I — de Júlio Minhan
- 2) CONVITE A CIÊNCIA II — de Júlio Minhan
- 3) CONVITE A CIÊNCIA III — de Júlio Minhan
- 4) CONVITE A CIÊNCIA IV — de Yolanda Lhullier dos Santos
- 5) CONVITE A FILOSOFIA — de Mário Ferreira dos Santos
- 6) CONVITE A PSICOLOGIA PRÁTICA — de Mário Ferreira dos Santos
- 7) CONVITE A ESTÉTICA E A DANÇA — de Mário Ferreira dos Santos e Nádia Santos Nunes Galvão
- 8) CONVITE A HISTÓRIA I — de Yolanda Lhullier dos Santos
- 9) CONVITE A HISTÓRIA II — de Yolanda Lhullier dos Santos

ENCICLOPÉDIA DE CONHECIMENTOS
FUNDAMENTAIS
VIII

C O N V I T E
À
H I S T Ó R I A

1.º VOLUME

DE

YOLANDA LHULLIER DOS SANTOS

LIVRARIA E EDITORA LOGOS LTDA.
Rua 15 de Novembro, 137 — 8.º andar — Tel.: 35-6080
S Ã O P A U L O

1.^a edição, setembro de 1961

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Livro impresso para a Livraria e Editôra LOGOS Ltda.,
pela Gráfica e Editôra MINOX Ltda, rua Mazzini, 167,
São Paulo, em setembro de 1961

Í N D I C E

Prefácio	11
O Conceito da História	15
Síntese Geral Prévia	39
O Conceito da História Universal	41
Os Sistemas da História Universal	51
A História e o Presente	53
Suposições da História Universal	63
As Formas Fundamentais da Consideração Histórica Universal	77
Panorama Geral da História Universal	91
A Influência dos Factores Geográficos na História	93
Até Onde Vai a Influência dos Factores Geográficos na História?	95
O Estudo das Raças Humanas	101
As Origens da Linguagem, Religião e Arte	103
A Idade da Pedra Lascada ou Paleolítica	107
A Idade da Pedra Polida ou Neolítica	109
Os Árias na Europa	111
As Origens do Egipto	113
A Civilização Egípcia	121
As Primeiras Civilizações Mesopotâmicas	127
Os Semitas na Palestina	133
Moisés	138
Os Fenícios	139
Os Hititas	143
Os Árias na Pérsia	145
Os Árias na Índia	149
Emigrações no Pacífico	153
Os Mongóis e os Chineses	155
A Raça Negra	159
A Grécia	163
O Pensamento Grego	173
As Guerras Médicas	175
A Evolução do Pensamento Grego	185
O Período Helenístico	191
Buda e o Budismo	195

•

•

P R E F Á C I O

Esta obra de História, que ora apresentamos, e que faz parte desta Coleção de Conhecimentos Fundamentais, editada pela Livraria e Editôra LOGOS Ltda., tem a precípua finalidade não só de dar um panorama geral do desenvolvimento dos fatos históricos através dos tempos, mas, sobretudo, de fornecer ao leitor uma visão ampla e segura das principais maneiras de conceber-se a História, e das doutrinas, não só interpretativas, como também normativas, que disputam a primazia nos estudos da matéria.

Iniciamos apresentando o conceito de História, segundo uma notável aula proferida por Mário Ferreira dos Santos em 14/8/50, e taquígrafada por uma de suas alunas, cuja reprodução nos foi gentilmente permitida pelo referido autor. Nesta aula, situa-se, de maneira clara, a distinção entre o histórico, tomado ontologicamente, e o historial, o conjunto dos fatos, que constituem a matéria propriamente da História. Aí são devidamente caracterizadas as partes essenciais do conceito de História, a sua relação íntima com as outras disciplinas éticas e com outras disciplinas filosóficas, e também com as da ciência natural. A seguir, do mesmo autor, apresentamos um rápido panorama da Filosofia da História, no qual são oferecidos diversos elementos, que, favorecem uma visão filosófica desta matéria. A seguir, apresentamos uma síntese geral prévia destes aspectos examinados até aí, também de autoria de Mário Ferreira dos Santos, especialmente escrita para esta edição.

Estes trabalhos constituem a parte antológica desta obra, que é continuada por um estudo sobre o conceito da história universal, realizada pelo professor Dr. Johann Baptiste Weiss, bem como, do mesmo autor, um estudo sobre o conteúdo e a forma da História Universal.

Para situar o leitor dentro dos diversos sistemas, oferecidos através dos tempos sobre a História Universal, reproduzimos o famoso trabalho de Hans Freyer, no qual, partindo do exame do pensamento de Nietzsche sobre a História, analisa-o, para, a seguir, penetrar nas suposições da História Universal, examinar os diversos sistemas construídos através dos tempos, que representaram um grande papel no desenvolvimento desta matéria até alcançar os nossos dias, onde são examinadas, em linhas gerais, as doutrinas que buscam, filosoficamente, situar o sentido e o destino dos estudos históricos para a Humanidade.

A seguir, entrando no exame da História propriamente dita, examinamos a influência dos fatores geográficos, seguindo-se um rápido panorama dos fatores para, finalmente, entrarmos no desenvolvimento dos factos históricos, dentro de uma síntese rigorosa, e atualizada nos mais bem fundados elementos, que são grandes conquistas obtidas pelos mais conspícuos historiadores da atualidade, que refizeram e corrigiram muitas passagens clássicas, evadas, contudo, de graves erros históricos, de falsidades intencionais, obedientes à satisfação até de interesses escusos.

Temos certeza que a obra por nós organizada corresponde a duas finalidades que nos foram traçadas: primeiro, ser uma síntese actualizada e bem fundada dos fatos históricos; segundo, dar um panorama seguro das doutrinas e das diversas tentativas de interpretar a História.

YOLANDA LHULLIER DOS SANTOS

P A R T E A N T O L Ó G I C A



O CONCEITO DA HISTÓRIA

Podemos considerar os fatos como históricos, desde que tenhamos uma perspectiva tal que nos permita ver o Cosmos como um acontecer, como um produzir-se. E seguindo essas pegadas, construímos um esquema geral das ciências históricas. No entanto, é preciso que saibamos distinguir bem o que é um fato histórico como histórico, que nessa perspectiva o é todo acontecer, de o fato histórico, no sentido que o dão os historiadores.

Quando um fato ultrapassa ao campo do indivíduo e do grupo, e tem sua influência, significação ou condicionamento, quer sôbre ou para outros grupos sociais maiores, penetrando na direcção do seu destino, chamamo-lo de *histórico*. E, nesse sentido, tais fatos formam o *historial*, ou mostram seu aspecto *historial*. Podemos chamar de aspecto *historial* o conjunto de fatos acontecidos, que têm ou tiveram certa significação ou influência sôbre uma coletividade humana.

Para os gregos, a história era concebida como o relato dos fatos importantes, que êles, devido à falta de um sentir em profundidade do tempo, envolviam, confundiam com os mitos criados sôbre a sua origem e sôbre as épocas pretéritas (dos antepassados). Consideravam os gregos, o saber de duas espécies: *um saber teórico e um saber prático*. O saber prático é o saber que é dado pela experiência. O teórico vem de *teoria*, que, já vimos, para os gregos, é a contemplação, é um saber especulativo, discursivo, de discorrer, de correr daqui para ali, é o saber que o espírito constrói, comparando uns fatos com outros, e descobrindo seu nexó causal, suas origens, e incorporando-os, posteriormente numa teoria, numa visão particular dos mesmos, que os incluía conexionalmente.

Tôda teoria se funda numa especulação, num espelhar os fatos do passado, comparando-os com os fatos do presente, para descobrir, nestes como naqueles, o nexo que os liga. A teoria é, assim, uma construção do espírito feita sôbre os fatos dados pela prática. A Matemática, a Física, a Filosofia, etc., são saberes teóricos. Mas a Filosofia, para os gregos, é um saber prático. Não procuravam êles uma teoria sôbre a História, nem descobrir o nexo dos fatos, apesar de passagens de certos autores onde encontramos certas comparações e a apreensão de analogias, que já encerravam, em si, as possibilidades de ulteriores desenvolvimentos; o que se verificou no desenrolar dos estudos históricos, sobretudo em nossos dias, quando ela passa a adquirir novos métodos e novos instrumentos de trabalho, em suas combinações com a Sociologia, e que lhe darão, como já vêm dando, uma nova fisionomia, tal não era observado entre os gregos.

Analisemos, agora, quais as características fundamentais da História. Em primeiro lugar, teremos que salientar que o fato histórico se dá no tempo. Êle é sucedido; êle se dá, e passa. Portanto, é o tempo o campo dos fatos históricos. Se assim é, logo se vê que o conceito que tivermos do tempo influirá naturalmente sôbre a perspectiva que teremos dos fatos históricos. A proporção que se tiver uma visão em profundidade do tempo, teremos uma visão em profundidade da História. Como os egípcios tinham uma visão em profundidade do tempo, tinham, também, uma visão em profundidade da História, o que não se dava com os gregos, que, por não terem uma visão em profundidade do tempo, mas apenas superficial, tiveram também uma visão superficial da História, confundindo o passado com os seus mitos, perdendo até a segurança cronológica dos acontecimentos pretéritos. Enquanto os egípcios nos oferecem, com uma exatidão pasmosa, as datas de suas dinastias e os períodos certos dos reinados de seus diversos faraós, os gregos nos deixaram tamanhas dúvidas sôbre os fastos da sua história, que, para reconstruí-la, foram exigidos esforços sôbre-humanos dos estudiosos. Não sabemos se a figura de um Licurgo foi real ou apenas mítica, mas sabemos da realidade dos mais simples personagens das primeiras dinastias egípcias.

Como a perspectiva e a visão do tempo varia de cultura para cultura, varia também sua perspectiva da Histó-

ria. Para os gregos, a História é apenas dos homens. Mas, na cultura fáustica, com Bacon, já verificamos que a História é concebida, não apenas como do campo antropológico, mas também dos animais e das coisas, de todos os seres que se dão no tempo e no espaço. Dessa forma, temos uma visão *histórica* do mundo. Mas, no estado atual dos nossos conhecimentos sobre a História, como o produzir-se do acontecer cósmico e como dos fatos importantes da vida humana, podemos apontar a essência da História? Dizem alguns que a essência da História está em sua irrepetibilidade. O histórico não se repete, porque a perspectiva histórica é consequência da posição que tomamos, de cujo ângulo visualizamos apenas o aspecto irrepetível dos fatos. Cada fato, que se dá, é novo e único em si mesmo. Mas, cada fato também repete algo dos fatos passados, porque, do contrário, todo o existir seria de uma diferença absoluta, e não nos permitiria o conhecimento. Conhecemos porque há aspectos que se repetem, e é sobre o repetível que construímos a ciência, construímos um saber. Mas o fato histórico, como tempo, é irrepetível, porque o minuto que passa, não retorna; é sucedido, é substituído. Sabemos que Napoleão Bonaparte não será repetido, não retorna; mas sabemos, no entanto, que as condições que geram um Bonaparte, o bonapartismo, sob certos aspectos, se repetem.

Não podemos reverter o tempo, não podemos tornar presente o passado, no entanto podemos reverter o espaço, podemos medir da direita para a esquerda, como da esquerda para a direita. Se dizemos que algo tem tantos metros de comprimento, tanto pode ser considerado da direita como da esquerda, mas o tempo não! O tempo é irreversível. Ora os fatos históricos são irreversíveis, e essa irreversibilidade é dada pelo tempo, porque aqueles se dão no tempo. Em toda natureza, já vimos, dá-se a irreversibilidade. Todos os fatos são irreversíveis. Mas, então, como seria possível a ciência, como seria possível conhecer, se não se dá a reversibilidade? Como poderíamos comparar um fato com outro, para descortinarmos o nexo que os liga? Podemos, porque o espírito humano tem essa capacidade de reverter os fatos do passado, através das imagens que deles guardamos.

Não revertermos os fatos, mas apenas as imagens. Essas já não são vivas, dinâmicas como fatos, mas estati-

zadas, paradas por nós. Mas, em que consistem essas imagens? Ora, elas não são os fatos, mas apenas cópias daqueles. Não são os fatos que retornam, mas certos aspectos, notas, que os reproduzem. Não são, portanto, vivas, dinâmicas como os fatos, mas apenas notas, inteccionadas pelo nosso espírito, pela nossa inteligência, que é a função que escolhe entre (de *inter*, em latim *entre*, e o radical *lec*, que significa escolher). A inteligência é a função de escolher entre, de selecionar entre muitos aspectos captáveis os que o espírito pode captar e, com eles, recordar, reverter o passado, não como produzir-se, mas como produto, não vivo e dinâmico, mas estático.

Então, temos aqui os meios para bem distinguir a História da Sociologia. A Sociologia actualiza as notas que se repetem dos fatos, enquanto a História, apenas actualiza as irrepetíveis. Quando dizemos que a História se repete, actualizamos apenas as notas que se repetem, não o fato em sua unicidade; olhamos mais o lado sociológico que propriamente o histórico. Mas direis: Não se dão os fatos históricos apenas no tempo; dão-se também em um local, no espaço, portanto. Sim, realmente se dão também no espaço, mas como algo que sucedeu no espaço. O que resta da História, no espaço, é o produto e não o produzir-se. A História é o produzir-se, porque é dinâmica, é tempo. O que produziu, o que ficou, monumentos, arte realizada, obras em geral, são o produto, que nos permitem, através deles, captar algo daquele produzir-se. Não é, porém, o produzir-se. Assim a História é irreversível como produzir-se, mas reversível como produto, ou, para usarmos da nossa linguagem, é reversível como extensidade, mas irreversível como intensidade. Como intensidade, temos genuinamente a História, que é sempre viva; como extensidade, temos o que traz marca histórica, o que pertence ao estudo da História, à historiografia, à descrição dos fatos.

Então podemos dizer que a característica fundamental da História é o irrepetível, que é a sua essência. A memória não é uma repetição, mas o debruçar do espírito sobre o passado; não é tornar outra vez um produzir-se da História, mas apenas apontar o seu produto. Assim, o fato histórico, como histórico, é tempo, é irreversível. Se actualizarmos uma dessas maneiras de ver a História, ou ambas,



Guerreiro grego

podemos formar o seguinte esquema, à semelhança de Spengler:

MORFOLOGIA	extensidade (objetivação do produto)	Mecânica Causalidade Especialização Sistemática	como sistemática (experiência cien- tífica)
DA HISTÓRIA	intensidade (objetivação do produzir-se)	Orgânico Direção, vetor- -destino Temporalização	como fisionômica (experiência com vida).

Quem vê a história apenas extensivamente, como objetivação do produto, tende a ver mecanicamente os fatos históricos, a atualizar uma causalidade rígida, a sistematizar o acontecido. Quem a vê apenas como um produzir-se, aponta-lhe a direção, como se fôsse uma vida, como se fôsse uma estrutura biológica, atualizando apenas o lado temporal. O estudo da História, para ser um estudo proveitoso, e de frutos benéficos, não pode afastar-se de uma concepção que englobe ambos aspectos, que permita a formação de uma visão concreta, connexionando os aspectos meramente históricos, como irrepetíveis, com as realizações, as obras feitas, as quais servem para indicar um novo caminho capaz de permitir o vislumbrar dos aspectos sociológicos, para uma visão filosófica e histórica da cultura humana em geral, e da História em particular.

Assim, considerar a morfologia da História pelos dois lados, que se antagonizavam, é ver a História em sua unidade. É ter dela uma visão viva, *orgânica*, e ao mesmo tempo sistemática, é não deixar-se arrastar por valorizações apenas unilaterais, actualizando o lado extensista ou o intensista, o que nos levaria a uma compreensão meramente abstrata, e, sim, a uma posição concreta, capaz daí, de poder captar, da História, os nexos que permitem concluir muito em benefício do homem. Entretanto, não se pense que aconselhamos uma posição intermédia. Tal não seria aproveitável, como raramente é aproveitável todo o meio termo teórico. É preciso distinguir os extremos, para pô-los um em face do outro e tornarem-se, assim, produtivos de algo superior, pela constatação das diferenças, ou pela superação dos extremos por uma concepção superior analogante. Vamos a exemplos que esclarecem melhor:

Se estudássemos os gregos, apenas por uma catalogação de suas obras, apenas por uma sistematização cronológica das suas diversas épocas, registrando fatos, pondo-os em ordem, descobrindo-lhes a verdadeira posição cronológica, observando as obras realizadas, medindo-lhes os templos, observando as notas características dos seus estilos, procurando ver até onde irradiou a sua influência; se assim procedêssemos, estaríamos apenas atualizando o produto, e *sabendo muito* sobre os gregos. Mas deixaríamos de saber outro lado importante, deixaríamos de compreender, bem nitidamente, a alma grega. Ora, a alma grega não é algo estático, mas algo que se deu dinamicamente. Algo que criou; algo que permitiu que se produzisse tudo isso que está catalogado nos manuais. Sem penetrarmos nessa alma, não poderemos compreender o seu produzir-se. Naturalmente que não poderemos ser gregos, sentir o mundo como eles sentiam em todos os seus aspectos, mas podemos, muito e muito, penetrar nessa alma, vivê-la, ter uma vivência dessa alma e, então, sentir e compreender, de uma forma viva, o que eles produziram. Assim necessitamos, ao estudar a História, penetrar nela como um produto e um produzir-se, para que possamos ter dela esse saber intelectual, de que já falamos, ao lado de um saber *páthico*, afectivo, essa *frónesis*, de que nos referimos nas aulas anteriores.

Assim sendo, a construção de uma ciência da História só pode ser feita com o auxílio da Sociologia, isto é, pela interpenetração dos âmbitos de estudo, tornando ambos campos ciência da História, que poderíamos chamar Socio-historiologia ou Histo-sociologia. E natural que, quanto às leis, diremos apenas que há constantes sociológicas, invariantes sociológicos, que penetram no terreno da História. Quanto à finalidade, podemos dizer que muitos aceitam uma teleologia na História; isto é, que os fatos históricos obedecem a uma finalidade, tendem a uma meta.

(Aula proferida por Mário Ferreira dos Santos em 14/8/50, e taquigrafada pela srta. Sônia Prestes).

A HISTÓRIA E A FILOSOFIA DA HISTÓRIA

Estamos atravessando uma época *sem crença e sem fé*. Nunca o homem extroverteu-se tanto, voltou-se tanto para as coisas. Vemos uma filosofia agonizar por entre o malabarismo de formas decadentes, como o malabarismo das discussões sobre Estética. Sentimos que não há mais um querer que impulse os homens a transcenderem o campo de suas atividades. O pessimismo aflora em todos os lábios, porque já encheu de fel todos os corações.

Temos um ideal para o amanhã? Não vivemos, na realidade fática, presa de uma completa incompreensão dos meios e dos fins?

Não valorizamos uns para desaprovar outros, não afirmamos sempre para negar? Não nos voltamos tanto para as coisas a ponto de esquecermos o homem? É o homem uma coisa entre coisas, ou uma pessoa entre coisas ou uma pessoa entre pessoas? Vale mais o *ter* ou o *ser*?

Discutem-se os fins e os meios. "Os fins justificam os meios", afirmam uns; "os fins são justificados pelos meios", afirmam outros. Queremos um mundo melhor, afirmam quase todos. Que revela tudo isso senão a consciência de uma insatisfação geral?

Quando vemos os homens baralharem números astronômicos e se esquecerem do que têm de mais alto, vem-nos logo aos lábios uma frase: o homem perdeu em dignidade.

Essa é a dolorosa afirmação que muitos sentem. Cada um de nós perdeu muito em dignidade. Que valem ante as coisas, ante o acúmulo imenso das coisas, ante a técnica que nos apequena, ante as ciclópicas cidades que nos reduzem a vermes que se arrastam?

No entanto tudo isso é obra humana. Tudo isso traz o sangue, a inteligência, as lágrimas e o suor do homem. Todo o realizado foi um dia sonhado. O que é, não é apenas uma decepção do que se acalentou, porque há espírito. E êsse espírito palpita em tudo quanto o homem criou, modelou, configurou. É êle que não lhe permite a vitória de um pessimismo total, e dá-lhe um resquício de fé em si mesmo. Bruxoleante e crepuscular esta fé, mas muitos se esforçam em aumentar-lhe o esplendor como um fanal a iluminar os corações e a projetar uma luz firme sôbre o futuro da humanidade.

Discutiram sempre sôbre os meios e os fins, e esqueceram do mais importante: o princípio. Não há meios nem fins sem o princípio.

O que tem um bom princípio exigirá bons meios e atingirá bons fins. Se condescendermos com o nocivo no princípio, como evitaremos a degenerescência dos meios e o desvirtuamento dos fins?

Mas o homem de hoje — e essa é a dolorosa realidade — não percebe o princípio nem os fins, mas apenas se preocupa pelos meios.

E é por isso que êsse homem não tem crença nem fé. Como se prende aos meios, vê apenas o imediato.

E o imediato são as coisas, quando o fim seria a elevação do homem. Por isso, nossa era está tôda vertida, tôda debruçada para as coisas, e balbucia apenas um fim, que nada mais é que a efetivação dos meios e do imediato. E o imediato é o utilitário, o apenas utilitário, o agradável, o conveniente, o próximo, o que está às mãos. São tantas as carências, tais as ausências que gritam dentro de todos, que julgamos poder encher apenas com coisas os grandes e abissais vazios que sentimos dentro de nós.

As coisas são meios, não fins. Elas servem para, *por meio delas*, enchermos uma parte dêsse vazio. Mas se pensarmos que com elas nos completaremos, trágica será a consequência dêsse nosso engano.

O homem só se completará por si mesmo, pela sua realização, fazendo de si, quer individual, quer coletivamente, *um fim*.

Um fim e não um meio. Não nos causa mágoas profundas vermos essa crescente utilização do homem?

Não nos comove o espetáculo dos homens-máquinas, dos homens-instrumentos, dos homens-pedestal, dos homens-escala, dos homens-pedras sobre os quais são construídas as obras de uma civilização?

Não vemos hoje o espetáculo dos campos de concentração, do trabalho forçado, da exploração de milhões transformados apenas em utensílios? Elevam-se vozes que protestam, que exigem que seja o homem tratado como homem, que compreendamos que não é um meio, mas um fim.

Mas, que poderemos realmente fazer em benefício da dignidade humana se nos prendermos apenas ao estudo dos meios e dos fins?

Não é mais importante pensarmos no *princípio*, no que devemos previamente fazer para construir o homem, aproveitando as coisas?

Pois bem, êsse princípio é tudo e sempre foi tudo. Não foram os imediatistas e utilitários que criaram o que há de maior para a humanidade. Os momentos mais elevados que o homem atingiu não foram aqueles em que apenas se pensou no útil e na utilização. Não foi aquele em que se viu apenas o benefício, o lucro, a vantagem que surge desde logo. A mão daquele romano, que ante o rei etrusco, queimou-se na praça para afirmar sua fidelidade aos companheiros, não era a mão de um mercador, como não era a mão de um mercador a de Pasteur quando buscou em seus laboratórios um bem real para o homem.

Pensar no *princípio* — pois sem êle nada podemos construir de grande — é entregar-se com afã ao estudo do próprio homem.

É procurar responder as grandes e eternas perguntas e não temê-las, nem delas fugir. Para realizar o homem, devemos antes realizar cada um de nós, cultivar em nós o campo, e plantar a semente da superação humana.

E é agora, nesta sala, ao perceber todos aqui reunidos, sequiosos de empreender comigo uma longa viagem pelo campo da cultura — o campo das realizações humanas —

e comigo empreender a colocação dos grandes problemas e envidar todos os esforços para resolvê-los, enfrentar as grandes perguntas e não temer opor-lhes respostas, que me congratulo por este momento para mim tão feliz.

Nem tudo está perdido quando há quem, abandonando os prazeres fáceis, reúne-se numa sala para ouvir falar de cultura, para saber que fez o homem e o que poderá fazer, mas também para saber quem é ele, de onde veio, onde está e para onde vai.

Não é um ato utilitário, mas um ato gratuito, desinteressado dos meros interesses utilitários. É um querer fundar bem sólidamente esse princípio e dêle partir através dos meios para alcançar os fins. E como esse princípio traz em si a chama da gratuidade, do desinteresse, não tememos os meios nem os fins, porque nobres não de ser os meios e elevados os fins.

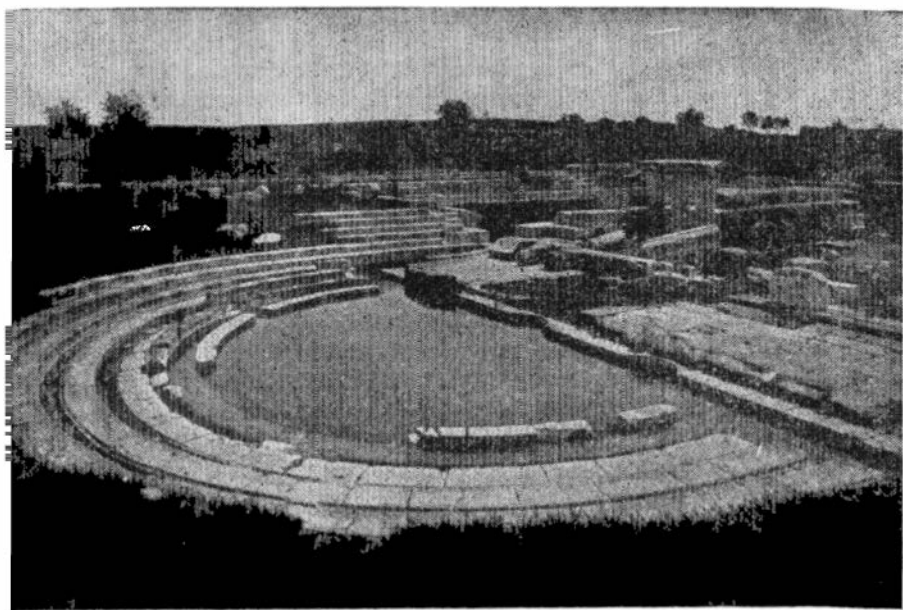
Mas deixai-me falar agora do que representa o contrário de tudo isto. O ato meramente utilitário, mas levado ao grau mais tremendamente ínfimo. Por isso vou contar-vos uma história dos nossos dias.

Durante a segunda guerra mundial, houve um instante em que tôdas as atenções estiveram ansiosamente voltadas para a abertura da segunda frente. Quando seria o dia V, o dia da vitória? Onde seria aberta a segunda frente? Onde começariam a invadir a fortaleza do hitlerismo as tropas das Nações Unidas? Tão grande era a ansiedade que homens de negócios — *hábeis* homens de negócios — logo se preocuparam em aproveitar para seu benefício esse instante. Naquele dia V todos estariam atentos aos rádios para ouvir as irradiações dos primeiros desembarques, em que muitos jovens — esperanças acalentadas dos pais e amigos — tombariam nas areias da costa européia. A irradiação daquelas notícias estariam a postos todos os ouvidos do mundo. E por que não aproveitá-la para propaganda dos produtos? E os homens de negócio — friamente, cautelosamente, hábilmente — contrataram com as estações de rádio a exclusividade daquela hora para propaganda de suas mercadorias.

Esse fato talvez tenha passado despercebido para muitos, não, porém, para todos. Aquêles fatos eram um sinal,

uma indicação clara da utilização de um momento de angústia de tôdas as mães e de todos os pais daqueles que haviam seguido para os campos de batalha.

Mas êsse fato não é o único. Repetiu-se nos dias que correm. Quando os americanos seguiram para a Coréia para resistir às tropas nortistas, havia uma interrogação em todos: quem seria o primeiro americano a tombar em batalha? Quantos corações temerosos, trementes de pavor, ante a possibilidade de que seu filho fôsse o primeiro. Pois bem, que fizeram os homens de negócio? Logo viram que



Ginásio de Siracusa, onde provàvelmente ensinou Platão

maravilhosa fonte de publicidade seria as das primeiras notícias sôbre o primeiro americano morto na guerra da Ásia. E jornalistas, radialistas, cinegrafistas, fotógrafos estavam a postos para acorrer à cidade da família do primeiro morto. Aviões estavam aprestados, e as estações de rádio prontas para o momento culminante. Os correspondentes de guerra no fronte estavam ansiosos e expectantes. E eis

que um dia, na hora meridiana, em que os homens reúnem-se à volta de uma mesa para a sua refeição principal, as ondas hertzianas levaram para o ar a notícia de que um jovem, um daqueles ingênuos e simples jovens americanos, havia tombado para sempre.

Seus pais, gente humilde, moradora de uma pequena cidade perdida no interior americano, não tinham rádio. Não foram os primeiros a saber da notícia. Estavam à mesa de refeições, quando vizinhos acorreram à porta, para um dêles, logo no umbral, exclamar: "Johnny morreu!"

Johnny... um nome que se repete incessantemente nos Estados Unidos, um nome que pronunciam tantas mães. Era Johnny, que havia morrido. A mãe desmaiou, enquanto o pai perdia o olhar na distância, como se ainda recordasse cenas que vivera ao lado de seu Johnny, dos sonhos que construía sobre o futuro do filho.

Algumas horas depois, um exército de fotógrafos, cinegrafistas, radialistas, invadiram a residência pobre daquela família; e vasculharam tudo, e fizeram as mais indiscretas perguntas. Precisavam saber tudo sobre Johnny. Queriam que os milhões de ouvintes soubessem tudo sobre o jovem que caíra no campo de batalha. E os pais do primeiro tombado, transidos de dor, foram fotografados de todos os modos numa violentação do que sempre o homem respeitou e até os animais: a morte.

Outros "Johnnies" caíram e tornarão a cair. Mas êses já são números. Apenas serão comunicados aos ouvintes e leitores dentro do abstracionismo dos números, e nada mais.

Faço um silêncio, porque aqui cabe um grande e profundo silêncio, para que possais ouvir a vós mesmos. Não quero, nem de leve, magoar o vosso silêncio.

.....

É retesando nossos músculos, galvanizando nossos nervos que podemos prosseguir. E é animados com um amor mais alto, um amor ao homem, que vos convido para comigo penetrarmos no terreno da História, examinar as obras humanas, perscrutar aquêle pobre homem primitivo por entre

os perigos da floresta, atravessar os períodos de sangue e de sonhos por que passou a humanidade até os dias de hoje, tão cheios de angústias.

* * *

Até Leopoldo von Ranke, a História foi propriamente descritiva. Apenas um relato mais ou menos obediente à cronologia dos fatos principais. Mas, com Ranke, já se buscam analogias. Os fatos da História não são apenas uma sucessão de acontecimentos que se superpõem uns aos outros. Há entre eles certas semelhanças que nos permitem investigar se têm um nexos. Cabe-nos apenas isso, ou podemos interpretar esses fatos como sinais de algo que se esconde atrás deles e que podemos revelar? Surgiu, então, várias vezes o desejo de interpretar a História.

Veremos a tentativa de Santo Agostinho, a interpretação que se processou durante a Revolução Francesa, as tentativas de Hegel, a sucessão de todas as correntes historicistas até os nossos dias mais próximos.

E por que nos interessa tanto a História? É apenas por ser ela o relato da vida dos que nos antecederam? Não. É que desejamos saber alguma coisa sobre o amanhã. Não nos contentamos se não nos sentirmos mais fortes, usando instrumentos hábeis que nos permitam investigar o futuro. Queremos prognosticar, adivinhar as possibilidades do amanhã. É um natural desejo humano, filho da curiosidade e da esperança.

Que pretendemos então fazer neste curso? Pretendemos fazer um estudo dinâmico, e por isso orgânico e dialético da História. Não apenas da História, mas do que o homem, como histórico, realizou. É natural que queiram saber o que é, em suma, *História*.

Mas se esperardes pela resposta, nada perdereis, porque lá chegaremos depois de palmilhar outros setores que nos darão instrumentos necessários e imprescindíveis para invadir tão grande e tão extraordinário terreno. Então, deixai-me dizer que iremos estudar a História, interpretá-la, aproveitar o que nos ensina a Filosofia para examiná-la, traduzir as significações, penetrar destemerosamente

pelo mundo dos símbolos e dos mitos, das lendas e das fábulas, procurar a parte empírica das formas e das maneiras de ser das culturas, mas também o nexo que as liga, o movimento, a direção, o sentido que elas tomam.

Nosso estudo terá, portanto, um pouco de Sociologia, de Economia, de Filosofia, de Psicologia, em suma, de todo saber do homem.

Procuraremos examinar as estruturas sociais, qual a coerência que as mantém ou por que elas se modificam, envelhecem, desaparecem, bem como a coexistência dessas estruturas. Para isso tudo, é necessário que estudemos alguns conceitos que iremos empregar, muitas e constantes vezes, em nosso estudo, e que são imprescindíveis para termos uma perspectiva mais segura dos fatos.

Várias vezes me ouvireis empregar êstes termos: *intensivo* e *extensivo*, *intensidade* e *extensidade*. Não poderei dizer-vos tudo quanto desejaria, porque êsses dois termos pertencem à Filosofia, mas o que vos disser será suficiente para o vosso estudo.

Imaginai um arco *tenso*, prestes a deflagar sua força de expansão, em potência ainda. Se o soltardes, essa expansão se manifesta, o arco *estende-se*, isto é, tende-se para fora (*ex*, em latim).

Pois bem, tudo que toma uma direção, uma dimensão, *estende-se*.

E êsse aspecto de qualquer fato que se estende, é o lado extensista do fato. As direções que toma um corpo no espaço mostram o lado extensista do corpo. Mas, assim como todos os corpos não são apenas extensões, e apresentam qualidades, como cores, flexibilidade, dureza, pêso, podemos dizer que êles são também intensistas.

In-tensa (*in*, para dentro) é tôda a direção inversa à de expansão. É tomada para dentro, para si mesma. O verde, por exemplo, é verde em si mesmo, não na extensão. Ninguém dirá dois metros de verde, mas apenas verde. Assim como podemos medir com uma das suas partes o extenso, não podemos medir o intenso, que apresenta apenas graus, isto é, *mais ou menos* (mais ou menos verde).



*Uma estela funerária grega, expressão equilibrada
do sentimento*

Tomemos esta fôlha de papel que temos nas mãos. Digamos que ela tem 30 cm de altura por 20 de largo. Nesse caso terá 600 cm quadrados. Podemos tomar apenas um centímetro, e diremos que é a seiscentésima parte da área dessa fôlha. Podemos dizer que o resto é 599 vezes maior, ou que o centímetro quadrado é apenas 1 sobre 600. Mas se considerarmos o branco do papel, reconhecemos que o branco de um centímetro é igual ao branco de todo o papel. Então poderíamos dizer que, extensivamente (quantitativamente), o centímetro quadrado é muito menor que o papel, mas intensistamente (qualitativamente) é igual.

Por outro lado, posso transformar êsse centímetro quadrado em medida do papel, posso usá-lo como *unidade* de medida. Reconheço que êle é uma parte do papel (quantitativamente considerado), mas com êle posso medir o papel e dizer que êle contém — sempre quantitativamente — 600 daqueles centímetros quadrados.

No entanto, já o mesmo não se dá com o branco. Não tenho uma unidade para medir o branco, e dizer que branco é composto de tantas unidades de tal coisa, que sejam partes do branco.

E para encerrar essa explicação basta que pensemos no seguinte:

Estamos agora com uma temperatura de 20 graus. Essa temperatura é *intensista*, e por quê? Pela simples razão que não posso considerá-la senão como um todo em si, e não posso admitir que, na temperatura de 20 graus, haja uma soma de 20 temperaturas de 1 grau (que seria frio) nem 10 de 2 graus, e assim sucessivamente.

Não concebo os vinte graus como soma dos outros graus, porque qualquer um dêles representa um estado intensista, e não extensista. No entanto, se digo: tenho aqui 10 metros de fazenda, incluo nos dez metros, tanto o primeiro, como o segundo e o terceiro metro de fazenda, pois os dez metros incluem todos os seus componentes. Observem agora a semelhança que há entre a extensidade e o espaço, e a intensidade e o tempo.

O *espaço* concebemo-lo como extensista, e podemos medi-lo; concebemo-lo como algo que é dado. Não concebemos

o espaço como algo que está sendo feito. Assim, não concebemos que há tantos metros de espaço e que juntamos mais um, e daqui há pouco produz-se mais outro.

Não; concebemos o espaço como algo já *produzido*, algo que está aí. No entanto o tempo, sentimos como algo que *sucede*. Um momento vem e substitui outro. O momento que passou não está aqui com o momento que passa. Ele foi *substituído* pelo novo momento e este por outro. O espaço, aceitamo-lo sempre coexistente consigo mesmo, está dado; mas o tempo, como o que sobrevém, o que sucede, o que transcorre.

Se compreenderdes bem o que expus até aqui, muitos elementos tereis para compreender os exames que faremos. Mas também posso dizer-vos que êsses conceitos ainda se tornarão mais claros, à proporção que vos mostre exemplos concretos.

* * *

Se prestardes bem atenção, é fácil ver que as coisas não são apenas o que elas nos mostram agora. Elas *são* também o que virão-a-ser. Temos aqui, exemplifiquemos, uma semente de laranjeira. Ela não é apenas esta semente, mas também a possibilidade de tornar-se uma laranjeira. Este fósforo, com que vou acender o meu charuto, não é apenas um fósforo como o vemos, mas a possibilidade de, ao sofrer um atrito, inflamar-se, produzir uma combustão e acender, assim, o meu charuto. As coisas não são apenas o que elas são agora, atualmente, mas o que podem vir a ser.

Uma queda d'água, digamos a cachoeira do Iguassu, não é apenas o tombar majestoso e imenso de massas d'água. É também aquela força que produz. Mas essa força perde-se cada instante e não é aproveitada. No entanto essa força tem a *possibilidade*, de, aproveitada, movimentar máquinas, construir cidades, realizar grandes obras.

Dizemos, então, que Iguassu tem, em *potência*, muitos cavalos de força. Para que nos serve isso? Serve-nos para compreendermos muito da História e também da realização das possibilidades humanas e das possibilidades de um povo e de uma era.

Temos assim dois t ermos que muito usaremos: *Potência* e *ato*.

O ato revela-nos gnosiol gicamente (de *gnosis*, conhecimento), isto é, permite-nos saber que há possibilidade de vir-a-ser ou isto ou aquilo. Para dizer êsse vir-a-ser temos uma palavra *devir*.

Se verificarmos ainda mais, não nos será difícil concluir que tudo o que compõe o nosso mundo está em *devir*, num constante vir-a-ser. Temos assim o que está em ato, isto é, em plena realização, e o que está em potência, o que pode realizar-se. A passagem da potência para o ato é o *devir*. Assim tudo o que  , é, porque podia ser; isto é, tinha uma possibilidade de ser.

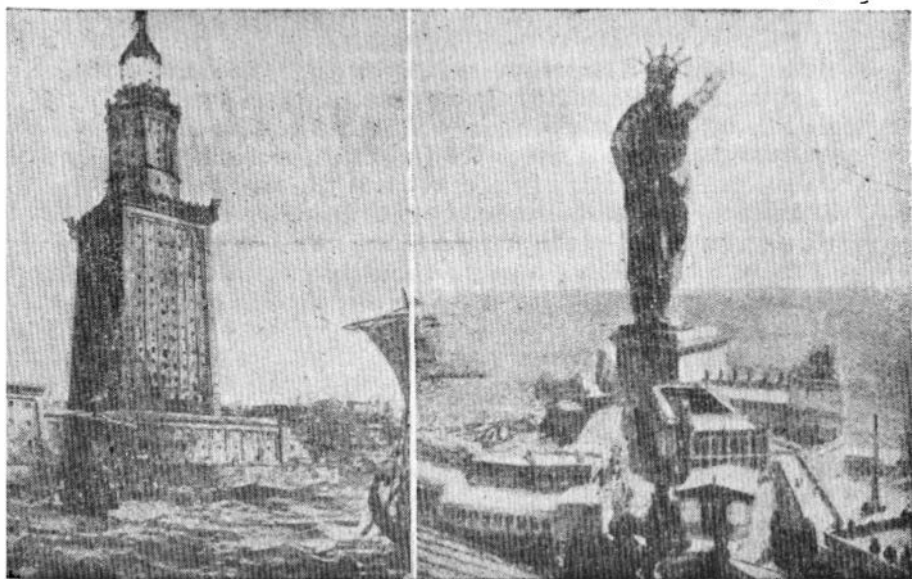
Mas, poder eis dizer: há muitas coisas que não estão em devir. Sim, há o que *não varia* também. Por exemplo, todos v s sentis que o espaço não varia, que o espaço não   ora mais espaço, ora menos espaço, porque o sentis como algo homog neo e já feito, acabado, produzido.

Em t od s as coisas que se transformam, há algo que não é *diferente* das outras, que *repete* o que já se deu.   o que repete tem um carácter de *invariante*. Se assim não fôsse, como construir mos a ciência, o saber humano teórico, o saber culto? Realmente, há um *variante* e um *invariante*, há o que muda e o que não muda. E se examinarmos o que conhecemos, logo vemos que há variações como há aspectos que se repetem, que marcam, que oferecem uma indicação do invariante. Pois êsses dois conceitos muito nos servirão para compreender a História e as realizações humanas. E com o decorrer do nosso estudo, em breve vereis quão úteis nos serão êsses dois conceitos. Não são êsses ou únicos instrumentos que necessitamos para penetrar no nosso estudo. Precisamos ainda de outros. Em face de uma obra humana, digamos um quadro que ora estejamos admirando, logo poderíamos dizer algumas frases como esta: Aqui está um quadro. Ou: Que belo, maravilhoso quadro! Como também: essa obra revela a subjetividade do seu autor!

Na primeira frase fizemos um *juízo de existência* (Aqui está um quadro). Apenas afirmamos um fato, a existência de um fato *aqui*. Também se disséssemos:  sse objeto é

um quadro, também estaríamos formulando um juízo de existência. Estávamos atribuindo ao objeto um predicado: o ser quadro. Mas quando dizemos que é um belo e maravilhoso quadro, já estamos *apreciando*, dando-lhe um *valor*. Temos, então, um *juízo de valor*. Tôda a vez que apreciamos alguma coisa, positiva ou opositivamente, podemos formar um juízo de valor.

Tudo isso é importante, porque num juízo de valor revelamos uma apreciação, uma maneira de ver e de sentir as coisas, e a História nos revela, quanto às realizações huma-



Farol de Alexandria

O colosso de Rhodes

nas, que os homens foram sempre movidos por juízos de valor, mais do que muitos pensam.

E nesses juízos de valor se revelam as afetividades humanas, o *pathos*, palavra grega, que significa sofrer, sentir, mas que, para nós, toma o sentido claro de *afetividade*.

Os homens se *interessaram*, no decurso de sua vida, por isso ou por aquilo. E êsse interêsse revelou o *pathico*, o

afetivo dos homens. Por que uma cultura dá mais valor a isto ou aquilo? Por que uma era se desinteressa por um tema, enquanto outra o considera como principal? Êsses aspectos *páthicos* são importantes e merecem ser analisados, porque, por meio dêles, muitas coisas obscuras tornam-se depois luminosamente fáceis e compreensíveis. Sim, por essa afetividade se revela o subjetivo. Assim, quando dissemos que o artista havia revelado muito da sua subjetividade, no quadro de que acima nos referimos, reconhecemos que muito da sua afetividade e também da sua psicologia, do que lhe é subjetiva, extravasou em sinais, no quadro, que no-os indica.

Então, não devemos esquecer êsses elementos: *juízos de valor*, *juízos de existência*, afetividade, *pathos*, subjetividade e conseqüentemente objetividade, porque, quando deixamos de considerar o subjetivo, olhamos apenas ao que é objetivo. Assim poderíamos continuar observando aquêlo quadro e nos interessando apenas com *juízos de existência*. Nesse caso, estaríamos apenas nos interessando pelo objetivo do quadro, pela sua objetividade. Mas, eis que nos resalta logo algo importante; é que nesse *interêsse* revelamos uma afetividade, um carácter *páthico*, porque, pelo que o homem se interessa, revela êle o que realmente é como subjetividade.

Também êsses conceitos, — instrumentos agora para nós — serão melhor compreendidos quando penetremos nos campos do nosso estudo, no decorrer dos pontos sucessivos. Há, portanto, um nexos em tudo quanto o homem faz. Êle não faz isso ou aquilo ao acaso, mas motivado por um interêsse. Descobrir o nexos dêsse interêsse em relação com os fatos, que escapam à vontade humana, é o que nos permitirá a dialéctica que empregaremos. E desde já fazemos questão de frisar: é uma dialéctica nossa, que nada tem que ver com a dialéctica marxista, como poderiam alguns pensar. E o dizemos logo, porque a dialéctica marxista apenas vê alguns aspectos dos fatos, e deixa de lado outros que ela não considera. Isto é, ela *atualiza* (considera como atual, como realizando-se agora) alguns aspectos e *virtualiza* outros (isto é, inibe-os, despreza-os), como se não existissem.

Eis aí mais dois têrmos que usaremos e que já vêdes que têm sentido claro. Quando alguém apenas considera

um aspecto, *atualiza-o*, e *virtualiza os outros*. E são importantes êsses dois conceitos, porque veremos que todos gostam de usar e de abusar das virtualizações e das atualizações. E procurar ver as atualizações, e logo denunciar as virtualizações, será a nossa maior preocupação no estudo que vamos empreender.

Mas um número imenso de perguntas devem estar agitando a todos vós. Entre elas, o que é Cultura?

O que é História? Que é Filosofia da Cultura? Que é homem? Um animal, um anjo decaído, um ser diferente na natureza?

Se é diferente dos animais, em que se diferencia e por que se diferencia? De onde veio, para onde vai?

E tôdas essas perguntas são importantes e merecem respostas.

E estudaremos as respostas que foram dadas, como também as realizações do homem no mundo da cultura.

E será pelo estudo da natureza, que poderemos obter respostas sôbre as magnas perguntas: Quem somos? Onde estamos? De onde vimos? Para onde vamos?

* * *

(Aula taquigrafada pela Srta. Sônia Prestes e pronunciada em 17/8/50) por Mario Ferreira dos Santos).

S Í N T E S E G E R A L P R É V I A

Em suma, podemos distinguir, na História, os seguintes elementos constituintes:

1.º) O fato histórico é o que se dá no suceder do tempo, sem reversibilidade portanto.

2.º) Para uma visão histórica no mundo, todos os fatos são históricos; contudo, quanto ao que se chama História, nem todos são considerados como tal. Exige-se para que um fato seja considerado histórico, que exerça êle ou tenha exercido uma determinada influência importante sobre a vida, a direção ou o destino de um agrupamento humano.

3.º) Conseqüentemente, há um terceiro elemento análogo, que realiza a ligação entre o passado e o futuro, cuja precisão nos daria o verdadeiro valor ontológico da História, o qual poderia ser enunciado do seguinte modo: o conteúdo essencial do histórico consiste na eficienticidade do passado, atuando no presente e marcando direções para o futuro.

Do exame destes três elementos, conclui-se que o valor ontológico do histórico não consiste na preteridade do fato acontecido, mas na eficienticidade do que onticamente já não se dá, mas que exerce ainda seu poder sobre agrupamentos humanos presentes, penetrando o seu atuar sobre o futuro destes mesmos agrupamentos. O valor ontológico do histórico consiste, pois, na presença atuante do passado sobre o presente e o futuro dos agrupamentos humanos.

Reduzindo o histórico apenas ao pretérito seria conceber a História deficientemente. Ela não é apenas um estudo arqueológico; é uma disciplina que busca, no presente, a influência dos acontecimentos passados, e deve procurar sua influência no futuro. Como o passado é constituído do que foi futuro de agrupamentos humanos anteriores oferece-

-nos a História lições — as grandes lições da História — que não podem ser esquecidas nem desprezadas, porque são inesgotável manancial de exemplos, dos quais podemos extrair normas de conduta para os seres humanos. Este carácter normativo da História é de grande importância para os estudiosos bem como se deve salientar o aspecto que desejamos tratar: o ser humano não se sente como uma folha seca jogada ao destino das correntes do ar, mas como um ser inteligente, que procura interpretar a História para que sirva ela, por sua vez, de meio capaz de guiá-lo a atingir a meta desejada, que é a conquista da sua plenitude social. O homem normalmente anseia pela felicidade, como pelo bem-estar. A História, porque lhe oferece sábias lições, porque lhe fornece normas benéficas de conduta, ganha uma finalidade a ser alcançada, que é a de indicar-lhe o mais seguro caminho para a conquista do bem estar social. Todas as doutrinas, que versam sobre temas referentes à melhor conduta humana para atingir esta plenitude social, dão à História este papel. Pode-se dizer que, modernamente, a maneira mais comum de considerar a História é esta. Até que ponto é ela bem fundada, até que ponto é ela capaz de dar ao homem uma esperança mais sólida, é ainda matéria de longas controvérsias, de longos estudos que talvez perdurem através da existência do homem neste planêta.

O CONCEITO DA HISTÓRIA UNIVERSAL

(Prof. Dr. Johann Baptiste Weiss)

("HISTÓRIA UNIVERSAL" T. I.)

Segundo o autor, é necessário, antes de começar-se a estudar qualquer ciência, fixar-se o seu conceito, a sua extensão, os limites, oferecendo uma divisão de suas partes, assim como a sua utilidade e uma bibliografia suplementar. Daí, êle principia a sua obra com estas palavras: *História* é uma palavra grega que vem de *histor*, aquêlê que sabe alguma coisa por tê-la visto ou conhecido intuitivamente (da raiz *Fid* — ou *Vid* —, donde vem o latim *videre* e o grego *Foidam*, ver; e neste conceito etimológico, *História* é a narração verídica, feita por "aquêlê que sabe", tendo sido testemunha, ou fundando-se em atestações.

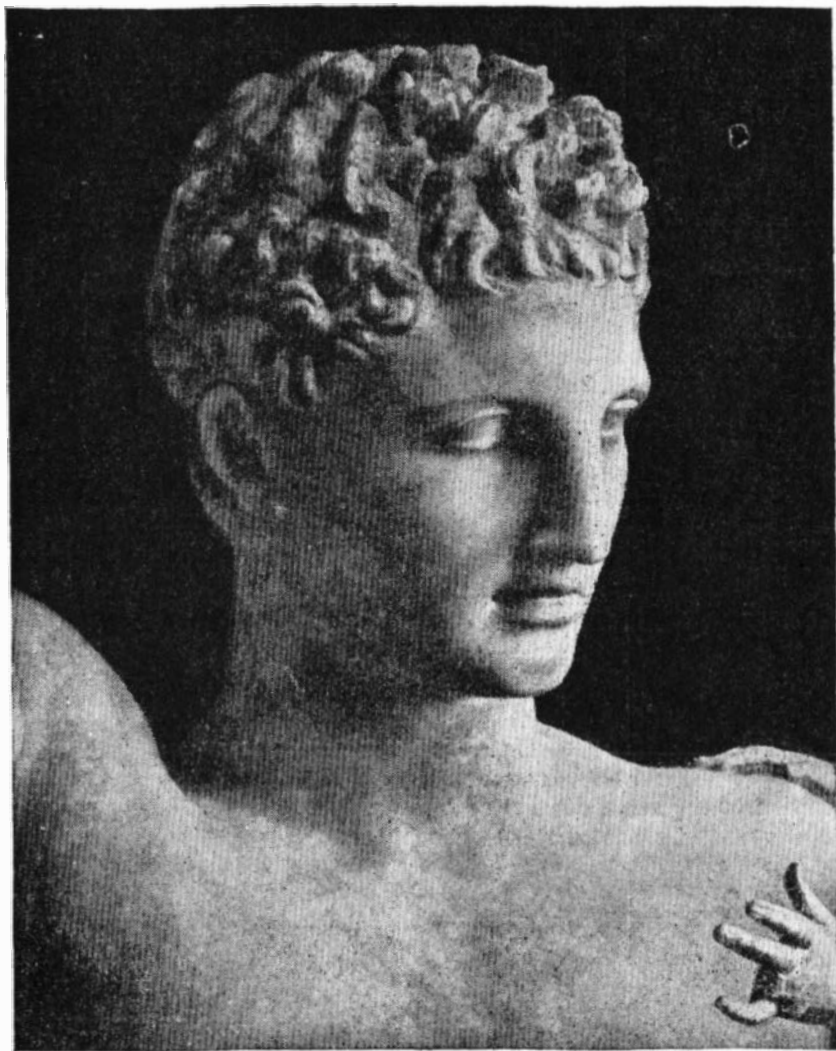
Em alemão, chamam a *História*, *Geschichte*, de *Geschehen*, o sucedido, e assim se há de conceber como narração do realmente ocorrido, do que teve existência no tempo. Neste conceito a *História* universal abarca tudo quanto ocorreu no mundo, desde o início: todos os acontecimentos da Natureza e da Humanidade, desde os mais importantes aos mais simples; e poderia definir-se assim: a exposição da vida do Universo, como se manifestou na sucessão dos tempos, parte da Natureza corpórea, parte nas livres ações da Humanidade. Mas, que cérebro humano poderia abarcar o conhecimento de tôdas estas coisas? Por isto oferece-se desde logo uma limitação da matéria, separando a *História* natural da *História* humana. A primeira se ocupa do extenso campo da Natureza; a segunda trata de descrever outra vida mais elevada; a vida que não tem seu centro fora de si, mas se desenvolve num curso predeterminado; e sim possui consciência de si, conhece-se e determina a si própria,

e modifica o mundo exterior, segundo seus pensamentos; a vida que se mostra sempre nova, a ação da liberdade; a vida dos homens, de cujo pensar e obrar pretende a História dar uma imagem intelectual. O *sucedido* (Geschehen) tem, portanto, aqui, o sentido de um desenvolvimento próprio, isto é, de modificar-se exteriormente por efeito da vida interna. Sòmente onde há *desenvolvimento* é possível a História; só onde há progresso espiritual, existe uma História pròpriamente dita.

Mas os povos que se movimentam eternamente nos mesmos caminhos e nos quais todos os acontecimentos discorrem sem produzir nenhuma mudança intelectual, nenhum progresso, encontram-se fora do mundo da História; como aconteceu até agora com os povos do interior da África, ou os selvagens das ilhas dos Mares do Sul. Sòmente onde existe um progresso no conhecer e no operar, onde aparece a diversidade e elevação de caracteres individuais, aparece a Historiografia, e segundo a bela frase de Hegel, recolhe o que flui ràpidamente, para consagrá-lo à imortalidade do templo de *Mnemósyne*. A História é, desta forma, *a imagem da Humanidade em seu desenvolvimento*.

Agora bem; tóda a vida espiritual da Humanidade move-se em três direções: para si, para o mundo e para Aquêlê a quem o homem reconhece como Autor de ambos; ao Infinito, ao qual todo o finito vai parar. A compreensão intelectual destas três relações, responde a conduta racional. O homem confirma, segundo ela, suas ações; a religião e a política, filosofia e a arte, e também os usos e costumes, são formas em que se desenvolve o espírito humano. A História nos dá a imagem desta confirmação, e é como um reflexo do brilho de suas idéias.

Mas, nós tratamos da História Universal. O homem não se contenta com o que tem mais próximo de si, e sim deseja conhecer também o remoto. Não pergunta sòmente pela história da sua família, da sua linhagem, da sua cidade; mas, porque é homem, interessa-se por todo o humano. Quantos séculos faz que os mortais habitam neste globo? Quantas gerações já passaram sôbre a Terra? Qual foi o seu proceder na prosperidade e na desgraça? Foram grandes ou pequenos? Foi conservada a memória de suas façanhas? Ou lhes faltou sòmente o inspirado cantor que trans-



Apolo

mitisse sua fama à posteridade? Donde veio a corrente dos povos e para onde se dirige? Donde há de buscar-se sua fonte e onde é o mar em que desemboca? Qual é a finalidade da nossa existência, e como corresponderam a ela nossos antepassados? Que coisas lhes devemos, e que nos terão que agradecer nossos descendentes? A nobreza de nosso espírito faz com que proponhamos estas questões e não nos limitemos ao espaço próximo nem ao momento presente; e sim, os ultrapassemos como quem pertence a uma linhagem divina. Quanto mais forte, mais nobre, é o espírito, tanto mais lhe estimula o desejo de abarcar com seu pensamento todo o Universo. Diz Hegel, com muita verdade e beleza de expressão, que a mais humana de todas as necessidades é a de conhecer o mundo, humanizá-lo e sujeitá-lo ao nosso pensamento.

Desta forma, a História universal vem a ser a imagem total do desenvolvimento da Humanidade, como de suas disposições, e da manifestação do espírito humano no tempo. O que Deus depositou no espírito humano desenvolver-se-á nêle pelo decurso dos séculos. Todas as nações participam dêste trabalho, que completa a vida da descendência humana. O germinar, o crescer, o florescer e o murchar das raças e povos; o nobre como o vil e pernicioso; o entusiasmo da nova verdade conhecida, como os mil extravios do êrro, refletir-se-ão fielmente na História; a vida do passado há de espelhar-se nela; as façanhas literárias como as políticas, os progressos como os retrocessos.

Por êste caminho, chegamos ao conceito da História universal como a exposição científica do desenvolvimento da Humanidade, a qual se manifesta em suas grandes formas e tipos, na Política e na Religião, na Ciência e na Arte, assim como nos usos e costumes. É a Ciência da Humanidade por si mesma.

CONTEÚDO E FORMA DA HISTÓRIA UNIVERSAL

A forma em que a História se expõe é diversa, segundo o ponto de vista e grau cultural em que se encontra cada povo ou historiador.

Entre seus vários graus, desde as *Genealogias* até às obras mestras de História, clássicas ou modernas, oferecem-se três formas principais: a de *crônicas* ou *anais*, a *pragmática* e a *orgânica* ou sistemática; esta última é a exigida pela nossa época.

Os *anais* começaram por consignar as festas, os triunfos dos vencedores nos certames e os eclipses, em forma de calendários. Estreitamente enlaçados com as datas e os locais, consignam o que lhes pertence, assim como as façanhas dos homens, fenômenos naturais, inundações ou incêndios.

Dos *anais* saíram as *crônicas*. Aquêles sòmente dão atenção aos acontecimentos; estas, têm um carácter distintivo que é: "o cronista consigna, de dia em dia e de ano em ano, o que sucede, sem preocupar-se do agrado da narração nem de sua conexão interna; observa simplesmente, percebe com sobriedade e inteligência, e refere sinceramente o que acontece". A crônica ou os *anais* referem-se mais aos acontecimentos que às pessoas, mais à ação exterior que aos desígnios internos; não conhecem a intriga; o historiador é do todo objetivo e vai diretamente ao seu assunto.

Esta forma de exposição encontra-se principalmente em povos, como os romanos e venezianos, pois foram pouco originais na parte intelectual, ainda que grandes na política. A crônica é a fonte de tôdas as formas superiores da Historiografia. Em tôda boa crônica, há um sôpro de vida; mas, apesar disto, esta forma não satisfaz o espírito progressivo.

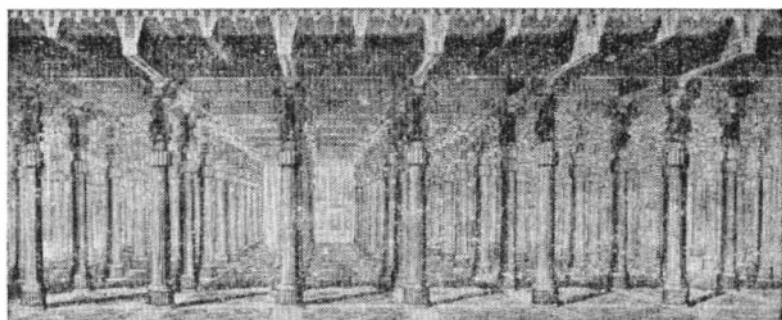
O cronista está demasiado prêso ao local e ao tempo; sòmente tem conhecimento da sua cidade, do seu país; o resto do mundo não existe para êle; mas, no mundo real, tôdas as coisas estão enlaçadas e dependem umas das outras; a História de uma cidade não se compreende a não ser na História de um povo, e a de um povo não se completa a não ser pela História de tôda a Humanidade. O cronista encontra-se prêso ao tempo, e vai passando de um presente a outro presente, de um ano ao outro ano; não trata as partes com relação ao todo e nunca chega a um verdadeiro final. Mas, uma obra histórica, tem de ser um todo completo, dotado de unidade de plano e harmonia entre as partes e o todo."

As crônicas de família marcam o caminho para as *memórias*. As *histórias* dos romanos, em sentido restrito são, em relação às crônicas, o que são os artigos de fundo de um jornal em relação às simples notícias. Têm um carácter mais subjetivo.

Mas, das *memórias* nasceu outra forma da Historiografia: a *pragmática*, a qual tem mais unidade e coesão, referindo-se sempre aos homens, enquanto o cronista faz a Divindade intervir nos acontecimentos. O *pragmático* é um psicólogo vestido de historiador e refere tudo aos desejos ou motivos humanos. Gervinus caracteriza-o muito acertadamente dizendo: "Os caracteres distintivos do pragmático são: descobrir os móveis mais remotos, as inclinações e paixões secretas; investigar os labirintos do coração e da cabeça, referir as ações humanas aos mais sutis e profundos designios, até chegar ao mais profundo dêles, que, não obstante, sempre há de ser humano, e também captar o encadeamento dos efeitos que influíram em centenas de novas circunstâncias; perseguindo desde o primeiro princípio até o último termo, pelos pontos visíveis para os demais homens; fazer-se presente em tôdas as partes, conhecer todos os móveis humanos, e contentar-se com êstes. Não adverte quantas coisas se encontram sob o sol, pelas quais se podem descobrir inumeráveis ocasiões próximas e remotas, sem conhecer por isso sua causa final; não suspeita quantas coisas se subtraem à explicação racional, por nascer do humor e do capricho dos homens; nem observa quantas outras parecem logo ter secreta conexão com fôrças invisíveis; nem conhece de que maneira, com suas explicações, fundadas em motivos fúteis, aplica uma medida mínima ao grande

curso da História Universal, a qual está ordenada conforme um plano eterno.” São trechos escolhidos desta forma da História, os caracteres de certas pessoas ou situações e o encadeamento de causas e efeitos.

O perspicaz escocês Carlyle expressa-se magnificamente: “Há historiadores que não buscam em tôdas as partes mais que causas e efeitos; que pretendem pôr atenção e tirar o suco de tôdas as coisas; que chamam a todo o desmesurado e desconhecido na vida humana de fanatismo, superstição, falsa tendência; que contemplam o grande campo da História, como quem considerasse a Natureza sòmente segundo a nomenclatura de sua botânica. Outros se detêm nos comícios e nos campos de batalha ou nas antecâmaras



Interior de um templo egípcio

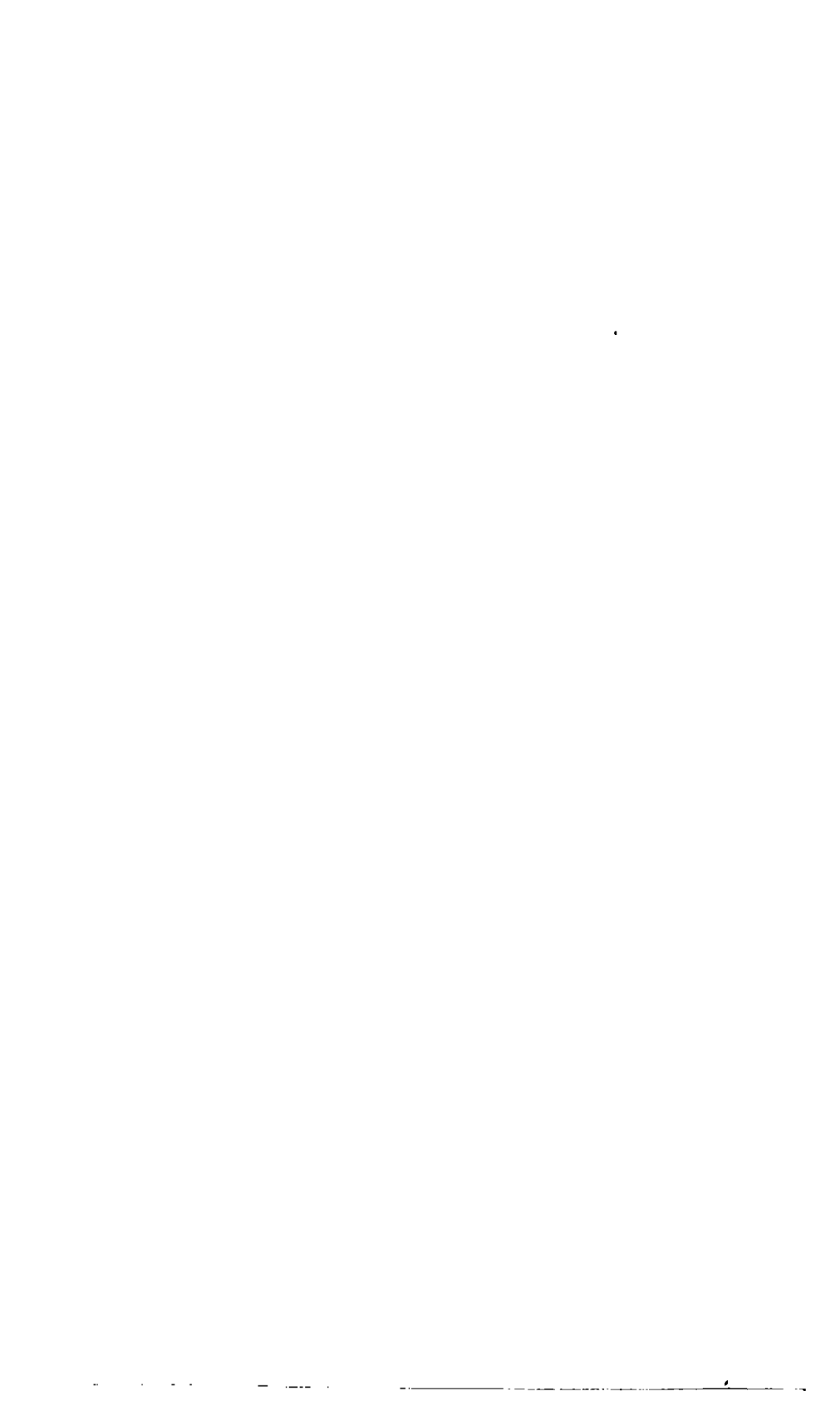
dos reis, esquecendo que, na maioria das vèzes, fluem dêstes cenários as mais poderosas correntes do pensamento e da acção, no seu maravilhoso curso, umas vèzes obscuro e outras vèzes brilhante, e que, em milhares de vales bem providos, floresce e murcha todo um mundo de sêres, com ou sem um reflexo do sol da felicidade que possa dar-lhes calor; com ou sem um sol celeste de santidade que os purifique e santifique; indiferentes a que tal batalha se tenha ganho ou perdido.”

Estas são as vantagens e inconvenientes da forma pragmática. Todo historiador há de ser pragmático; mas deve ser algo mais.

A verdadeira unidade, o fiel reflexo da vida, é o que dá uma compreensão orgânica da História. Diz-se *orgânica*, porque concebe toda a História da linguagem humana como a vida de um organismo, cujas circunstâncias se condicionam mutuamente em sua realização. Toda a Humanidade é como um homem, e a História universal é a biografia deste homem; e como na vida todo conjunto se divide em núcleos parciais, assim também, na vida da Humanidade, cada povo há de conceber-se como um todo originário, não como mero agregado de indivíduos. E como toda a Humanidade busca em sua vida um grande fim, que o Criador lhe propôs ao comunicar-lhe seus dons, assim também cada povo tem uma idéia ingênita do que há de realizar.

Cada povo possui seu espírito próprio, o qual se desenvolve em sua vida política e religiosa, assim como em suas ciências e suas artes; e se revela nas suas melhores produções, e nas grandes crises políticas pelas quais passou. Este espírito se manifesta em todas as fases do seu desenvolvimento; em sua mocidade como em sua senitude, no tempo de sua maior força, como no de sua decadência, e é como se fôra a alma do próprio povo. Conforme as leis da vida orgânica, nem todas as disposições chegam a um mesmo tempo para a sua atuação, e sim uma após outras nas diferentes épocas da vida, cada uma tendo, por sua vez, seu carácter especial, na qual brilha com particulares matizes o espírito da nação. Num período é um povo produtivo, em outro deixa de o ser e se limita a recolher os produtos do seu passado; na infância, guia-se pela intuição, e a supera na idade viril. "Na juventude dos povos e Estados — diz Bacon de Verulamio — florescem as armas e as artes da guerra; na maturidade e idade adulta, as artes e as ciências; logo, por algum tempo, ambas coisas juntas, e, finalmente, na idade senil, o comércio e a indústria." As mesmas idéias indica acertadamente, em outro aspecto Lasaulx, com estas palavras: "A vida cresce de dentro para fora e de baixo para cima, e perece de fora para dentro, e de cima para baixo. Do lavrador faz-se o cidadão; do guerreiro, o nobre e o príncipe, e quando chegam ao limite, morre a vida popular desde cima até embaixo; começando pelas linhagens das dinastias, o processo de dissolução vai descendo sucessivamente até atacar a classe dos lavradores. Quando, na juventude de um povo, é muito enérgica a força formativa da linguagem, a decadência deste se pode considerar como sintoma de mor-

te; enquanto a fantasia predomina na juvertude, um conhecimento analítico, que o divide todo e esmiuça, acelera o processo da senectude; ao passo que a fé na Divindade comunica a tôda a ação um modo de consagração elevada, a tôdas as artes e ciências um sentido mais profundo, e a todos os sentimentos um impulso mais nobre, é sintoma da proximidade da morte, que o indivíduo não crê já em Deus, e sim em si, com o qual perde a coesão do todo, e uma nação se desfaz em átomos, e talvez se deixa assimilar por povos estrangeiros e converter-se em matéria para o engrandecimento de outra nação." O povo perece com esta dissolução e sai do número dos povos independentes; deixa de existir como tal.



OS SISTEMAS DA HISTÓRIA UNIVERSAL

(por Hans Freyer)

A HISTÓRIA E O PRESENTE

Nas suas "*Considerações não atuais: Da vantagem e da desvantagem do estudo da História para a vida*", Nietzsche colocou todo o conhecimento histórico sob a superior inspecção e tutela de uma doutrina da saúde, da vida e da cultura. Com isto, assinalou o ponto de partida do qual cabe decidir o valor ou o não valor da História em geral; e não sòmente isto, mas também compreender o conteúdo e a estrutura de uma concepção determinada da História. A História serve para a vida. Os problemas e necessidades do presente determinam a medida e os limites do sentido histórico, a direção do pensamento histórico, a estruturação da imagem válida do passado.

Por dois motivos pode intitular-se não atual esta consideração de Nietzsche: primeiro, porque se atrevia a colocar em questão e assinalar como um perigo, e incluso no presente, como uma enfermidade aguda, a ciência e a educação histórica, precisamente no século em que se produzira um florescimento inaudito das ciências históricas, e que, com orgulho, chama-se a si mesmo o século da História. Em segundo lugar, porque numa época para a qual a ciência livre, sem finalidade, sòmente responsável ante si mesma, constituía um valor evidente, empreendeu a tarefa de aplicar à História normas extracientíficas e aventurou a seguinte sentença: Que a História há de ser estudada para os fins da vida.

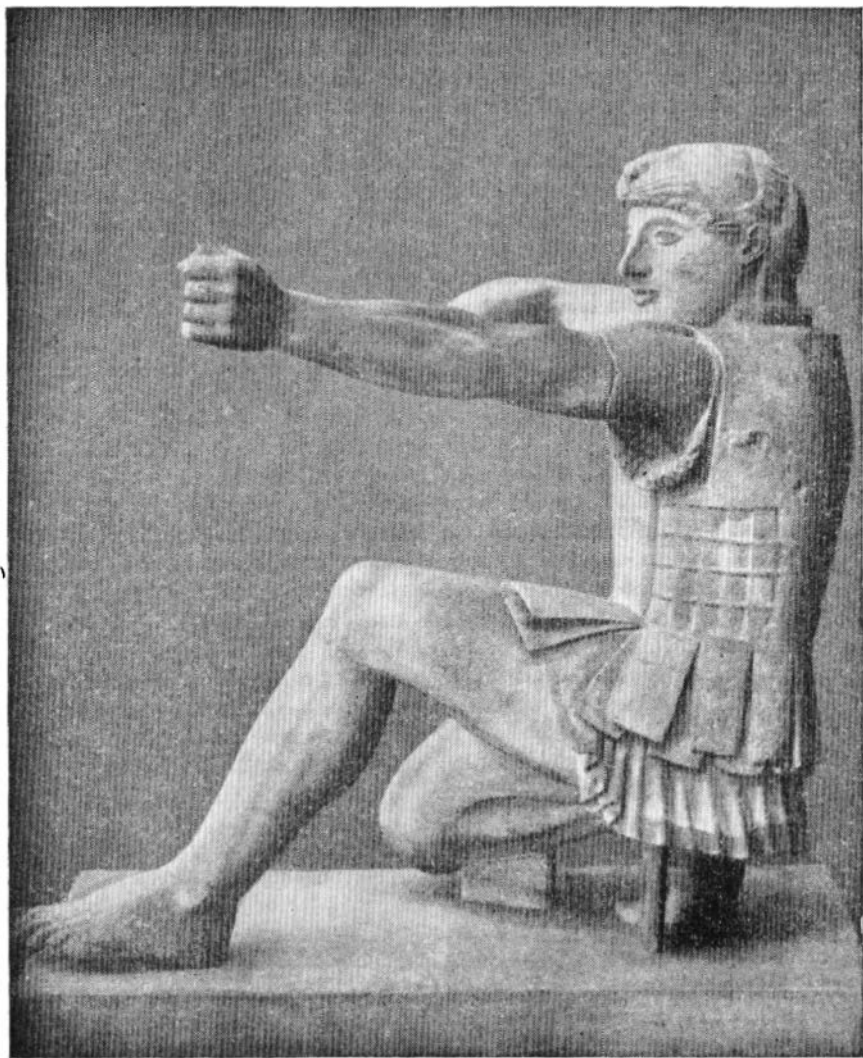
A História tem, com efeito, para Nietzsche um sentido necessário na economia de uma cultura sã. Tôda vida requer lembranças. Tôda vida espiritual, sobretudo, necessita conhecer suas origens, e tem que enlaçar conscientemente seu presente e futuro com o seu passado. Mas, nesta concepção, já está implícita a pergunta decisiva: Até que grau

a vida necessita o serviço da História? Quando começa a ser perigoso para a vida o excesso do sentido histórico? A força plástica do sujeito histórico; isto é, sua capacidade de incorporar o passado e o alheio, e de crescer conforme a sua própria lei, é o que decide até que ponto poderá a História suportar, e o que deve esquecer do passado para deixar espaço ao futuro com suas forças vitais. Somente na medida em que os homens sejam capazes de tomar o passado como um alimento substancioso, convertendo-o em sangue, e fazendo do sucedido uma sucessão histórica, poderão os homens, os povos, as culturas, viver das suas lembranças. Mas, mais longe dêste limite tem o dever de esquecer. "O ahistórico e o histórico são por igual necessários à saúde de um indivíduo, de uma povo e de uma cultura."

Esta natural e clara relação da História com a vida foi, contudo, obscurecida pela exigência de que a História tem de ser uma ciência. O saber histórico, que se fez universal, que se elevou à posição de uma potência espiritual absoluta, rompeu e sacudiu o jugo da vida. Já não regulado pelo grau da necessidade, já não contido nos limites que impunha a força plástica da vida, atua mais como debilitação do presente e desordem da atividade. Em lugar de uma cultura sã, que por si mesma possa desenvolver suas peculiaridades, aparece o caos da moderna educação e a fadiga e cansaço de uma época decadente, que quer tão-somente olhar para trás, concluir, e a quem a universalidade da visão histórica priva completamente de toda consistência interior.

Tal é a tese negativa de Nietzsche: o sentido histórico deve ficar disciplinado pela força plástica da vida, pois se se torna autônomo e universal redonda em desprezo à vida. Mas, logo vem a tese positiva. Uma vida sã não somente mantém nos seus limites o sentido histórico, mas também lhe assinala a sua direção. Não só determina a medida, como também configura o quadro válido da História, segundo as exigências do seu presente e do seu futuro. Determinados instintos e necessidades desenvolvem-se na vida espiritual, e sob a sua ação fica o passado reduzido a formas claras.

Toda vida criadora necessita ante tudo, como antídoto da resignação, a fé na possibilidade das grandezas. Infundir-lhes esta fé, é o sentido da História monumental, que demonstra que as grandezas existiram. Poderá ser que este



Guerreiro grego

modo de consideração abarque completamente o passado e ainda o falseie consideravelmente: poderá ser que grandes períodos da História fiquem esquecidos para destacar, ao invés, fatos particulares, adornados com tôdas as galas. Mas, não importa: a vida, com sua atividade e seus afãs, encontra nela impulso, modelo e alento. E assim, a História monumental cumpre seu dever para com os vivos.

Ademais, é instinto e necessidade de tôda vida valiosa o não considerar-se como caprichosa e causal, e sim saber-se nascida de um passado, herdeira, flor ou fruto de um pretérito, volvendo, piedosa, o olhar para as suas origens. Assim, a História do pretérito serve à vida. Cultiva o subsistente com mão cautelosa para manter ativas as condições de sua posterior existência, e ajunta a efêmera vida individual ao grande conjunto da raça, da cidade, do povo.

Por fim, a vida necessita também da História crítica, e necessita-a mais que nada. Seu sentido é constituir o tribunal que julgue o passado para condená-lo, se isto é necessário, livrando, assim, a resolução presente das pressões procedentes do pretérito. A História crítica é o intento da vida de dar-se, por assim dizê-lo, *a posteriori*, um passado, do qual bem poderia proceder, e diferente do passado do qual efetivamente procede: empresa perigosa, sem dúvida, mas às vezes necessária. Assim, pois, o conhecimento do passado serve aos fins do presente e a História cumpre seu dever para com a cultura, não como conhecimento puro, cuja finalidade seja o próprio conhecimento e seu aumento, e sim como galeria de exemplos monumentais, como herança fielmente conservada e como discussão crítica do passado.

As inolvidáveis fórmulas em que Nietzsche explicou esta doutrina do valor vital da História não perdem seu sentido, se as consideramos como condicionadas pelo tempo, como armas na luta contra um historicismo luxuriante. Indubitavelmente, falta nelas a contrapartida. O perigo de que a História monumental, a História narrativa e a História crítica falseiem o passado, não é considerado grave por Nietzsche, que renuncia facilmente a autonomia do conhecimento histórico e o carácter científico da História. É característico o fato de que Nietzsche prescrevesse à sua época, como antídoto contra a ciência — que sempre e em tudo vê tão-somente o advento, o histórico e nunca o que é,

o eterno — a atitude histórica quer dizer, a força de esquecer e a atitude super-histórica; ou seja, a Arte e a Religião. Isto está pensado desde o ponto de vista espiritual do ano 70; é a luta contra as realidades alemãs do filisteu educado e do pensamento histórico. Em vista da exigência de que o espírito alemão organize em si o caos, meditando sobre suas necessidades autênticas: para a elevada finalidade de uma cultura, que dá valor de eternidade à existência humana, sacrifica Nietzsche, sem vacilar, a autonomia do conhecimento histórico.

Mas, se é certo que a obra de Nietzsche é de luta contra a sua época e que suas teses são determinadas por esta atitude combativa, não o é menos que a idéia de um enlace essencial entre os conteúdos da vontade atual e a imagem da História é independente destas circunstâncias particulares e expressa um momento absolutamente válido no conceito da História. A grande verdade, dita por Nietzsche, consiste na consideração de que toda exposição histórica não somente tem um objeto histórico, como necessariamente também um sujeito histórico. Daqui se deriva o problema do sentido e valor que tem a História para quem a faz, o problema das molas espirituais, que concorrem para formar o quadro do passado, o problema do direito moral, que assiste o presente para a consideração histórica. Nietzsche vê que a História não é um simples reflexo do passado na consciência teórica das posteriores gerações, e, sim, que é, preferentemente, um produto sintético do espírito atual, alimentado pelas suas forças vivas morfogenéticas, justificado pelas suas próprias tarefas históricas. O passado tem que ser interpretado pela energia máxima do presente e pela sua atividade responsável. "As sentenças do passado são sempre como oráculos e somente como arquétipos do futuro e sabedores do presente, podereis compreendê-las."

Este profundo conteúdo da doutrina de Nietzsche tem, pois, uma validade universal. Uma sinopse dos sistemas da História universal, que se sucederam no curso do pensamento humano, deverá partir da idéia de que a consciência do presente e sua imagem da História estão estreitamente enlaçadas e de que uma influi na outra e somente em penetração podem ser ambas interpretadas. No sentido desta idéia, assinala Benedetto Croce o presente como o

carácter próprio de toda História viva, se esta não há de ser uma mera crônica sem relação significativa com o atual. E no sentido desta idéia, caracterizou Ernesto Troeltsch os dois momentos capitais da filosofia material da História; a síntese da cultura presente e a História universal, dizendo que a primeira constitui o suposto subjetivo e o princípio que determina a seleção na História universal, sendo a segunda o fundo objetivo e o material concreto da síntese cultural.

A História do pensamento histórico confirma esta conexão íntima da História com o presente, e mostra que a consideração histórica foi sempre, no seu sentido mais profundo, a inteligência do presente, e que somente aquelas épocas que rastejam em si mesmas um novo conteúdo, são capazes de ver a História com novos matizes. Os historiadores pragmáticos converteram muitas vèzes esta relação de sentido entre a História e o presente num princípio vasto de seleção. Não admitiram como objetos do conhecimento histórico mais que aquêles objetos que tinham uma referência imediata ao mundo presente e um notório aproveitamento para a orientação nêle, repudiando tudo o mais como despójo erudito. Assim pensa, por exemplo, Bolingbroke nas suas *Letters on the study and use of History*. A verdadeira História inicia-se para êle, no fundo, tão-somente do século XVI, pois, nesse século, teve sua origem o sistema político e social que ainda hoje predomina na Europa, e somente êstes últimos séculos constituem verdadeiramente a História para quem esteja vivo na sua época. Mas, isto é tornar demasiado curto e diminuir o conteúdo do presente, como suas origens eficientes. Se Bolingbroke chega à limitação tão radical da matéria, é porque coloca o estudo da História exclusivamente a serviço da ação prática política. Mas, num sentido mais amplo e profundo, atua a referência da História ao presente como princípio de seleção; inclusive naqueles sistemas da História universal, que sentem o desejo de anular a cadeia dos acontecimentos e dos seus supostos verdadeiramente no mais remoto comêço, introduzindo todo o humano no nexos de sentido que proporciona a História. Qualquer análise de Políbio, de Santo Agostinho, de Herder ou de Hegel, mostra que a pretensão de universalidade, por todos êles formulada a seu modo não está satisfeita, de maneira alguma, idêntica à

integridade material, e sim, ao contrário, inclui em si as mais definidas normas de seleção. Sòmente o que constitua grau essencial para a evolução do Império romano, para a vinda da *Civitas Dei*, para a ascensão da liumanidade e da consciência da liberdade: sòmente o que guarde uma relação de sentido com o conteúdo vivo do presente, sendo por êle fecundo para o futuro, sòmente isto é admitido na História "universal". Assim, pois, em sua extensão e em seu conteúdo, a História encontra-se sob a influência plástica dos problemas colocados no presente.

Mas, esta influência chega a camadas mais profundas. Não sòmente o que do passado incorpora-se ao nexu inteligível da História, que é excluído desta por não essencial, mas também o modo como se configura esta mesma relação, há de resultar igualmente do ponto em que se encontra o historiador e suas resoluções estimativas. O próprio presente e futuro incorporam-se no curso da História humana, já positiva, já negativamente, já como remate, já como decadência, e por isso, segundo êle, articula-se a gradua-se o passado em acentos e períodos que organizam um transcurso inteligível, pròpriamente chamado "História universal". Porque para o filósofo cristão da História, a salvação da Humanidade ou a vitória da Igreja no mundo, constituem o sentido absoluto da sua existência, por isto, para êle, divide-se o passado na História que antecede e a História que segue à salvação: e ainda, dentro dêste esquema absoluto, divide-se num transcurso dramático com claras secções, silêncios, compassos e apogeus. É sòmente quando a "ilustração" européia chegou a ter consciência de si mesma como iniciadora de uma nova idéia cultural, como depositária de problemas e objetivos próprios, que pôde capacitar-se para opor ao tipo cristão da História uma concepção histórica própria. Também esta concepção histórica, com suas características de antíteses de barbárie e civilização, de selvagismo e humanidade, de épocas obscuras e claras, com sua aguda visão das aquisições e progressos decisivos, com seu fino sentido para as altas épocas da cultura, oferece-nos uma construção do processo universal histórico, que parte, precisamente, das normas a que o presente se sentia vinculado. E assim, todos os sistemas de conside-

ração histórica realizam seu papel, quando se propõem conceber a Humanidade como uma unidade de sentido. A sentença do passado é, em realidade, "sempre um oráculo enigmático": somente a consciência de um presente determinado pode interpretá-la. Se ao conhecimento histórico — como costuma fazer-se às vezes por respeito à objetividade — colocamos a exigência de que renuncie a toda articulação baseada em pontos de vista valorativos, e evite toda referência do passado às decisões do presente, resultará, se o conhecimento histórico não se desfaz em anontoamentos de materiais e se apegar a um conceito geral da História, necessariamente o quadro de um drama inavido, ao qual o homem presente assiste como puro espectador. E em lugar da autêntica consciência histórica, para a qual é de íntima necessidade o ocupar-se com a História, costuma introduzir-se, então, algum substituto; o deleite estético ante o matizado jogo do suceder, ou a simples poli-história ou o ceticismo, que interpreta a multiplicidade de valorações como invalidez dos valores ou o gracêjo resignado acêrca da Humanidade que vive sempre em novas ilusões.

Ernesto Troeltsch e outros teóricos modernos do conhecimento histórico converteram em teoria fundamental do conhecimento histórico esta situação que a História da ciência histórica demonstra em todo momento. Fazem ver que esta conexão da História com o presente não somente vem exigida pela psicologia, mas também estabelecida necessariamente pela lógica. Assim, como o tempo desemboca sempre no momento preciso do presente agora para aspirar ao futuro, assim a História desemboca essencialmente na vida presente e na vontade atual. Se, pois, a vida histórica há de ser tomada como unidade e concebida como um nexu inteligível, e não como um montão de acontecimentos, haverá de admitir, na unidade desta conexão inteligível, o salto da História verificado no presente vivido. Um "ponto de vista" determinado, quer dizer, a consciência de determinadas resoluções estimativas, dá ao conjunto da realidade histórica meta e consistência. Pelo lado que olha o futuro, êste conteúdo valorativo irradia como exigência, como seguimento necessário da História, como ética. Todos os filósofos da História verificam, pois, de um modo ou de outro, o trânsito à época. E pelo lado que

olha o passado, êste conteúdo valorativo constitui uma imagem do transcurso histórico e uma interpretação de seus estágios ou fases. Isto não significa, naturalmente, que o presente possa conceber-se com grosseira teleologia, como finalidade e objetivo do conjunto. O presente articula-se na conexão do devir (do vir-a-ser) e acaso não como seu remate, mas sempre como uma passagem necessária. O presente torna-se inteligível como resultado do movimento histórico e base para seu posterior prosseguimento. O presente concebe, pois, o movimento histórico como um transcurso inteligível, cujo passo atual é o presente próprio. Somente reunindo o passado, a consciência do presente e a vontade do futuro, na unidade de uma interpretação inteligível, pode, como diz Troeltsch, "injetar-se, na História, o sangue da vida histórica."

O conhecimento desta relação entre o presente e a imagem histórica coloca naturalmente de novo, e numa forma muito grave, o problema da objetividade do conhecimento histórico. Não resolve, porém, êste problema em sentido negativo. O homem, que atua na História — se não renuncia desde logo a fixar sua vontade sobre uma base histórica — será propenso a dar ao passado uma forma que expresse melhor seu próprio espírito que o do passado. E pode fazê-lo, pois não busca nem promete conhecimento histórico algum. Mas, quem assim atua reconhece também obrigações muito precisas, que derivam da autonomia do trabalho científico. Por enérgico que nêle alente o sentido de sua época, e por forte que seja, nela, a consciência desta sua situação, há de submeter-se, ao fazer ciência, à exigência cujo conhecimento constitui, segundo Ranke, o deleite do estudo histórico: "Perseguir a veia espiritual das coisas", aspirar, como último resultado, "a compartilhar em tudo e saber tudo". Em todos os historiadores produtivos vive a oposição entre a vontade de entregar-se à realidade pretérita, em atitude puramente contemplativa, e a consciência de que devem querer a História em última finalidade, como destinada a um determinado presente. Esta oposição, não obstante, se não anula, pelo menos torna-a tolerável e dá ao conceito da objetividade histórica e da autonomia da ciência histórica, um sentido inquebrável; e êste é, em todo historiador autêntico, o respeito vivo ao próprio valor das formas históricas. Nenhuma articulação

do passado, desde o ponto de vista do presente — a não ser que seja um pura violência —, priva às figuras históricas da alta qualidade de serem realizações individuais de um sentido próprio, centrado em si mesmo, "imediato a Deus". Não há realidade humana que seja só meio ou caminho para outra, e sim que cada qual descansa também em si mesma. E somente quando é pensada assim, é pensada históricamente. "A História não sentencia; ela justifica todos os tempos" (B. Croce).

SUPOSIÇÕES DA HISTÓRIA UNIVERSAL

Se o conteúdo espiritual do presente coloca em movimento o pensamento histórico e determina tanto suas proporções como suas formas, cabe fazer-se a pergunta: quando é possível a História universal? Cabe, pois, indagar as condições espirituais, as suposições culturais da História universal. Nem todo o conjunto de problemas que se impõem a uma época, nem toda síntese em que esta encontra sua determinação histórica, capacita o homem para a ampliação de visão requerida pela História universal.

Isto ocorrerá, talvez, quando a conexão cosmopolita do planêta, ou pelo menos uma consciência de relação entre todos os povos e culturas, encontre-se fundada no sentido próprio dos afãs presentes. Na época moderna ocidental, a "ilustração" concebeu a grande idéia de que a História é o progresso contínuo em direção de uma cultura humana racional, que terá de assumir em seu seio todos os povos, todos os princípios de cultura, todos os Estados. Este é o solo sobre o qual necessariamente prolifera a História universal. Mas, se a consciência histórica está a serviço de um presente, cujas energias sentem-se orientadas para fins particulares, por exemplo: a estruturação do próprio Estado nacional, então o sentido histórico participará também desta ilimitação e condensação da vontade histórica. Naturalmente, não será até o ponto de que a História do próprio povo ou da própria cultura fique como único conteúdo do mundo histórico; mas, sim, sucederá que este transcurso particular torne-se concebido como uma unidade completa de sentido e que as demais nações, Estados ou culturas, sejam pensados como mero mundo circundante, ou como soma de transcurtos análogos. A História universal se dissolverá então numa sucessão, numa justaposição ou numa mescla, num paralelismo ou num tecido de histórias nacionais

independentes. Esta é a situação, bem que não por completo, da historiografia européia no século XIX. E digo que não por completo, pois a idéia de que as evoluções nacionais, justamente em sua peculiaridade e hermetismo independente, compõem a História universal, foi, desde Herder, desde Hegel, desde Humboldt, ativa nesta historiografia, a qual dá um fundo histórico universal. Mas digo em parte, pois o pensamento histórico do século XIX encontra-se em primeira plana sob a idéia diretriz do pensamento nacional, aprofundado culturalmente. Dá-lhe a sua orientação não a Humanidade como unidade em evolução, e sim a nação que expressa sua essência em criações espirituais, dando-lhe forma numa peculiar estrutura política. E isto não sucede assim somente na ciência histórica alemã, mas também nos demais países europeus, ainda quando a historiografia produziu na Alemanha, sob a influência do pensamento nacional, suas obras mais perfeitas e profundas. Quanto mais a filosofia idealista da História e seu aspecto universal foi sendo substituído por um pensamento realista, tanto mais vai desfazendo-se para a ciência histórica a Humanidade em evoluções particulares com limites nacionais, evoluções que têm em si mesmas seu sentido espiritual e são, portanto, capazes de própria forma histórica. Outros pensamentos fundamentais do século XIX, dos quais depois falaremos, cuidam, sem dúvida, de que a idéia da História universal não se perca e de que o trabalho do século histórico contribua a formar um conceito mais concreto e mais rico da Humanidade e da sua conexão histórica.

A época clássica da antiguidade grega é considerada, geralmente, com razão, como uma situação espiritual típica, na qual não pode haver História universal, e apenas a história de estreitas unidades culturais. Existe ali, sem dúvida, um grande mito histórico, que envolve todo o mundo, e é advertido claramente em Platão. Também chegou até nós, bem que em fragmentos, construções psicológicas sobre a série das épocas culturais. Mas estes pensamentos da História universal não encontraram arrimo na filosofia grega, que se dedica ao conhecimento das leis intemporais, busca o sentido do todo na sua ordem invariável e não constitui nunca uma filosofia do acontecer histórico.

A grande historiografia grega nasce imediatamente da vida política ativa, à qual está mesclada o historiador, mui-



Moisés com o Decálogo

tas vêzes pessoalmente. Alimenta-se com os gloriosos feitos das guerras médicas e com o jôgo político ativo dos Estados particulares gregos. Significa a aplicação do alto talento político dos gregos à História do tempo e à pré-história imediata do próprio Estado e do seu contôrno político. O grego sente o grego como a única plenitude da norma humana e considera todos os outros povos como bárbaros; isto constitui um obstáculo insuperável para a dilatação do sentido histórico em forma universal. Sem dúvida, para os gregos, o começo da evolução histórica encontra-se no Oriente; mas, depois do vitorioso choque com o mundo oriental, a própria Grécia converte-se em centro e único objeto valioso da consideração histórica. O interesse, pelo remoto e alheio, produz indubitavelmente um notório deleite em narrações e referências (Heródoto); mas nenhum impulso em direção à História universal. As idéias gerais, que se manifestam nas disposições históricas particulares, apontam não a História universal, e sim uma teoria engenhosa das formas políticas e suas mudanças regulares. Mas, o maior que o sentido histórico dos gregos cria segue sendo a iluminação dos acontecimentos políticos no passado imediato e no próprio presente do historiador. Nêles pode atualizar-se a segurança soberana da visão política; e êles constituem o tema constante de tôda historiografia grega. O gênio histórico de Tucídides, é, pois, neste sentido, a máxima oposição a tôda vontade de conhecimento dirigida para a História universal.

Quando o mundo antigo se concentra no Império romano, é quando se prepara o terreno para uma consideração da História universal. Produz-se então um presente que é sentido como em si mesmo valioso e, por dizê-lo assim, como uma ilha inteligível no meio da terra humana; mas, ademais, é considerado como a desembocadura da Humanidade, o apaziguamento das lutas, a formação definitiva da pluralidade espiritual num conjunto unitário. A realidade do Império romano, mais ainda que a idéia da Humanidade — que sob a influência da filosofia estética adquire grande poder —, constitui o fundamento para uma História universal. O audaz problema de como adveio o Império romano, a temerosa pergunta se é sólido, se as causas de sua grandeza atuam ainda e qual há de ser o seu sucessor, todos êstes problemas suscitam temas de História univer-

sal, e dão aos historiadores romanos perspectivas universalistas.

O primeiro e mais importante documento desta volta em direção à História universal é a obra de Políbio. Políbio, que vive no ambiente dos Cipiões, chega a uma compreensão universal histórica da época, na qual todos os fatores políticos da terra conhecida contribuem a produzir a prepotência romana e que, no Estado romano, ligado com a cultura grega, começa a formar-se uma ordem unitária em todo o mundo mediterrâneo.

Mas é o cristianismo que definitivamente injeta a idéia da História universal no pensamento histórico. A contraposição entre o Estado romano, a ciência grega e a religião revelada, constitui a posição espiritual em que nasce e se desenvolve o conceito de um nexu unitário da História humana.

Políbio intentou, podemos dizer, uma universalidade no sentido da dilatação. Compreende os acontecimentos do mundo antigo na sua acção comum para o progresso da dominação romana. Mas, agora, a espécie humana é concebida como uma unidade no tempo, unidade que, na sucessão das gerações, dos Estados, dos produtos cultos, caminha para a sua determinação, ou melhor, é conduzida à sua finalidade pela providência divina. E só agora parece possível buscar, no acontecer da História universal, um sentido unitário que vá verificando-se progressivamente. E encontra este sentido, porque a revelação dá a chave; princípio, meio e fim da História ficam determinados nos conceitos de pecado original, salvação e juízo final. Com isto fica traçado um esquema de acontecimentos absolutos, fixados em determinados pontos do tempo; e não só isto, mas também que todo acontecimento histórico recebe agora um lugar próprio e uma significação inconfundível no destino total da Humanidade. Cada acontecimento se converte em momento singular de um transcurso irreversível, cada fato adquire um valor na História universal. Os grandes impérios da terra já não são uma simples justaposição ou entrelaçamento, e sim uma sucessão na qual cada um cumpre sua tarefa precisa, positiva ou negativa para a realização do reino de Deus. Estas duas idéias: a História da Humanidade, como unidade de fim e o valor histórico univer-

sal de cada acontecimento temporal, são produtos da Metafísica cristã da História e tornaram possível a idéia da História universal. Ao pensar o absoluto num determinado ponto do tempo, converte-se o transcurso temporal numa ordem inteligível.

As idéias sôbre filosofia da História, que se baseiam na educação da espécie humana (São Clemente) ou na representação de sua idade natural (Tertuliano); o quadro dos seis dias da criação (São Cipriano) e, sobretudo, o pensamento das quatro monarquias, tomado do livro de Daniel, dão cumprimento determinado a êste *mito* cristão da História. Santo Agostinho, no seu *Civitas Dei*, reduziu à sua forma válida esta imagem da História universal: o dualismo em que a História está presa desde o pecado original, a sucessão dos Estados terrestres e a vinda do reino de Deus, que, continuamente, se impõe para triunfar no fim dos dias. Desde então, e através da Idade Média, todo o pensamento histórico fica encaixado neste marco. No esquema da série dos Estados é assumido não sômente o material da História antiga, mas também o mundo nórdico e medieval. Mas as idéias construtivas, a unidade da espécie humana, o nexa teológico de sua História, o reino de Deus como fim, seguem sendo válidos. Dominam, na filosofia da História (Odon de Frisinga), como nas crônicas universais. E ainda ali, onde o cronista se reduziu a compilar fontes antigas e eclesiásticas, resplandece ainda sôbre êle um débil brilho desta grande filosofia da História, em que vão surgir os conceitos da Humanidade e da História universal. Bossuet, no seu *Discours sur l'histoire universelle* (1681), defendeu esta concepção brilhantemente contra as idéias históricas racionalistas.

Com a decomposição interna da Igreja medieval e do seu sistema metafísico, com a formação dos Estados europeus particulares e as transformações sociais verificadas nêles, produz-se esta consciência do valor próprio e da própria regularidade da vida e atividades terrestres, que constitui para o espírito da modernidade européia a base de todas as suas manifestações. No terreno do pensamento, êste espírito se documenta numa concepção natural do homem e da História, no sistema natural das ciências do espírito, cuja evolução descreveu Dilthey nos seus trabalhos históricos. "O indivíduo, o Estado e a nação conceberam

a sua soberania". Compreender os fenômenos sociais e históricos pelos interesses naturais perenes, encontrar as leis naturais da vontade e da atividade humanas, e aplicar estas leis ao conhecimento empírico e ao domínio prático dos Estados políticos, tal é o fim das ciências históricas dêste tempo. Com êle fica enfraquecida a concepção medieval da História, que encaminha a evolução humana a um objetivo transcendente; fica superado o seu dualismo; mas também fica destruída a sua universalidade. Assim como o Estado moderno, poder soberano, desprende-se da unidade medieval européia para determinar sua ação exclusivamente pelos seus próprios interesses, assim também para o pensar histórico a História universal se descompõe no jôgo variado e contrário dos poderes políticos particulares. A História universal já não é o transcurso que, dirigido para um determinado fim, compreende em si todo o acontecer humano; já não é o conjunto em cujos membros, os Estados históricos, corresponde por êle a importância que cada qual possa ter, e sim que é o teatro sôbre o qual, com mudanças incertas e constantes, adquire-se força para assegurar o poder e se luta por obtê-lo ou conservá-lo. Esta historiografia, cujos mais brilhantes representantes são Maquiavel e Guicciardini, é puramente política, tanto em seu objeto como na sua finalidade. Considera o homem tão-somente em sua relação com o Estado e vê a cultura sôbre o ponto de vista de sua importância política. Sua finalidade é servir ao homem de Estado, tornar mais aguda sua visão das situações e decisões políticas, apresentando-lhe, para seu ensinamento, a textura política do passado. Até Frederico o Grande pervive êste tipo de historiografia e ainda atua em Ranke e sua escola. É incapaz de produzir um conceito fechado da História universal, nem tampouco o pretende. A não ser que se considere como conceitos da História universal a convicção de que, em todos os tempos, iguais motivos e interesses movem o homem, e iguais fatores atuam na formação dos corpos políticos. Esta convicção é, em efeito, profunda nos historiadores políticos do Renascimento e nos seus afins posteriores. Constitui a base para a sua teoria do mundo histórico e para a finalidade prática que são atribuídas ao estudo da História.

Como consequência disto, o pensamento histórico quando se prolonga em considerações gerais, produz, não filosofia da História nem tampouco História universal, mas

sim uma disciplina sistemática, teorias sobre os homens e a sociedade, sistemas de filosofia moral e de filosofia jurídica. O direito natural racional substitui a consideração histórica universal; a sistemática deste direito corresponde, no terreno das ciências do espírito, às grandes teorias dos movimentos celestes e terrestres que, para a mesma época, apareceram nas ciências mecânicas da Natureza.

Mas a ciência histórica deste tempo obtém os mais valiosos e peculiares auxílios dos filólogos, durante os séculos XVI e XVII. As ciências da antiguidade desenvolvem a crítica e a interpretação dos textos em forma de uma arte estrita. As lutas confessionais criam a historiografia crítica da Igreja. A vida política, com suas complicadas dissensões jurídicas entre os Estados, encaminha o cuidado dos eruditos para a teoria dos documentos e a crítica metódica das fontes. E assim surge, alimentada com impulsos práticos, mas tornando-se logo tarefa pura da ciência, no século de Leibnitz, uma investigação histórica de ramas muito variadas, rica em matéria e disciplinada metódicamente. Ainda carece de idéias diretoras e compendiadoras em seus típicos representantes. Suas melhores obras são histórias territoriais ou histórias da Igreja, e quando pretende escrever História universal permanece no estágio de uma simples coleção informe de materiais. Mas elabora estes materiais preparando a ferramenta científica para o novo pensar histórico. Ademais, a expansão colonial dilata o pensamento histórico numa nova direção; pela primeira vez os povos primitivos e os semicultos caem no campo visual da consideração histórica universal.

O século XVIII é o que produziu as idéias diretrizes capazes de impregnar e vivificar este enorme material. Em grandes linhas, criou uma imagem da História universal, que compreende todo o racional, desde o estado natural do homem até o presente ilustrado; e neste marco, inclui tudo quanto é importante para o homem. O conteúdo próprio espiritual da época foi o que deu sua forma uma vez mais a este quadro histórico. A autonomia da razão, o domínio do espírito humano sobre a terra, graças ao conhecimento, a solidariedade das nações ainda em meio de suas lutas e a segurança do progresso contínuo, tal como se deduz da validade universal conferida às verdades científicas, tais são (na formulação de Dilthey), os ideais que constituem a

consciência espiritual da "ilustração". A arte e a ciência, a organização política e econômica, o direito e a moral, a indústria e a educação, todos estes territórios da vida são pensados em síntese sob a idéia de uma cultura racional, capaz de fazer a felicidade humana. A ilustração sente-se em parte como a perfeccionadora desta cultura e em parte também como estágio decisivo no caminho em direção dela. Em todo caso, está tão segura de seus ideais, que se aventura a medir por eles o passado e a interpretar com eles o nexo de sentido em toda a História. E assim surge o conceito moderno da Humanidade e de sua História universal. Os diferentes povos e Estados, culturas e barbáries, se tornam novamente membros de um conjunto histórico universal, que se realiza no tempo com desenvolvimento para uma finalidade. Mas este fim do transcurso histórico já não é transcendente, e sim terrestre; consiste na configuração soberana da vida humana pela razão humana. Ainda que existam épocas obscuras de superstição, de violência; ainda que valiosos indícios de liberdade e de razão desapareçam ao perecer por completo, é certo que, em conjunto, a Humanidade, por sua própria força, caminha incessantemente em direção do objetivo fixado, que é configurar todas as suas relações com liberdade e segundo a razão. Voltaire é o primeiro que aplicou à História os ideais da ilustração, sendo, por isto, o criador da filosofia profana da História.

Este pensamento do progresso constante da Humanidade em direção à cultura racional serve de base a toda a historiografia do século XVIII, e lhe dá, além das nações e das individualidades, seu espírito unitário. Os grandes historiadores na época da ilustração foram franceses e ingleses (Voltaire, Montesquieu, Turgot, Gibbon, Robertson). Na Alemanha, a historiografia se prende a proporções estreitas, e permanece na dependência dos modelos franco-ingleses (Gatterer, Schlözer). Na idéia kantiana da sociedade jurídica cosmopolita, temos a soma filosófica histórica do pensamento histórico na ilustração.

A ilustração propendia a julgar todo o passado segundo suas próprias normas e a considerar toda a História como simples tramas que conduzem à sua própria altitude. Em verdade, não somente é a criadora das grandes obras históricas, mas, também, a fundadora do ponto de vista histó-

rico universal. Nela o pensamento histórico chega a ser elemento necessário da concepção do mundo. Sua consciência de ser responsável do progresso humano e de ter elevado mais alto a cultura racional, desvaloriza, sem dúvida, grandes períodos da História, mas também aclara a visão dos séculos brilhantes, das felizes idades no passado. E, sobretudo, reúne amplamente a soma do acontecer humano numa unidade de sentido no progresso universal da Humanidade solidarizada.

À margem da "ilustração", e com anterioridade às suas grandes obras históricas, criou João Batista Vico um sistema característico da consideração histórica universal. Sua engenhosa e profunda *Scienza nuova* (1725), esquecida durante muito tempo e ainda pelos românticos somente ocasionalmente conhecida, sendo recentemente reabilitada, situa a nova ciência da natureza comum dos povos junto à ciência racional da Natureza proclamada por Descartes. Também em Vico, forma a Humanidade o assunto da História universal; também, para êle, é a História a evolução da Humanidade em direção à razão. Mas, mais profundamente que entre os partidários da ilustração, concebe as forças criadoras que atuaram em todos os períodos da História, sobretudo no primitivo. Muito mais profundamente compreende o valor típico das épocas históricas, através das quais a Providência conduziu à Humanidade. A História universal não é somente o progresso retilíneo, encaminhado ao objetivo da época ilustrada, e sim o desprender unilaterial e gradual das energias residentes no espírito humano. Na ciência histórica, descobrem-se, ante o espírito humano plenamente desenvolvido, as enigmáticas vias da Providência, e o homem conhece-se a si mesmo, quando compreende a necessidade das épocas nas quais se desenvolveu.

Com isto fica expresso, num conceito audaz e único, a direção em que o movimento alemão, principalmente o romanticismo, chegou a superar o pensamento histórico da "ilustração". Compenetra-se com a riqueza e vivacidade das forças que atuam na História. Conceber em intuição congênita o nexo geral das épocas passadas, compreender as formações históricas, não por aplicação de normas alheias, e sim em sua forma íntima e no seu valor próprio, tais são as exigências que o pensamento histórico coloca a si mesmo desde Herder, Möser e Winckelmann, e com as quais supera

o racionalismo progressista do século XVIII. Os sistemas filosóficos do idealismo alemão, cujos conceitos são elaborados cada vez mais sobre os fatos espirituais e históricos e não sobre os fatos das ciências físicas, forjam as categorias necessárias para conceber as figuras históricas como formas individuais com sentido e valor próprios. O espírito romântico adquire fina sensibilidade e olfato para as forças criadoras inconscientes. E a ciência histórica do período clássico, romântico e post-romântico, imbuída no espírito destes sistemas filosóficos, modela a nova imagem da História universal.

O essencial nesta imagem é que a evolução universal do progresso da Humanidade consta de uma pluralidade de evoluções nacionais, ficando articulada numa variedade de círculos culturais ou repartida numa multiplicidade de assuntos históricos. Principalmente o conceito da nação converte-se no fundamento do pensar histórico, desde que Fichte define as nações como decretos do absoluto e como modos individuais de fomentar o fim da razão. A tal chega grande parte da escola histórica, até o ponto de o nexo conjunto da História universal parecer desfazer-se novamente na sucessão ou justaposição de evoluções nacionais particulares. Mas o pensamento da evolução racional unitária da Humanidade, que tinha sido adquirido pela "ilustração", obtendo no idealismo alemão uma grande profundidade filosófica, permanece intacto e enlaça as direções idealistas e positivistas da historiografia no século XIX. Sem dúvida, estas duas direções se separam no sentido de que os historiadores positivistas propendem a acentuar com mais força a unidade da História universal, enquanto que os historiadores idealistas destacam de preferência sua articulação em organismos nacionais, em tramas com leis próprias ou em círculos culturais independentes. Mas, também, estes últimos conservam mais ou menos claramente a idéia da evolução unitária da Humanidade, na qual as culturas particulares cumprem seus problemas peculiares e encontram seu sentido definitivo. A ciência histórica do século XIX chega a uma "forma concreta de universalismo" (Croce) concebendo as nações ao mesmo tempo como produtos e como fatores da evolução humana e as culturas particulares como membros e depositárias do movimento histórico universal. A filosofia da História, de Hegel, representa a mais profunda união filosófica de ambos motivos

ideológicos. Interpreta a História universal como o processo periódico do espírito, encaminhado à consciência da liberdade; mas pensa o espírito popular como trato independente e autônomo deste processo. A enorme influência que exerceu o sistema de Hegel, tanto sobre a concepção materialista da História, como sobre a historiografia idealista, tanto sobre a História política, como sobre a História cultural, prende-se, na solução sintética que deu, ao problema da História universal, da sua unidade e da sua diversidade.

Este universalismo concreto domina a historiografia do século XIX. Neste sentido, toda a tarefa histórica de Leopoldo Ranke é História universal; em sua consideração entram as nações, portanto, "atuando umas sobre outras, aparecem umas obras após outras, constituindo entre todas um conjunto vivo", e as famosas obras de História universal, no século XIX (desde Schlüsser até Lindner), prendem-se a este mesmo fundo filosófico histórico, ainda que um pouco desvanecido. Também aqui a situação real do presente é a que produz o pensamento histórico e lhe dá sua forma: a constante e crescente complicação mútua das nações e das culturas na economia e política mundiais, a expansão da civilização européia sobre o mundo inteiro. Com isto (como diz Troeltsch) dilata-se enormemente a situação criada pela "ilustração", sem dúvida, com a diferença essencial de que a multidão de material histórico, que hoje dominamos, supera em muito o horizonte de Voltaire ou de Herder, e de que a intuição na diferença essencial entre os mundos culturais alheios se aprofundou enormemente. Ademais, com esta outra essencial distinção também: que diminuiu notavelmente a segurança com que a "ilustração" européia considerava-se a si mesma como norma absoluta de toda cultura. Daqui resultam, para o pensamento histórico universal do presente, três possibilidades fundamentais. Ou se concebe a História universal como simples conceito de coleção, cujo conteúdo está formado pela pluralidade das culturas particulares, que mais ou menos independentes umas das outras florescem e decaem, conforme o seu próprio espírito (Spengler) ou se conserva o movimento do europeísmo em direção à civilização mundial, como sentido da História unitária da Humanidade (H. G. Wells, em seu *Outline of History*, que desenvolve este pensamento desde

um ponto de vista tipicamente anglo-saxão), ou o conceito da História universal é conscientemente limitado ao problema estrito de iluminar a evolução das culturas européias e suas suposições históricas. Esta limitação é aplicada pela maior parte dos historiadores atuais, já tácita, já expressamente, não sòmente pela impossibilidade de abarcar num olhar todo o material histórico, e também pela intuição das profundas diferenças de estrutura que separam umas de outras as distintas culturas. No capítulo seguinte, veremos que isto não significa uma mera renúncia, e sim um direito legítimo interior.

AS FORMAS FUNDAMENTAIS DA CONSIDERAÇÃO HISTÓRICA UNIVERSAL

Vemos claramente neste repassar dos conceitos sôbre a História universal que em todo pensamento histórico retornam determinadas formas fundamentais. A História universal, quando a situação espiritual do presente incita a construir dela um conceito ou uma imagem, concebe-se como um ciclo ou como uma ascensão, como um processo retilíneo ou como uma estrutura de partes, como uma cadeia de variadas culturas ou como um desenvolvimento de uma única cultura humana; em todo caso, segundo um esquema estrutural determinado, em cujas linhas são, por assim dizê-lo, introduzidos os fatos históricos. A filosofia da História no idealismo alemão acreditou poder estabelecer dedutivamente êstes esquemas estruturais do transcorrer histórico. Fala de uma História *a priori*, cujo plano-conjunto, cuja periodicidade, podem derivar-se de conceitos puros. Contudo, os historiadores empíricos opõem-se com razão, a esta maneira de pensar. E se aqui temos de destacar uma série de fórmulas estruturais como as formas típicas fundamentais da História universal, isto não quer dizer que êstes esquemas se encontrem de antemão na consciência do historiador, e que o material histórico se tenha introduzido com violência ou modelado nos seus moldes. Mas a análise das obras sôbre História universal nos mostra que a concepção conjunta do transcurso histórico, assim como a sua articulação e acentuação em detalhe, acomoda-se a um determinado número de possibilidades típicas. Não se pode reunir o acontecer histórico na unidade de um transcurso, sem pensar neste transcurso como uma linha de determinado ritmo. Das próprias exposições históricas surgem os princípios de articulação e os esquemas de estrutura. E se se sabe discerni-los exatamente nas obras históricas, encontra-

-se nêles a filosofia histórica do investigador em questão, sua resposta às perguntas acêrca do sentido da História. São, prôpriamente, os "sistemas da consideração histórica universal".

Três formas fundamentais do pensamento histórico devemos distinguir: a idéia do progresso, do ciclo e da evolução dialéctica. Cada um dêles pode manifestar-se em várias subformas e unir-se em formas mistas com alguma outra concepção histórica, de sorte que se torna possível uma grande variedade de concepções históricas, e, em último têrmo, cada historiador produtivo desenvolve sua própria imagem do curso histórico total. Estas formas fundamentais do pensamento histórico sômente se encontram expressamente manifestas, como esquemas abstratos e lógicamente conseqüentes, nos sistemas de filosofia da História. As próprias exposições históricas só os contêm no fundo ideológico, como sistema ordenador de categorias ou como meios de obter a inteligibilidade dos fatos. Mas, nesta forma velada, as concepções fundamentais do pensamento histórico atuam em tôdas as obras históricas, e quanto mais perfeitamente forem absorvidas na exposição concreta, tanto mais concludente resulta a unidade do quadro histórico conseqüente.

A idéia do progresso consiste em pensar na História universal como um processo singular irreversível, que se orienta para determinado fim, e que, considerado em conjunto, caminha pouco a pouco e em linha reta para êste fim para alcançá-lo em conclusão. As épocas da História convertem-se em estágios, que a Humanidade há de percorrer necessariamente nesta ordem. Não existem repetições e sim sômente aparentes retornos do mesmo. Em verdade, todo acontecimento histórico é um passo a mais que supõe os anteriores e torna possível os seguintes, ficando incorporado como elemento indispensável no transcurso total. Aque-las figuras e acontecimentos históricos, que não se encaixam no progresso da Humanidade ou que são contrárias a êste, ficam por si mesmos interpretados como reações, resistências, citação. E segundo a força sintética com que seja desenvolvida a idéia do progresso histórico são, ou passados por alto como períodos inválidos da História, ou justificados como obstáculos necessários, que tinham de ser ven-



Pitágoras, como se vê na Catedral de Chartres

cidos no caminho e marcha em direção ao fim da Humanidade.

Esta idéia do progresso serve de base e esquema geral, tanto ao pensamento histórico cristão, como ao pensamento humanístico ilustrado. Um fim último de valor absoluto, que concentra a Humanidade e sua evolução em unidade inteligível, um movimento constante em direção dêste fim, reações, que são logo superadas, obstáculos, que resultam vencidos...; tôdas estas categorias da idéia do progresso são comuns às duas concepções históricas do mundo cristão ocidental. No terreno religioso, nasceu a idéia da História humana como unidade e como progresso. A doutrina judia e patrística do grande plano educativo de Deus é sua forma primeira e segue sendo a representação fundamental a que tende inclusive o idealismo alemão. Sem dúvida, desde a "ilustração", o fim da História humana, sua articulação em cúspides e épocas de decadência, o ritmo interior do progresso histórico ficam determinados de modo muito diferente que no pensamento cristão. Em lugar do reino de Deus, cuja realização constitui o sentido da História universal, coloca o pensamento da "ilustração" a idéia de uma forma racional e feliz da vida, e no idealismo alemão aparecem os conceitos estimativos da Humanidade e do Estado nacional culto, enquanto que, no positivismo, se instala a idéia de uma idade democrática industrial. Com tudo isto, delimitam-se e distribuem os pesos específicos dos diferentes períodos históricos. Sobretudo, o conceito da Idade Média e sua valoração como época sombria e obscura é um produto da ideologia humanística, que considera a clara Humanidade da Idade Moderna como prosseguimento da antiga e progresso sôbre esta. Mas o pensamento de que a Humanidade deve considerar-se como um assunto unitário, e sua História como um caminho dirigido para um fim, permanece vivo até Comte e na historiografia positivista.

A concepção histórica do cristianismo e do humanismo dão diferentes conteúdos à idéia do progresso, e por isto constituem as duas variedades principais de que é capaz a primeira forma fundamental da consideração histórica. A idéia do progresso pode seccionar o acontecer histórico num dualismo constante, e isto acontece na concepção cristã da História. Aquelas forças, pessoas, épocas, que servem ao fim da História humana, à realização do reino de Deus,

constituem a linha positiva da História. Tudo o mais cai pela parte de mundo, do Estado profano, e constitui, por assim dizê-lo, a contra-história. Também este lado da História universal implica sua idéia do progresso. Também pode mostrar-se sua necessidade. Seu sentido histórico consiste em que o reino de Deus se imponha, e por fim se separe totalmente da profanidade. E assim, efetivamente, a totalidade do acontecer histórico universal fica interpretada em sentido unitário, precisamente por este dualismo.

Um dualismo semelhante é a tentação ao qual costuma sucumbir toda idéia do progresso. Dirigindo o acontecer histórico em direção a um fim determinado, coloca todos os conteúdos históricos sob a forma de um valor, e o que cumpre este valor ou contribui para a sua realização se separa daquele que o obstaculiza. Na propensão dos historiadores da "ilustração" de julgar o passado segundo seus próprios ideais, a contrapor os períodos luminosos aos períodos sombrios, inclusive a distinguir em cada fenômeno histórico o racional e o irracional, visualizando o passado sob as categorias do "já" e do "ainda não", considerou-se com razão um efeito daquele dualismo e, por assim dizê-lo, uma forma secularizada da idéia cristã do progresso. O tirano violento e o sacerdote ambicioso, que se opõem à ilustração, para manter o povo em superstição e servidão, são as contrafiguras mais conhecidas que foram criadas pela idéia progressista da "ilustração". Mas, quanto mais resolutamente se insere a finalidade do curso histórico neste mundo terrenal, determinando-a por conceitos morais e filosóficos, em vez de defini-la por conceitos teológicos, tanto mais se converte em monista e unitária a forma dualista da idéia do progresso. O sentido da História universal consiste então, não já na separação do bem e do mal, do céu e da terra, e sim em que o conteúdo racional da Humanidade se manifeste cada vez mais plena e perfeitamente, e que as forças contrárias sejam, afinal, eliminadas, triunfando a completa realidade da cultura.

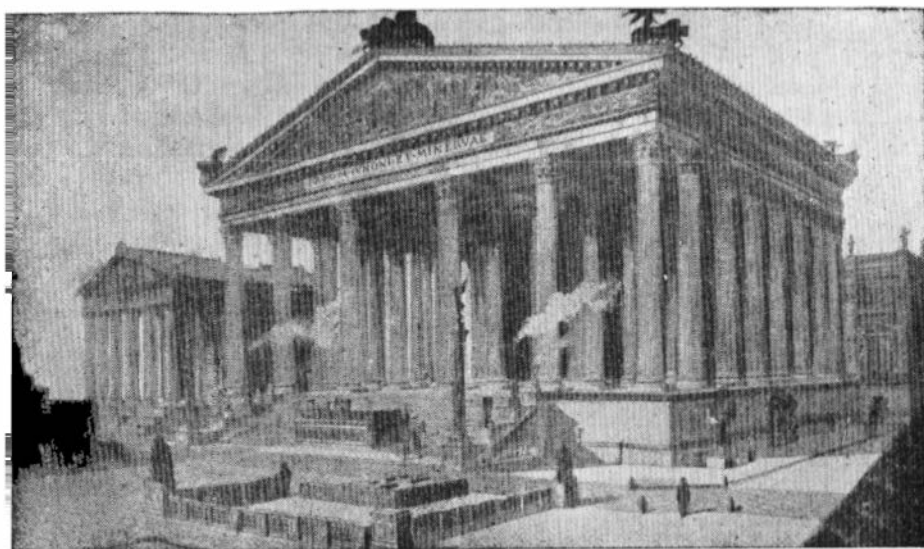
Esta segunda forma da idéia do progresso pervive, como estruturadora, nas duas formas da historiografia, que assumem a herança da concepção histórica cristã, no pensamento humanista idealista e no pensamento positivista. Agora, a História se converte no constante crescimento da

sociedade jurídica, cosmopolita e ilustrada. que alberga em si todos os indícios racionais e à qual. finalmente. submetem-se todos os elementos irracionais mercê a um misterioso propósito da Natureza. Converte-se em incessante exaltação e aprofundização da Humanidade, em direção da qual dirigem-se todos os germens do homem (Herder, Guilherme de Humboldt), converte-se em progressiva "educação, conservação e dilatação do mundo culto", donde Ranke vê o próprio princípio unitário da História universal diante das histórias nacionais.

Ou se converte na progressiva união da Humanidade para constituir a sociedade econômica liberal, pacífica e racionalmente organizada. que desde Saint-Simon é considerada como o fim da História por todo o positivismo anglo-francês. Enquanto a historiografia idealista, sobretudo desde o romanticismo, está imbuída de um profundo sentimento para as individualidades históricas e a História geral da Humanidade é concebida como a sinfonia dos espíritos populares, desaparecem, no pensamento positivista, as diferenças entre nações e culturas, ante a unidade da lei progressiva e do fim humano. A historiografia de base positivista torna-se assim o exemplo mais puro da idéia monista do progresso. A segunda forma fundamental do pensamento histórico interpreta a História da Humanidade, segundo a imagem de um ciclo, que volta ao seu ponto de partida para terminar ou para começar de novo. Se a idéia do progresso tem como base a representação de uma ação voluntária, de um plano, de uma atividade finalista, aqui, ao contrário, são imagens do acontecer natural, sobretudo da natureza orgânica, as que se transferem ao suceder histórico. O mito do ano magno, o símbolo da vida orgânica, que nasce, floresce, madura, murcha e morre, tais são as antiquíssimas formas mentais de que se valeu sempre esta concepção da História. Sua transferência ao acontecer histórico é tão sedutor que a interpretação da História universal, segundo o princípio do ciclo cósmico ou orgânico, deve considerar-se como um dos pensamentos primigênicos da Humanidade.

A historiografia concreta não aplicou, talvez nunca o fez completamente ao curso total da História universal, este esquema cíclico, que volta ao seu ponto de partida. Sòmente

foram sistemas da filosofia da História os que aventuraram esta interpretação. Em compensação, a doutrina dos movimentos cíclicos nos povos particulares, nas culturas particulares, e, em geral, nas reduzidas unidades históricas, constitui um dos pensamentos mais fecundos que conhece a historiografia. A História da Humanidade se compõe então de cursos parciais, que têm em si mesmos seu remate interior, que se repetem rítmica ou irregularmente, e que se correspondem uns a outros na sucessão dos seus perío-

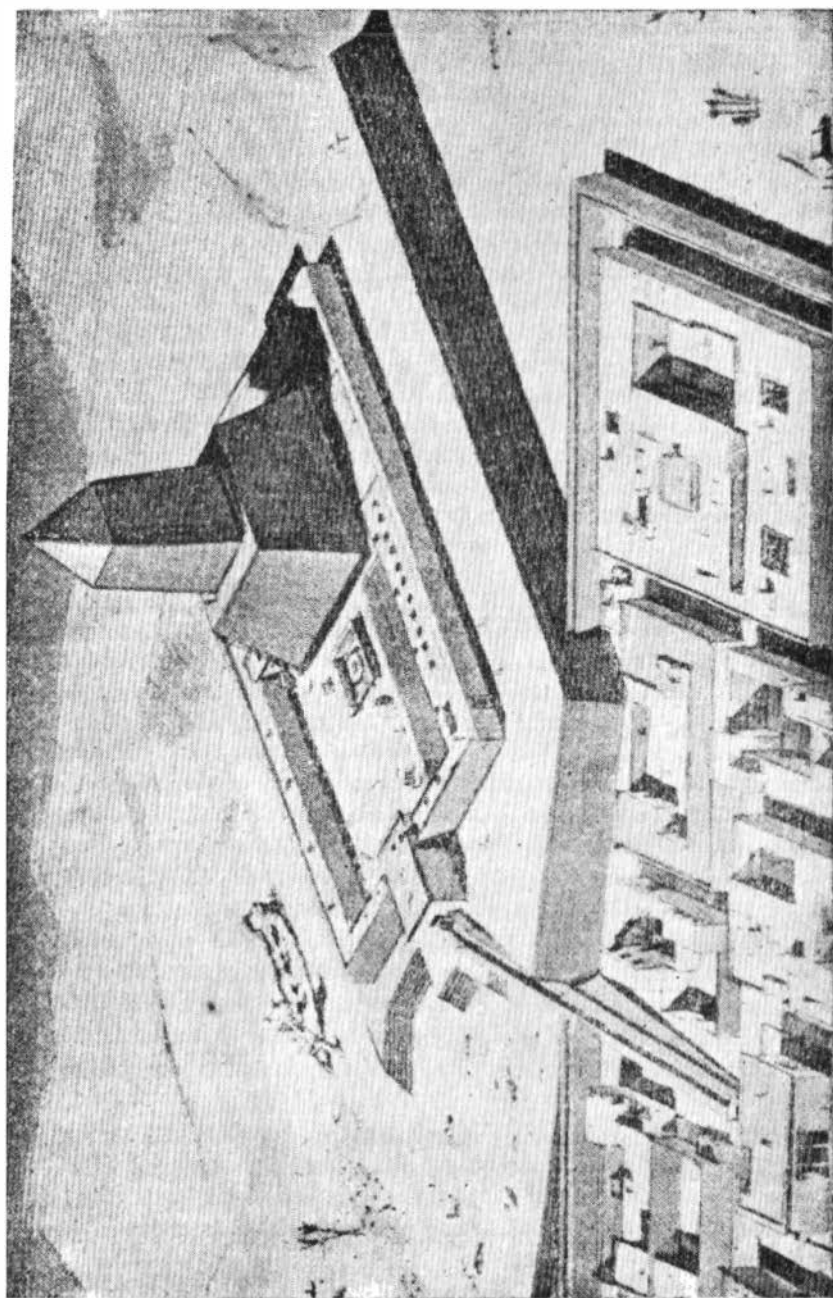


Templo do Capitólio, dedicado a Júpiter, Juno e Minerva

dos. Em parte são utilizadas de novo as antigas imagens do ciclo vital individual ou do ciclo anual, para simbolizar a mudança dos estados pelos quais cada cultura atravessa. Em parte são transferidos aos estados correspondentes de outras culturas conceitos que, no princípio, sòmente valiam para uma cultura determinada (assim, fala-se do barroco grego, da Idade Média grega ou do cesarismo moderno). Em parte, finalmente, cria-se uma teoria própria sôbre a articulação interna do transcorrer cultural, por assim dizê-

-lo, uma biologia própria dêste grande ser vivo chamado cultura. Assim se consegue transferir a idéia do ciclo histórico ao idioma do conceito. A teoria do ciclo regular, das constituições políticas, que desde Platão e Aristóteles, através de Políbio, prossegue até às teorias políticas modernas, é o primeiro território histórico, na qual esta forma do pensamento histórico chegou a ser importante. Além disto, a historiografia moderna, particularmente o século XIX, desenvolveu a "teoria geral dos ciclos culturais" (Spranger), numa grande série de figuras, introduzindo-a na historiografia concreta. Vico foi o primeiro que formulou uma lei de evolução, não somente para a série das constituições políticas, como para a História dos povos em geral e para toda a extensão de sua vida cultural. Os três estados: o divino, o heróico e o humano serão atravessados por todo povo histórico e se documentam no seu idioma em suas formas econômicas, na sua ordem jurídica e na sua cultura espiritual. Uma teoria explícita da contemporaneidade relativa das épocas correspondentes nas diferentes evoluções dos povos, leva Vico a formular profundas intuições, e o faz iniciador desta filosofia da História e historiografia, que concebe a História universal como uma sucessão de repetidos ciclos, pensados não meramente como um crescimento vegetal, mas como uma lei espiritual.

No idealismo alemão, no romanticismo e na escola histórica volta a idéia de que, nas culturas particulares da História universal, manifesta-se a mesma lei, e estas culturas percorrem os mesmos períodos vitais ou então muito parecidos. Esta idéia encontra-se expressa fundamentalmente em Herder, em Goethe, em Hegel, e aplicada pelos próprios historiadores nas suas obras. Pela forma fundamental de seu pensamento histórico, esta historiografia se encontra dominada, como já dissemos, pela idéia do progresso, ou, como diremos, mais adiante, pela idéia da evolução dialética. Mas, como a evolução universal da Humanidade se compõe de individualidades populares e tem um sentimento vivo da natureza orgânica destas matérias históricas, existe um fundamento profundo para que a idéia dos ciclos entre também como elemento na sua concepção histórica. Sob o grande movimento da História, marcha



Templo egipcio

o mais breve ritmo do florescimento e decadência dos povos particulares, e verifica-se o curso regular das suas culturas. E na medida em que a idéia da unidade humana e da continuidade histórica retrocede ou se desfaz, torna-se **mais** independente a segunda forma do pensar histórico. Em lugar de uma cultura que progride continuamente, uma pluralidade de culturas históricas; em lugar de uma História universal, uma pluralidade de ciclos culturais conclusos; esta filosofia da História constitui hoje a base evidente para uma grande parte do pensar histórico. Faz já muito tempo que se disse que a evolução da cultura antiga representa um paralelo à evolução da cultura moderna. Disse-o, por exemplo, Wilamowitz no seu discurso sobre "Períodos do universo" (1897). Mas também se aplica hoje o pensamento a outras culturas mais antigas e desta idéia se deriva a de uma "morfologia" universal comparada da História.

É claro que assim se coloca o problema de até que ponto pode-se falar de História universal; isto é, de uma unidade inteligível da Humanidade e da sua evolução. A ciência histórica do presente oferece três respostas a esta pergunta: *Primeira*, a História universal se desfaz efetivamente na pluralidade das culturas particulares que, sem relação interna umas com outras, desenvolvem seu conteúdo espiritual e cumprem o seu destino histórico; Spengler é um representante puro deste tipo. *Segunda*, sobre os ciclos concluídos das culturas, abobada-se a unidade da História universal num arco de superior diâmetro; esta História encontra seu conteúdo no produto espiritual que cada povo deixa, ou ao menos nas relações e influências entre as culturas, nos Renascimentos, recepções e compenetrações culturais. Lamprecht e Breysig pertencem a este tipo. *Terceira*, o problema científico próprio da História é situado no conhecimento de conexões regulares e a História universal se converte na ciência sistemática das uniformidades na evolução cultural, quer em conjunto, quer em esferas particulares da cultura. A exigência do positivismo, de que a História deve elevar-se à categoria de ciência, teve este sentido. E muitas tipologias e teorias dos graus históricos, teorias elaboradas pela economia, a ciência da arte ou a

História da Filosofia, se baseiam em igual fundamento. Por características que possam ser estas teorias para a tendência atual das ciências do espírito, e por importantes que possam ser, como resultado, é claro que, nelas, o problema da História universal não fica resolvido, e sim notificado.

Para a questão de como as culturas particulares se acomodam umas e outras no nexa da História universal, orienta-se resolutamente a terceira forma do pensamento histórico: a idéia da evolução dialéctica. Procedente dos sistemas filosóficos do idealismo alemão, desenvolvida por Hegel na sua forma lógica madura, a dialéctica chegou a ser expressão clara e forma mental fundamental da consciência histórica moderna. A idéia do progresso, com sua linha única e reta, com sua incapacidade de compreender as formas históricas, pretéritas, por seu próprio centro, fica superada por esta concepção dialéctica. Os povos e as culturas, as figuras históricas em geral, já não são simples estágios do progresso, e seu sentido não se esgota na sua contribuição ao fim ultimo da Humanidade, e sim que levam em si mesmas seu "próprio princípio" (Hegel); são realidades e valores, que o curso histórico cria, como, por assim dizer, seus descansos. Mas a essência do conceito da evolução dialéctica consiste em pensar nestas formações históricas como moveções, como transcendendo de si mesmas, graças a uma contradição interna, como saltando umas por sobre as outras. A História é em cada momento e em cada ponto uma realidade de pleno valor, mas ao mesmo tempo é trânsito, transformação e processo dialéctico. Não somente o que afinal se consegue, e sim toda a serie dos presentes, pela qual a História atravessa, e a sucessão completa das transformações em que se cumpre, constitui o sentido da História universal. Tudo nela se justifica ao ser compreendido. Mas tudo é, ao mesmo tempo, superado ao ser concebido como um ponto de passagem necessária. Com isto, a essência da evolução histórica fica fielmente reproduzida, até onde êle é possível, num esquema conceituado: a idéia da evolução dialéctica é a lógica definitiva do pensamento histórico.

Variadas são as formas em que o pensamento dialéctico vive na ciência histórica do século XIX e do presente. O

materialismo histórico, derivado imediatamente de Hegel, é o mais radical e concebe as realidades sociais, reduzindo-as essencialmente a ordens de produção econômica, como enlaçadas umas com outras, mediante trânsitos dialécticos. Mas os pensamentos fundamentais da dialéctica: que as evoluções históricas se verificam por oposições e lutas reais, que cada época contém em si o sentido pleno da vida histórica, que êste sentido não se consegue sòmente no fim da evolução, e sim que fica expòsto em tôda a série das realidades concretas sucessivas, estas idéias fundamentais vivem em todos os historiadores modernos, que se defrontam com o problema da História universal. O esquema conceitual da dialéctica empalidece, logo depois da queda do sistema de Hegel, e em seu lugar, coloca-se um conceito realista, muito mais indeterminado da evolução histórica. Mas também êste conceito da evolução é um retôrno da dialéctica e ainda tem natureza dialéctica. Seu conteúdo dialéctico capacita-o para aderir-se estreitamente às oposições do acontecer concreto, para pensar as figuras históricas ao mesmo tempo como momentos do movimento histórico e para reunir a compreensão plena do individual concreto com a visão ampla da unidade da História.

O conceito dialéctico da evolução revela-se, pois, como a forma definitiva da consideração histórica, sobretudo — e com isto voltamos a nosso ponto de partida —, porque pode pensar as épocas pretéritas sem desconcertá-las do seu próprio centro, e, não obstante, considerando-as como membros de um processo unitário, quer dizer, como suposições históricas da realidade presente. O espírito ocidental, para quem a consciência histórica é uma necessidade íntima, como não o foi em nenhuma cultura anterior, criou esta forma de pensamento para servir-se da multidão do passado como base para compreender a si mesmo, tomando, por assim dizê-lo, a volta pela História universal para volver a si mesmo. "Sòmente o europeu superou os cronistas e épicos, os profetas e místicos, os eruditos e políticos, convertendo-se em filósofo da História, porque só êle aspira a utilizar um passado, conscientemente conservado, para construir um futuro conscientemente dirigido" (Troeltsch). Aqui se prende a justificação íntima de tôda limitação de

conteúdo na História universal, limitação de que já falamos. Sômente o que penetrou imediata ou mediatamente no conteúdo da realidade presente como elemento ou como condição eficaz se incorpora no curso dialéctico da História. Quanto mais profundamente se compreenda a si mesmo o presente, tanto mais remoto haverá de iniciar-se o sistema de suas suposições e origens. Mas ainda na mais vasta dilatação serve a História conscientemente à finalidade de que o presente se compreenda a si mesmo e conheça seus problemas históricos.

PANORAMA GERAL
DA
HISTÓRIA UNIVERSAL

A INFLUÊNCIA DOS FATORES GEOGRÁFICOS NA HISTÓRIA

Todos os conhecimentos humanos acham-se intimamente relacionados, principalmente a História, que se ocupa dos fatos do homem como "ser social". Devido a seu objeto que tudo abarca, tem ela íntimas relações com as outras ciências.

Existe, porém, um conjunto de ciências relacionadas com a História mais intimamente do que outras, às quais o historiador tem necessidade de um emprêgo constante em todos seus trabalhos. São chamadas comumente de Ciências auxiliares. Assim temos a Paleografia, a Arqueologia, a Linguística, a Numismática, a Geografia, etc. Também são importantes auxiliares da História, disciplinas como a Antropologia, a Etnografia, a Etnologia, a Geografia Humana, etc.

Será o homem apenas um produto do meio onde vive? Ou agirá como um fator transformador do meio-ambiente?

Já Heródoto, afirmara há milhares de anos, que o "Egito é um dom do Nilo". Realmente; mas só é assim graças à habil utilização feita do mesmo, por meio da boa administração dos sacerdotes e do trabalho dos camponeses.

Não há dúvida que os fatores geográficos influem na História, mas também o homem, ao realizá-la sobre a terra, realiza também a Geografia. Compreendemos aqui História no sentido mais amplo, englobando toda a história rural e industrial, militar e técnica, econômica e social, científica e religiosa.

Basta para tal lançarmos uma vista de olhos ao nosso planêta, e vermos as construções como a Grande Muralha

da China, as pirâmides do Egito, as vias romanas, os cabos marítimos ingleses e americanos, etc., para testemunhar as modificações causadas na face da terra pelo homem.

A História conta-nos a vida da humanidade, e a Geografia recebe a missão de nos ilustrar esta demonstração. Há, assim, uma interactuação muito íntima entre estas duas ciências.

ATÉ ONDE VAI A INFLUÊNCIA DOS FATORES GEOGRÁFICOS NA HISTÓRIA?

Tomemos um mapa. A Grécia é uma península em forma de triângulo, que apoiada pela base na Turquia europeia, desprende-se, alonga-se para o sul, mergulha no mar, afina-se no istmo de Corinto, para formar, além, uma segunda península mais meridional ainda, o Peloponeso, espécie de folha de amoreira, que um tênue pedúnculo une ao continente. Ajunta-se a isso uma centena de ilhas, com a costa asiática à sua frente: uma franja de pequenos países, no grande continente, bárbaros, e um viveiro de ilhas esparsas sobre um mar azul que a franja encerra. Eis aí o lugar que fez nascer e formou este povo tão precoce e tão inteligente. Estava singularmente apropriada a esta obra. Um povo formado por um clima semelhante desenvolve-se mais depressa e mais harmoniosamente que outro; o homem não é esmagado ou diluído pelo calor excessivo, nem congelado e petrificado pelo rigor do frio. Ele não está condenado à inércia sonhadora, nem ao exercício contínuo; não se perde em contemplações místicas nem na barbárie brutal." Assim falou *Taine*, grande estudioso da Geografia.

Mas, vejamos, as palavras de um famoso filósofo alemão, Hegel: "Não me venham falar do céu da Grécia; pois são os turcos que atualmente habitam onde antigamente habitavam os gregos: que isso não seja mais tema de discussão, e que nos deixem em paz."

Qual dos dois terá razão?

Seria o povo egípcio, tão zeloso da conservação dos corpos e crenças na immortalidade da alma, se não vivessem num meio geográfico, de clima seco? E possuiriam um espírito matemático tão desenvolvido, se não houvesse as cheias periódicas do Nilo?

O Egito, esta maravilhosa civilização que existiu há três mil anos atrás, criadora de obras que até hoje são admiradas, como as pirâmides, os extraordinários templos de Lucssor e Carnach, etc., possuía uma religião, que se caracterizava pela crença na imortalidade da alma, crença esta que os levou a construir túmulos grandiosos, que permanecem até nossos dias admirados como obra arquitetônica e artística. A construção das pirâmides, até nossos dias permanece ainda como um mistério. Milhares de escravos foram utilizados em sua construção, e o que nos parece mais acertado e fora de dúvida, possuíam os egípcios conhecimentos profundos na matemática e na arte de construção.

As ligações entre a Geografia e a História, aparecem-nos, assim, muito íntimas, e se a Geografia atua sobre a História, esta também atua sobre aquela.

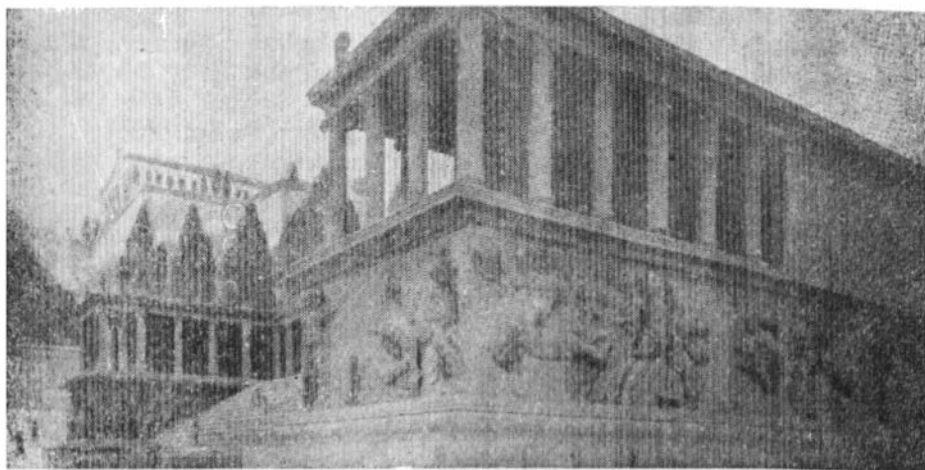
Taine diz que o *homem é um produto do meio*, e que a Filosofia da História repete, como uma imagem fiel, a Filosofia da História Natural. A tendência moderna é mais para uma posição que dê ao homem um papel atuante no meio ambiente, portanto, uma interatuação do homem e da natureza.

As influências ecológicas são preponderantes na história humana. Vejamos o *fator posição geográfica*, por exemplo. As sociedades humanas dependem da repartição das terras e dos mares, da distribuição e da forma dos continentes, da natureza da circulação marítima ou fluvial; em uma só palavra, da posição que ocupam. Os fenícios devem seu grande desenvolvimento marítimo comercial à posição que ocupavam. Um povo, que se acha isolado numa ilha, ou no meio de selvas impenetráveis e de pântanos, que não o permitem ter contacto com outros povos, possuirá uma cultura própria e primitiva, o que não obsta para que, parcialmente talvez, haja alcançado a um grande florescimento em certas atividades. O isolamento conduz, em todos sentidos, à diferenciação. As zonas periféricas só por um lado recebem influências acessíveis. Por outro lado, os territórios, que têm uma posição central, acessível por todas as partes, são os que experimentam em forma mais considerável a mescla de raças e culturas.

O *fator climatológico* é também de importância decisiva.

As atividades humanas estão sempre em relação ao clima. Como age ele sobre nós? O clima age sobre nosso organismo através das doenças; age também pelas culturas e pela alimentação que estas nos fornecem, como por exemplo, as variações de qualidade de cereais, como o trigo, o milho, o arroz, etc.

É o clima um dos fatores importantes na distribuição do homem sobre a face da terra. Temperaturas muito elevadas ou muito baixas tornam as regiões inóspitas ao homem. Entretanto, temos sempre que levar em consideração, que o homem é um animal que se adapta. Regiões já foram modificadas pelo homem, desertos já se tornaram habitados, graças a uma sábia distribuição e organização de sistema de irrigação.



Altar de Pérgamo, dedicado a Zeus

O desenvolvimento e as modificações fisiológicas no homem, devido ao meio ambiente, é algo verificável através dos tempos. Estas transformações devem ter sido mais profundas nos primeiros tempos da humanidade.

O exercício da mastigação influi na conformação da cabeça. Conhecemos hoje órgãos humanos que estão em

vias de desenvolvimento ou de atrofia. O australiano ainda se serve para trepar do dedo mínimo, que é apenas um dedo rudimentar no resto da humanidade. É provável que as diferenças raciais, extremamente reduzidas nos tipos de transição, devem-se à influência do meio e principalmente do clima.

A abundância de pêlo evita uma transpiração excessiva, a pigmentação protege a pele contra a atividade química dos raios solares. Isto explica por que os povos que habitam os desertos e as savanas, assim como os povos marítimos, sejam, em parte, mais morenos do que os que vivem no bosque virgem tropical, que lhes oferece uma relativa proteção.

Atualmente o homem procura dominar o meio ambiente e o transforma, segundo suas necessidades, por ex., pela vestimenta, habitação, utensílios, etc. Não tem mais a necessidade de adaptar-se ao mundo exterior. Entretanto, para que estas características, correspondentes ao ambiente ou ao gênero de vida cheguem a fazer-se definitivos e hereditários, se torna necessário que penetrem no ser humano definitivamente, e, para isto, um período de poucos séculos não é nada.

O *fator psicológico* muitas vezes passa despercebido num estudo rápido; porém é em certos casos de uma influência tal que modifica todo o curso de um determinado acontecimento.

Basta, para isto, lembrarmos o fato histórico das guerras persas. Nas guerras médicas, mais importantes que as diferenças de organização e de tática militar, eram as diferenças espirituais dos povos que na mesma se enfrentaram. Os soldados persas constituíam uma massa heterogênea de homens de diferentes raças subjugados pelos persas, a quem, na realidade, não unia outro sentimento comum que o da obediência devida a seu amo e senhor. Fazer a guerra era, para eles, acatar uma ordem, que cumpriam cegamente, com a docilidade própria do que sabe que a desobediência é impossível, mas que não põe nada de si na tarefa que realiza. Em contraposição, os gregos não eram súditos submissos de um rei onipotente, mas sim cidadãos de um estado, a cujo destino cada um se sentia solidário.

A liberdade política que praticavam em suas pequenas cidades dava-lhes uma clara consciência de seus direitos a par de seus deveres. Quando chegou o momento de lutar, fizeram-no pondo na empresa a paixão do que luta por defender o que é seu: pátria, liberdade, integridade do lar. Esse instinto de liberdade, que os gregos sentiam profundamente, foi a principal força moral que os tornaram superiores aos persas e lhes deu a vitória definitiva.

A côr e a forma da paisagem influem em nosso espírito. Parece ser comum a todos os seres humanos a angústia que nos sobrecarrega quando nos achamos no fundo de uma garganta profunda, e também a alegria que produz a contemplação de um amplo horizonte. Os grandes contrastes nos estimulam poderosamente.

Há certos imprevistos de carácter geográfico na História que modificam completamente o curso dos acontecimentos. Entre êstes podemos lembrar a destruição da esquadra de Dario em 492 a. C. nas costas de Calcídia por violenta tempestade. Não teria seguido outro curso a História se tal fato não se desse? Quanto não influiu no curso dos acontecimentos a destruição da Invencível Armada em 1588 por uma tempestade? São êstes pontos interessantíssimos para um estudo mais profundo.

Fatôres geográficos, como o clima, relêvo, altitude, latitude, solo, etc., influem na vida humana, e, portanto, nas suas realizações, na sua história. O homem atua sobre certos fatôres geográficos, modificando e adaptando a si o meio natural.

A influência da história na geografia econômica fêz-se sentir, por exemplo, no bloqueio continental feito por Napoleão, separando a América da Europa, o que trouxe, como consequência, o desenvolvimento de certos produtos agrícolas na Europa, ao mesmo tempo que incrementou o surgimento de uma indústria na América.

Quanto desenvolvimento, quanta modificação, não trouxe, para tôda história política, econômica e social do mundo, a abertura do canal de Suez e do canal de Panamá?

Na antiguidade, a Mesopotâmia era um oásis, quando ali habitavam povos que bem administravam os canais de irrigação, vindo depois os turcos que a tudo destruíram,

voltando a ser novamente um deserto. A intervenção do homem modifica profundamente o aspecto geográfico dum país; sua ação tanto pode ser conquistadora, como conservadora ou destruidora.

Há, assim, uma interatuação de fatores geográficos e históricos. Toda história humana está influenciada pelas inúmeras manifestações dos agentes geográficos, assim como o aspecto geográfico é transformado pelas realizações humanas.

O ESTUDO DAS RAÇAS HUMANAS

Cientificamente ainda é um mistério de como se teria dado o aparecimento do homem na face da Terra.

Os elementos que servem de base para a elaboração de teorias, são poucos; ossos, fósseis, relativamente escassos, e objetos de pedra, mesclados com ossos de animais, localizados geralmente em profundas camadas de terrenos.

Os mais antigos espécimes de ossos humanos foram encontrados na ilha de Java. Após longas e profundas pesquisas, verificou-se serem êles de diversos indivíduos, mas todos pertencentes ao mesmo tipo, daí ter sido êste cognominado com o nome genérico de *Pithecanthropus erectus* (macaco erecto), tipo considerado intermédio entre o homem e o antropóide. Quase da mesma época são os fragmentos de esqueletos humanos, encontrados em Chou-Kou-Tien (a 50 km de Pequim), que recebeu o nome de *Sinanthropus*. Sua existência teria se dado na metade do período Pleistoceno, com uma antiguidade de mais ou menos 500.000 anos a. C.

Entre êstes dois, aparece o *Paleanthropus*, atualmente considerado o mais antigo. Foi encontrado nas proximidades de Heidelberg.

As dificuldades encontradas pelos paleontólogos para reconstruir com um ou vários fragmentos o conjunto do esqueleto ao qual pertenceria, obrigou-os a realizar profundos estudos e sérias pesquisas. O primeiro a observar a dependência existente entre órgãos de um animal foi Cuvier, em princípios do século passado, quando estabeleceu a sua famosa "lei da correlação", que pode ser assim definida: "Um organismo forma uma unidade da qual nenhuma parte pode ser mudada sem modificar as demais."

Esta lei da correlação apresenta exceções, mas é válida para a maioria dos casos. Um carnívoro, por exemplo, terá

dentes com a finalidade de mastigar, e ao mesmo tempo, garras para apresar suas vítimas. Conta-se a seguinte pilhéria: Um dia, um discípulo de um dos famosos mestres disfarçou-se com a carcassa de um animal antidiluviano, e veio assustá-lo. Disse ao mestre, que repousava: "Cuvier, a tua hora chegou, venho para comer-te! — "Que dizes? — perguntou o mestre acordando-se; — tens cornos, casco... és herbívoro; não podes comer-me!"

É sem dúvida o crânio a parte mais importante do fóssil, pois por seu intermécio pode saber-se, de certa forma, como seria a mentalidade do homem primitivo. O crânio de Java, por exemplo, apresenta-se muito achatado na frente, o que demonstra o pouco espaço para os centros da memória, de forma que aquela criatura só podia ter uma lembrança muito fugaz e guardar poucas experiências.

Segundo muitos estudiosos, as espécies de símios atuais seriam mais uma degeneração do que uma evolução de um antecessor comum ao homem e ao macaco, antecessor este chamado de *Propliopithecus*. Procuraram para isto reunir as semelhanças entre o homem e o macaco e ao mesmo tempo as diferenças que entre os dois existiriam. Sabe-se que as raças primitivas possuíam conhecimentos que os antropóides não tinham. Por exemplo: os homens primitivos sabiam nadar, enquanto os orangotangos de Bornéu (orantân, quer dizer na língua das populações de Bornéu, "homem dos bosques"), dividem-se em raças ou variedades específicas, segundo o lugar que habitam, por não saberem atravessar os rios que os separam.

Quanto à procedência dos primeiros homens, as hipóteses científicas divergem. Para uns, as raças teriam origem num único lugar. É a hipótese *monogenista*. E este local de origem seria, provavelmente, a Ásia. Outros preferem explicar a variedade das raças devido a terem aparecido espécimes, segundo as leis biológicas da evolução, em diferentes partes da Terra, são os *poligenistas*. Atualmente os *ologenistas* trataram de harmonizar estas duas posições, propondo uma origem comum de todas as espécies, mas derivando-as de um tipo já humano, ainda que pouco caracterizado, que seria chamado de *hominídeo*. Devido à falta de cruzamento, acentuaram-se os caracteres raciais: os negróides se fizeram mais negros, os brancóides mais brancos, e os mongolóides mais amarelos.

AS ORIGENS DA LINGUAGEM, RELIGIÃO E ARTE

O homem primitivo, apesar de superior ao antropóide, teve uma vida muito rudimentar. Assim a linguagem do primitivo deve ter sido muito pobre. Acredita-se que os nossos antepassados usavam mais os sinais como meio de comunicação que as palavras.

Entretanto, como já dizia Aristóteles, a linguagem é o que mais distingue o homem dos animais. O problema da origem da linguagem preocupou os estudiosos, e diversas teorias foram formuladas. A teoria estritamente filológica faz originar a linguagem da imitação dos sons naturais.

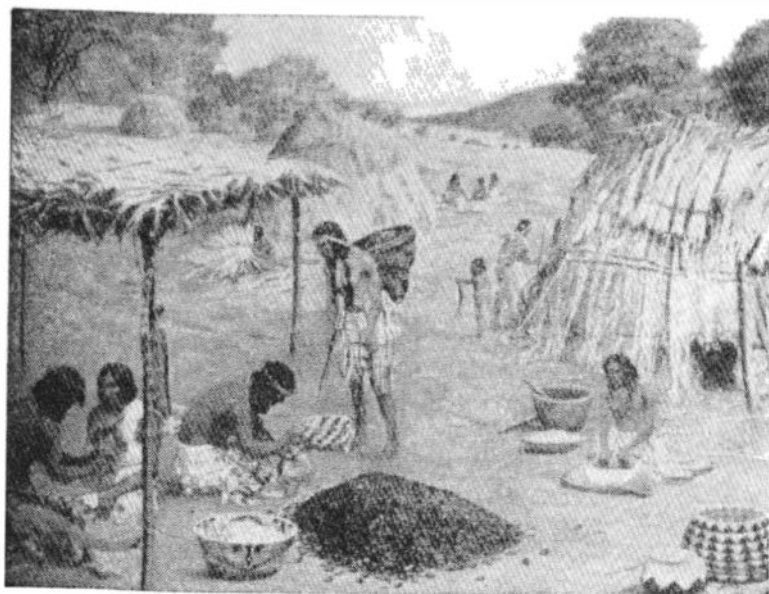
As dificuldades, entretanto, não param aí, e se é difícil explicar a origem da linguagem, mais difícil é descobrir quais eram as idéias que êsse homem queria expressar. As pesquisas estenderam-se ao estudo dos conceitos religiosos do homem primitivo. Assim a palavra *totem* usa-se para designar um animal protetor, cuja misteriosa proteção pode estender-se a toda uma tribo ou apenas a um simples indivíduo.

Esta palavra é de origem americana, pois era usada pelos índios algonquinos, mas a idéia que representa é talvez a mais universalmente estendida entre os povos primitivos. O totemismo parece ser ingênito na espécie.

O totemismo contribui a organizar a sociedade humana em grupos, que possivelmente precedem à divisão em famílias e tribos. Há povos primitivos nos quais todos os membros de um grupo totêmico se consideram irmãos e vivem em comum. Todos os povos primitivos têm locais secretos,

ou *tabus*, onde se reúnem os adultos da tribo para praticar as cerimônias e danças de iniciação.

Assim sendo, nota-se que o *totem* não é um animal fantástico; é um espírito dos animais vivos, que está disseminado entre todos os seres de sua espécie. É misterioso, porém, o modo pelo qual o animal exerce a proteção sobre o homem, de que maneira o ajuda ou como seu poder se estende até êle; mas que o *totem* ajuda em casos difíceis é para todos êles inegável, assim como alivia e cura as enfermidades.



PRIMITIVOS MODERNOS — Indígenas americanos

Devido à complicação que manifestam tôdas as cerimônias religiosas, o sacerdote torna-se a figura mais importante. O nome dado pelos mongóis de *shaman* foi aceito por todos os cientistas para expressar a idéia de curandeiro e sacerdote (o *pagé* dos nossos índios). O *shaman* é dono de um poder sobrenatural e é o único a conhecer a fórmula misteriosa que livrará um indivíduo de um mal que se veja possuído.

As cerimônias são regulamentadas pelos *shamanes*. Em geral muitas destas cerimônias se verificam em choças ou cabanas comuns. Nos povos nômades ou caçadores, para realizarem os ritos da caça pintam os animais que desejam caçar. Daí considerarem alguns, ter o homem primitivo pintado nas rochas, nas pedras, figuras de animais.

O canto e a poesia pouco a pouco começaram a ter um valor nas cerimônias das confrarias primitivas.

A IDADE DA PEDRA LASCADA OU PALEOLÍTICA

Os restos fósseis, encontrados em terras européias, forneceram material aos estudiosos para separar em duas raças bem definidas os europeus primitivos; são elas a de Neanderthal e a de Cro-Magnon.

O fóssil do homem de Neanderthal provém de uma pequena caverna localizada perto de Dusseldorf, onde se encontraram, em 1856, alguns ossos e um crânio. Segundo os estudos realizados, pode-se dizer que devia pertencer a uma raça de homens pequenos, a maioria deles com estatura menor de um metro e meio, braços curtos e mãos não tão perfeitas como a do homem atual. A raça de Neanderthal parece ter-se extinguido na Europa com a chegada de outros homens de maior estatura e mais capacitados, que ficaram conhecidos com o nome da raça de Cro-Magnon, porque os primeiros esqueletos encontrados foram descobertos no povoado de Cro-Magnon, perto da Dordonha, no ano 1868.

Estes já eram de estatura bem elevada, grande capacidade craniana e esqueleto análogo ao do homem moderno.

Tanto um como outro viveram numa primeira época da Idade da Pedra, chamada *paleolítica* (do grego *palos*, antigos, *lithos*, pedra, portanto "pedra antiga"), que se caracteriza pelos utensílios de pedra não serem polidos e sim simplesmente quebrados ou lascados.

O homem de Cro-Magnon deixou esculturas e pinturas admiráveis. As cavernas, que serviam de refúgio e santuários trogloditas, estão ricamente pintadas e vários estudos foram realizados baseados nestas pinturas.

Acreditava-se anteriormente que em certo período os homens habitassem em cavernas, daí o nome de "homens das cavernas", como se qualifica ainda hoje os *neanderthals* e os *cro-magnones*. Notou-se, porém, que estas cavernas eram em geral de difícil acesso, úmidas, e que deviam ter servido somente como refúgio em momentos difíceis. Assim a habitação humana deve ter sido a cabana de troncos e ramos. Mas qual seria a razão desses verdadeiros santuários dos caçadores pré-históricos? Seriam os animais ali pintados fetiches, ou haveria uma finalidade puramente estética? Várias teorias foram expostas e muito ainda está para ser elucidado neste ponto.

Quanto ao número de anos, que teria durado cada um destes períodos, ou quando teriam começado, diversas hipóteses já foram oferecidas. Um dos resultados alcançados é o seguinte: desde que o gelo começou a retroceder, já passaram 10.000 anos. Mas, qual a época em que teria começado o período que chamamos paleolítico é impossível de ser respondido; mas, pela idade geológica dos terrenos em que se encontram objetos e pinturas, pode dizer-se que o homem europeu fez os primeiros ensaios de arte, numa época muito remota, uns 30.000 anos a. C.

A IDADE DA PEDRA POLIDA OU NEOLÍTICA

Após os *cro-magnones* e outras raças de caçadores pré-históricos europeus, vieram povos de outra cultura. Este período ficou conhecido como o da pedra polida, que foi chamado de neolítico (de *neo*, novo e *lithos*, pedra).

Várias hipóteses foram feitas sobre o desaparecimento dos *cro-magnones*, porém o que se sabe de positivo é que a civilização neolítica é completamente diferente da anterior. Neste período, inicia-se o cultivo da terra, a domesticação de animais, a cerâmica, etc.

Desta época restaram até hoje as construções megalíticas (de *megas*, grande e *lithos*, pedra) possuidoras de um aspecto impressionante. É comum encontrar-se tipos de monumentos, que se reduzem ao formato de uma mesa, e que recebem o nome de *dolmen* (*dol*, mesa e *men*, pedra, em língua bretã). Os *dólmenes* encontram-se em grande número nos países europeus, e também em certas regiões da Ásia e África.

O homem deste período já conhecia os cereais e usava a farinha, como base da alimentação, assim como já sabia tecer.

AS PRIMEIRAS IDADES DO METAL

A substituição da pedra pelo metal, no final do período neolítico, é o grande momento da Humanidade. Várias hipóteses foram formuladas sobre a maneira como teria se processado a descoberta dos metais e o seu preparo. As primeiras armas de metal são de cobre, imitando a simples forma da foice triangular de pedra.

A agricultura teve o seu desenvolvimento com o arado, e daí a tribo começou a organizar-se de forma mais estável. Começaram a armazenar alimento para as épocas difíceis. A domesticação dos animais iniciou-se com o cão, porém a grande conquista do homem dêste período é a domesticação dos ruminantes. Passa o homem de simples caçador a pastor. O primeiro animal a ser domesticado deve ter sido o boi e depois o cavalo. Com o boi e a vaca, grandes mudanças se processaram. A família aumentou em número pois necessitava de mais braços para o trabalho do pastoreio, assim como havia alimento mais fácil e mais seguro. Os lugares favoráveis para o pastoreio começaram a ser procurados. Assim, famílias inteiras emigraram à procura de bons pastos. Daí explicar-se que nas planícies do leste e norte da Europa, os nômades pastôres, em tribos cada vez mais numerosas, iam formando nações sem residência fixa, nos vales e locais férteis, dando posteriormente nascimento a povoados.

OS ÁRIAS NA EUROPA

Sabe-se por intermédio de escritores gregos e romanos, que o centro e o norte da Europa estavam habitados por germanos ou teutões, dácios, trácios, eslavos, escitas e letões, etc.

Em fins do século XVIII, observou-se que o sânscrito, ou língua literária da Índia, tinha analogias com o zenda ou persa antigo. Mais tarde descobriu-se que o zenda e o sânscrito, com o armênio e talvez o hitita e o frígio, tinham um fundo comum com as antigas linguas da Europa ocidental. Chamou-se êste conjunto de "grupo ou família de linguas indoeuropéias".

Estabeleceu-se, como origem comum de todos os povos de linguas indoeuropéias, a vertente norte do Himalaia; uns teriam descido até a Índia, outros teriam avançado até a Pérsia, Ásia Menor e centro da Europa. Chamaram-se *árias*, porque a região de procedência se chama *Arian*.

Fixada desta forma o lugar de origem, explicaram-se as deslocações sucessivas e periódicas dêsses povos do seguinte modo: primeiro se teriam desprendido os teutões celtas e italiotas, que teriam chegado até o extremo oeste da Europa; seguiu-se uma onda de letões, dácios, ilírios e helenos; e numa terceira deslocação, os trácios e eslavos; e finalmente os que foram formar os sármatas e escitas.

Muitas retificações foram feitas a esta hipótese e uma delas, baseada no estudo comparado dos objetos e linguagem dos povos ários, não dá como a vertente do Himalaia o local de origem. Atualmente, e quase a unanimidade, de arqueólogos e etnólogos aceita que os chamados árias procediam da Europa e que dali emigraram até encontrar os árias da Ásia. Os que restam ainda, entre o rio Volga e

Danúbio. são os que conservam mais fortemente os caracteres predominantes dos árias: cabelo loiro, tez branca transparente, corpo robusto, etc. Apareceram na História com o nome de teutões e celtas.

Calcula-se que a população da Europa neolítica não era muito densa. Aceita-se a hipótese que deviam emigrar de um local para outro, devido às necessidades de seus rebanhos e de sua agricultura rudimentar, e mais ainda, pelas guerras internas.

Os árias *teutônicos* viviam para a guerra. A vida deles está descrita nas páginas de várias obras, como nas *Eddas*, ou cantos escandinavos; nos *Nibelungos* e no poema anglo-saxão *Beowulfo*.

Não eram bons construtores, sendo seus edifícios de madeira.

Quando a tribo partia para uma campanha guerreira, as espôsas acompanhavam os maridos. Os costumes, em geral, eram muito severos e respeitados por todos.

Quanto aos *celtas*, têm êstes muita importância como elemento constituinte da povoação da Europa, e se estenderam até a Ásia Ocidental. Segundo César, "as palavras Celta e Galo são o mesmo nome pronunciado diferentemente". Assim, tôda a região ocupada atualmente pela França e Bélgica devia ter sido ocupada por elementos celtas antes da invasão dos franco-teutônicos. Estes galo-celtas do outro lado do Pó distribuíram-se pela Itália, pela Bretanha, pelo País de Gales, os galegos da Espanha e de Portugal, na Galícia, os gálatas do Bósforo, etc.

AS ORIGENS DO EGITO

O Egito não é mais do que o vale do rio Nilo, estreita faixa de terreno fertilizado que se estende ao longo das duas margens. No norte, começa o Delta, vasta planície cortada pelos braços do Nilo e seus canais. Na verdade, como já dizia Heródoto, "o Egito é um presente do Nilo".

As origens do passado pré-histórico egípcio perdem-se nas brumas da História. Podemos atestar, segundo os vestígios encontrados no vale do Nilo, ter havido ali uma população nômade muito primitiva.

A história cronológica nos dá o período compreendido do ano 4.000 a 3.200 a. C. como pertencente ao período *pré-dinástico*. Nesta época, a região dividia-se num sistema de vinte províncias ou *nomos*, que conservaram certa autonomia até a conquista romana. Verificou-se, porém, no início do quarto milênio, ter havido uma unificação destas províncias, originando-se duas regiões com centros de direção autônomos: uma ao norte e outra ao sul.

Discute-se muito a origem dos primeiros povoadores do vale do Nilo. Por volta do sexto milênio a. C., é provável que povos de raça africana tenham vindo estabelecer-se ali. Sabiam o método de fabricação de certos metais, além de terem uma cerâmica muito desenvolvida, da qual foram encontrados muitos vestígios. O tipo racial *pré-dinástico* é semelhante ao das épocas posteriores. Segundo certos estudiosos, haveria duas raças primitivas: a dos aborígenes, talvez mediterrâneos, e a dos invasores africanos. Segundo Flinders Petrie, nas mais antigas representações picturais, chegam a aparecer até seis tipos físicos diferentes, que, por seu aspecto, deviam ser líbios, sírios ou asiáticos. Desta mistura, produziu-se um tipo humano que vai



O famoso KEFREU, exemplo de hieratismo egípcio

caracterizar o tipo egípcio. Tal miscigenação devia ter sido favorecida, pois não se encontra restrições quanto ao cruzamento, chegando a ser difundido o casamento entre faraós e rainhas de sangue estrangeiro.

Este período pré-dinástico teve grande significação na história posterior egípcia. Houve progressos em vários setores, dentre eles as artes, ciências, etc. É desta época o uso dum sistema de escrita, da qual não restou vestígios, apesar de algumas amostras terem chegado até nós, assim como a invenção de um calendário solar, com muita exatidão, o que leva a admitir ter havido um grande desenvolvimento na matemática e outras ciências afins.

A HISTÓRIA FARAÔNICA

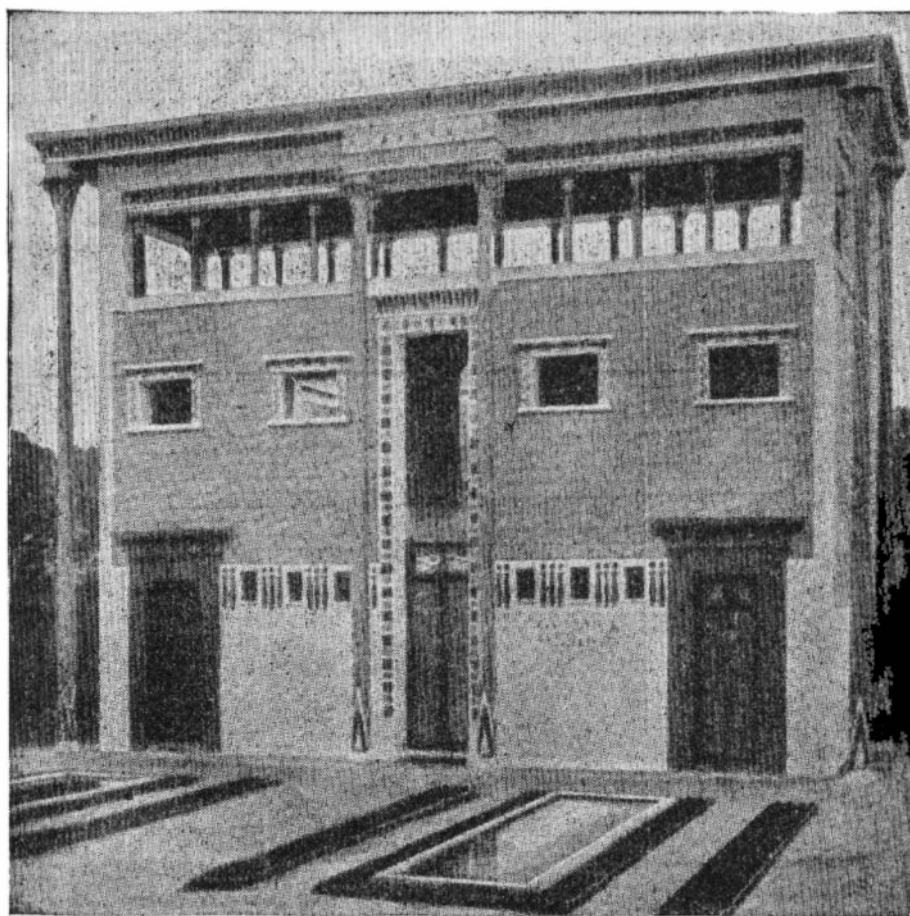
Por volta do ano 3.200 a. C. os impérios do norte e do sul foram unidos formando um só. Segundo a tradição, *Menés* foi o fundador da primeira dinastia e após ele seguiram-se cinco outras. Apesar da capital ter sido durante as duas primeiras dinastias *Tínis*, a terceira a mudou para *Mênfis*, sendo este período conhecido na história como o "período menfítico".

Os faraós do Antigo Império não foram absolutistas, nota-se mesmo o papel importante dos sacerdotes, os quais mantinham uma não separação do Estado com a Religião, considerando o faraó como o supremo sacerdote.

O título de faraó era hereditário, e aquele que ocupasse esta alta função, devia passar por um longo e difícil aprendizado, onde o papel do pai era muito importante.

O Antigo Império teve um carácter não-militarista e a política adotada foi a de não agressão. Daí o faraó não possuir um exército permanente nem uma força militar à sua disposição. Considera-se como fim do Antigo Império o ano 2.300 a. C.

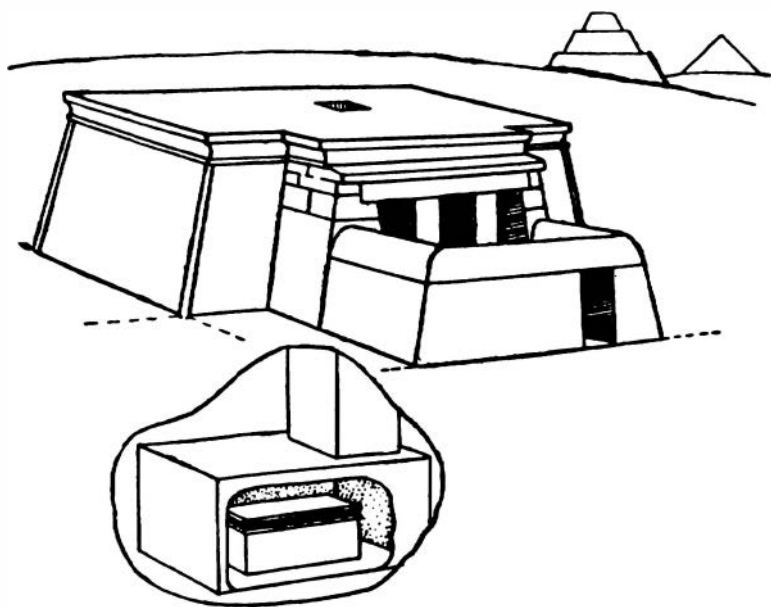
Na XIII dinastia, o Egito caiu num estado de desagregação feudal que passou para a História como a Idade Mé-



Uma moradia egípcia

dia egípcia, e corresponde ao Médio Império, cuja duração vai do ano 2.100 ao de 1788 a. C.

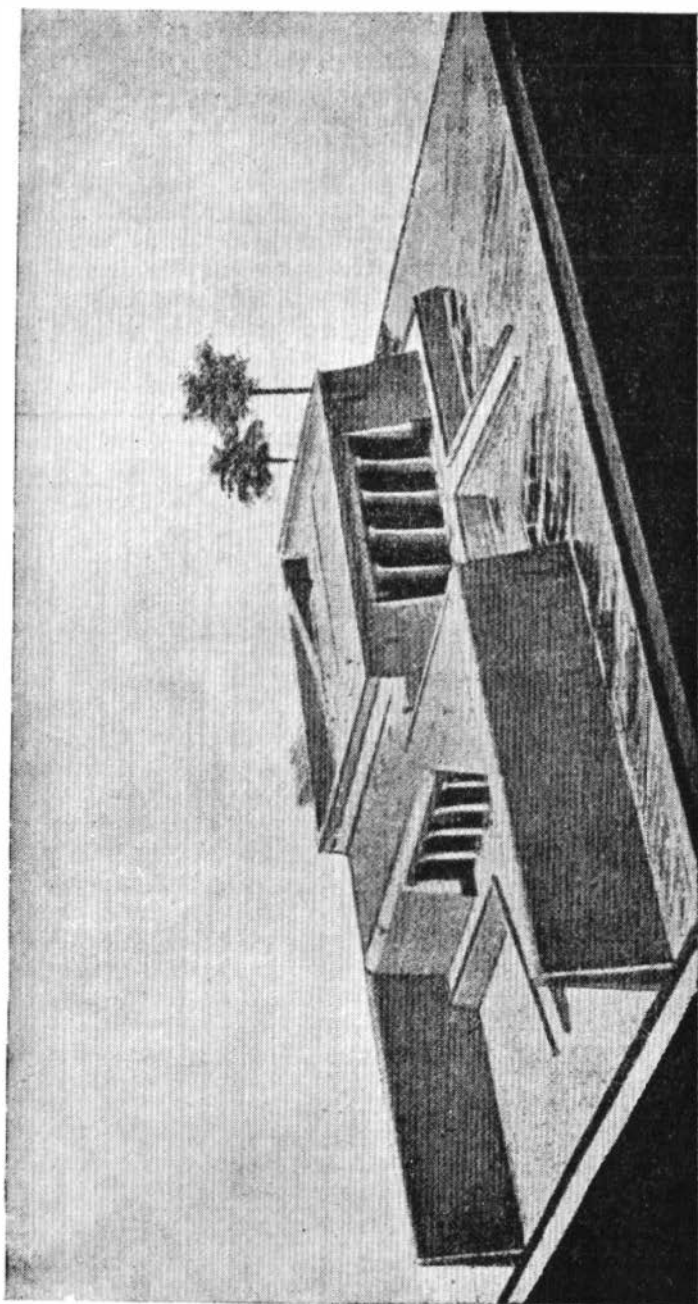
Nesta época os *hicsos*, os chamados "reis pastôres", povo de língua semítica, da Ásia Ocidental invadem o Egito, dominando a região devido às novas técnicas de combate. Comumente diz-se que os *hicsos* venceram devido ao fato de possuírem cavalos e carros de guerra, mas devemos considerar que o Egito se apresentava em estado de grande desagregação.



Esquema de uma mastaba egípcia

Estes *hicsos* ocuparam o Delta, e dali expandiram o seu domínio por todo o Egito, concentrando-se, porém, em Tebas um núcleo de reação contra os atacantes.

É de Tebas que parte o movimento de defesa, que culminou com a expulsão dos invasores. Amósis I, fundador da XVIII dinastia, tornou-se o chefe herói que reunindo grupos armados conseguiu definitivamente expulsar os



Templo egipcio

hicsos. Após esta vitória tão esperada, Amósis consolidou o governo. Este período ficou na História com o nome de "período do Império", estendendo-se de 1580 a 1090 a. C. As dinastias, que o sucederam, continuaram na política de centralização do poder e formação de um espírito militarista agressivo. Iniciam-se incursões a países localizados fora das fronteiras egípcias, como a Síria, Palestina e outros. Tutmés I levou suas tropas até à Mesopotâmia, tornando-se, assim, senhor dum império que se estendia do Eufrates às cataratas do Nilo.

No Egito iniciou-se, então, uma nova era. Os povos subjugados foram obrigados a pagar pesados tributos; a riqueza começou a circular de forma extraordinária, vindo com ela, como é natural, o luxo e o requinte.

Nesta época, há a formação do exército como força do Faraó e ao qual cada cidadão é obrigado a servir em qualquer circunstância.

Um dos últimos Faraós deste período foi Ramsés III. Dava-se a invasão dos bárbaros, povos nórdicos, vindos da Europa, que ocuparam tanto a Ásia Menor como o Egito.

Do século X ao VII, uma dinastia de bárbaros líbios ocupa o trono. Sucedeu-lhes uma linhagem de etíopes ou núbios, e em 670 a. C. os assírios atacam e mantêm a supremacia por alguns anos. Após os assírios, os egípcios conseguem um breve renascimento cultural e tornam-se independentes, porém esta situação não duraria muito, pois, em 525, as tropas de Cambises, rei dos persas, conseguem, em Pelusa, no Delta, uma grande vitória sobre o faraó Psamético III.

Mais tarde vem o domínio dos gregos com Alexandre, o Grande, que funda no Delta uma grande e magnífica cidade, Alexandria. Depois os romanos reduzem-no à condição de província romana.

A CIVILIZAÇÃO EGÍPCIA

Há aspectos culturais que merecem uma referência. Um dos mais importantes na cultura egípcia é sem dúvida a religião, devido o papel predominante que teve na vida dos antigos egípcios.

Foi durante o reinado dos três primeiros Faraós que se unificou a religião egípcia, constituída anteriormente de um conjunto de cultos totêmicos, estruturando-se num culto de carácter nacional: o culto de Osíris.

Osíris era o julgador das almas, sendo também o deus do Nilo. Seu culto começou como uma religião da natureza. Personificava o Nilo, rio que desde épocas remotas sofria o mesmo regime que o atual. Os antigos egípcios desconheciam as causas da enchente do Nilo. Hoje sabe-se que é devido às chuvas tropicais do verão, que se processam juntamente com a fusão das neves das montanhas localizadas nas regiões centrais africanas. Quando acaba a inundação, no mês de setembro, a terra se apresenta coberta com um limo fertilizante. Iniciam-se então as plantações, possibilitando a estas vastas regiões serem habitáveis, sem o qual permaneceriam sendo imensos desertos tórridos.

Porém, voltando a Osíris, o seu aparecimento é explicado por uma lenda. Sua morte e ressurreição simbolizavam a regressão das águas do Nilo, no outono, e a volta delas na inundação da primavera. Vemos a que ponto tão íntimo está ligada a existência do deus, pois a própria vida do homem egípcio estava subordinada à enchente do Nilo.

Sendo Osíris o julgador das almas, é ante ele que elas comparecem. Ísis, sua mulher, está perto das almas; Anúbis as coloca numa balança; Tot toma nota do peso e Amit,

o crocodilo devorador, está pronto a tragar a alma que pe-sou mais que uma leve pluma.

Outro deus, que compartilhava de igual poder que Osíris, era Ra, deus do templo de On, chamado pelos gregos de Heliópolis, ou cidade do Sol. Em Heliópolis, centro cultural da antiguidade egípcia, vários gregos vieram estudar, entre êles: Tales, Heródoto, Platão, Pitágoras, etc.

Mas a religião de Osíris e Ra começou a sofrer adulterações. O seu significado ético foi destruído, e a magia e a superstição ganhou mais ascendência. Uma reforma religiosa revolucionária processou-se então, tendo como chefe o faraó Amenhotep IV (iniciou a reinar no ano 1375 a. C.). Declarou serem os antigos deuses egípcios meras superstições e consagrou-se ao culto de um único deus, onipotente: *Aton*. Chegou a mudar o seu próprio nome de Amenhotep ("Amon repouso") para o de Aken-Aton ("Espírito de Aton").

A reforma imposta por Akenaton não teve muita duração. Nos últimos anos do seu reinado viu-se forçado a passar o governo ao seu genro Sakerhe, que foi logo deposto, subindo Tut-ank-Amón ("a imagem viva de Amón").

Outro aspecto cultural, muito desenvolvido no Egito, foi o das artes, notabilizando-se entre elas a escultura e a arquitetura.

Já o Antigo Império teve a sua arquitetura caracterizada pelas pirâmides. As mais famosas foram as construídas pelos faraós *Keops*, *Kéfren* e *Mikerinos*. Estas pirâmides foram consideradas como uma das sete maravilhas do mundo, mas é digno de notarmos, que não são as únicas, pois há uma quantidade incalculável do mais variado tamanho.

Não nos estenderemos aqui quanto à construção destes magníficos monumentos. As divergências existem, e uma explicação satisfatória não foi dada, quanto ao significado de sua construção.

Durante o Médio Império o templo sobrepujou a pirâmide. Com suas imensas proporções, com a construção

maciça que expressaria a força nacional e a crença na eternidade da cultura, os templos ocupam um lugar importante. Os mais famosos foram o de *Karnak* e *Luxor*. *Karnak* foi o maior edifício religioso até agora construído.

A escultura também teve o seu papel importante. As estátuas dos faraós eram em geral colossais (muitas até



O famoso escriba que se acha no museu do Louvre

chegavam a ter 30 m de altura). Quanto à rigidez do corpo, que em geral serve como protótipo da escultura egípcia, não era a única aceita, pois aparecem em certos períodos corpos destorcidos e em posições variadas.

Quanto à pintura, encontra-se esta espalhada nos murais e teve o seu maior desenvolvimento durante o reinado de *Akenaton*, e após êle. A vida social e econômica egípcia caracteriza-se pelo fato de, apesar dos graus de desigualdade econômica, serem grandes as possibilidades de passar de uma classe social a outra. A população egípcia se dividia em cinco classes: a família real; os sacerdotes, os nobres; a classe média dos escribas, mercadores, artesãos e lavradores; e por fim os servos. Quando o exercito começou a tomar parte ativa, e estruturar-se dentro dos moldes do profissionalismo, apareceu como uma sexta classe a dos soldados profissionais, colocada logo abaixo dos nobres. Os escravos obtidos nas guerras de conquistas formaram uma classe, a qual não possuía nenhuma regalia, e era ela formada somente de homens forçados a trabalhar para o governo.

A alimentação dos nobres ricos era muito variada. Constava de carne, aves domésticas, bolos, frutas, cerveja, doces, etc. Os utensílios eram ricamente adornados, assim como as roupas usadas e os interiores das habitações.

Alongariamo-nos muito tratando dos diversos aspectos culturais dos egípcios. Realmente apresentam um contexto cultural muito rico. Temos de ressaltar que a chave para desvendar a história egípcia foi descoberta no século XIX. A grande dificuldade se estribava no completo desconhecimento da escrita hieroglífica, e daí não poderem ser lidos os numerosos documentos (inscrições em pedra, papiros, paredes dos templos e sarcófagos). Mas, depois de decifrados, forneceram material para construir a história egípcia.

Em 1822, um sábio francês, J. François Champollion decifrou a chave desta escrita através da famosa Pedra de Roseta, encontrada durante a expedição militar realizada por Napoleão no Egito. Esta pedra continha uma inscrição bilingüe: em egípcio e em grego. Após prolongados estudos e profunda dedicação do jovem Champollion, foi possível a decifração da difícil escrita com a reconstrução posterior da história deste grande povo.

Geralmente se diz que para os egípcios tudo estava superditado à conservação do cadáver, e para isto emprega-

vam seus bens e tôda a sua atenção durante os anos de vida. Em parte há razão em dizer-se tal coisa. Já Heródoto explicava haver três tipos de embalsamamento, sendo os dois primeiros de um elevado preço e o último mais um ato de caridade, sem preço fixo. Para embalsamar o cadáver, retiravam-se primeiramente as entranhas e a gordura superflua, que eram guardadas em vasos. O corpo, assim preparado, era envolvido em compridas vendas de tela, entre as quais se mesclavam unguentos aromáticos. Cada vez que uma volta era dada pronunciavam palavras mágicas e colocavam amuletos em certas regiões do corpo. O cadáver, assim protegido, era depositado num ataúde de madeira, e quando possível, êste por sua vez, num sarcófago de pedra.

Qual seria a razão de assim proceder e acreditar numa vida futura no reino de Osíris? A explicação mais satisfatória é que os egípcios acreditavam na existência de duas almas ou espíritos desde o nascimento do homem: uma ficava com o corpo (daí ser necessário embalsamá-lo), e a outra partia para o reino de Osíris.

Por serem os faraós considerados personagens divinos, era necessário conservá-los. Encerravam-nos em magníficas construções, que até hoje servem para atestar o poderio e riqueza de que eram donos.

Foi somente ao chegar a quarta dinastia que os sepulcros reais adquiriram a forma piramidal. A construção dessas pirâmides, contadas na antiguidade entre as sete maravilhas do mundo, levou muitos séculos, além da sua construção exigir uma multidão de trabalhadores, assim como bons arquitetos e eficientes agrimensores.

AS PRIMEIRAS CIVILIZAÇÕES MESOPOTÂMICAS

Os gregos chamavam de Mesopotâmia (cuja etimologia é *meso*, entre, e *potamos*, rio, entre rios), ao país que se localiza nos vales inferiores dos rios Tigre e Eufrates. É interessante notar que êstes dois rios correm paralelos, atravessando um extenso planalto; ambos sofrem um aumento de suas águas na primavera, sendo que o Tigre recebe as águas provenientes da fusão das neves das montanhas da Armênia, (a cheia é no mês de março, voltando ao normal em fins de junho), e o Eufrates recolhe as águas do rio Taurus.

A chuva, que é tão escassa no Egito, também apresenta o mesmo regime nesta região. Em épocas anteriores, os extensos planaltos áridos ali existentes, eram regados por inúmeros canais e represas construídos, hoje desaparecidos quase por completo.

A Bíblia (no livro da Gênesis), dá a Mesopotâmia como o local onde teria aparecido o primeiro homem e donde ter-se-ia expandido a raça humana. Ali foi o Paraíso, o Éden; ali viveram os patriarcas até dar-se o Dilúvio; ali se edificou a célebre Torre de Babel, e foi de uma cidade chamada Ur, que Abraão partiu para a Palestina.

As ruínas das antigas cidades mesopotâmicas oferecem ótimos elementos para pesquisas arqueológicas, e daí terem muitos estudiosos se dedicado a êste trabalho exaustivo, procurando explicar que tipo de civilização ali existira em épocas anteriores.

Os primeiros povoadores dêste país não foram, como a Bíblia já fazia menção, de pura raça semítica. Os semitas chegaram muito mais tarde e foram invasores de

terras já ocupadas por outros; êstes, conhecidos na História como os sumérios, eram provenientes de Sumer, como êles próprios chamavam o seu país de origem.

Os *sumérios* estabeleceram-se na parte baixa do vale do Tigre e do Eufrates entre 3500 a 3000 a. C. Tinham um sistema de escrita que ficou legado em inscrições feitas em tabuinhas de barro. Podem ser lidas sem grande dificuldade, devido ao fato dos semitas posteriores, para os quais a língua dos sumérios era desconhecida, procurarem guardar êstes textos com traduções suas, feitas muitas vêzes ao próprio lado. É baseando-se nestes textos sumérios que se afirma ser esta língua aparentada com as do grupo turânio, da qual fazem parte o turco, o finlandês e o mongol. O tipo físico não era o da raça semítica. Nas estátuas, vemos manifestado o costume de raspar o rosto e a cabeça; o nariz se caracterizava por ser grande e pontudo e os lábios carnudos. Em geral costumavam vestir um simples manto, dobrado desde a cintura até os pés, como se fôsem saias, às vêzes subindo até o ombro esquerdo, e na cabeça levavam geralmente um turbante.

A imigração dos sumérios deve ter-se processado após o fim do período glacial. Em Ur, cidade da qual procedia Abraão, praticava-se o culto à Lua, que era um deus masculino, "o pai dos deuses", e pai de seu paralelo Sol, que se venerava na cidade de Nippur. A deusa *Ishtar*, que depois foi a *Astarot* ou *Astarté* dos fenícios, e a Vênus dos romanos, parece ter sido também, no princípio, um espírito masculino, depois convertida na estrêla da manhã ou a "senhora da madrugada".

Os semitas, que começaram a penetrar na região ocupada pelos sumérios, provavelmente vinham da Arábia. Adotaram muitos costumes dos sumérios, mantendo, porém, outros seus. Com o passar dos tempos, sumérios e semitas acabaram por habitar o mesmo país, sem manifestarem antagonismo, mas enquanto os sumérios dominavam a região do Delta, os semitas se localizavam em maior número no norte.

Foi no planalto do Eufrates que, pela primeira vez, se cultivou o trigo e a cevada, a maioria das árvores frutíferas e várias hortaliças. Mas a grande invenção dos sumérios

foi a escrita cuneiforme. No início, devia ter sido pitográfica, representando cada pitografia um objeto, depois se estilizou tornando-se geométrica, e finalmente, as figuras esquemáticas podiam desenhar-se com elementos em forma de cunha, pois eram gravadas com um estilete de ponta triangular, sobre a argila ainda mole.

Porém, mesmo com a descoberta da escrita cuneiforme é difícil dar uma cronologia exata dos sumérios. Tal advém do fato de terem misturado de tal forma a lenda com a história, que apesar do grande número de tábuas com inscrições de leis, etc., não podemos afirmar nada que não seja passível de erro.

Foi da mistura destas duas raças, tão diferentes, mas que se acomodaram, procurando viver conjuntamente sem grandes antagonismos, que chegou ao apogeu a cidade de Babilônia. A descoberta do *código de Hamurabi*, realizado por uma delegação francesa quando explorava as ruínas de Susa, trouxe à luz coisas importantíssimas. Hamurabi foi o sexto rei da primeira dinastia babilônica e reinou por volta do ano 2050 a. C. Este código, verdadeira obra de arte e sabedoria, trata de todos os problemas sociais, econômicos e políticos da época.

Outro grande descobrimento foi o do poema de *Guilgames*.

Os babilônios dedicavam-se muito ao estudo da astrologia, e para isto observavam cuidadosamente os corpos celestes. Aí nasceram os horóscopos. O céu brilhante da baixa Mesopotâmia despertou, sem dúvida, o desejo de conhecer as leis que regem os astros e seus eclipses. Os primitivos sumérios descobriram a lei da repetição, isto é, que os eclipses se repetem em igual ordem cada dezoito anos, com um atraso de dez dias.

Vem dêles a instituição do descanso no sábado. O próprio nome *Sa-batu* é sumério. Vem da palavra, *Sa*, que quer dizer coração, e *bat*, cessar. É o dia do descanso, decorrente de uma necessidade fisiológica, ou seja a de trabalhar seis dias e descansar no sétimo.

Porém, como já dissemos anteriormente, próximo aos sumérios se estabeleceram os semitas. Estes sanguinários,

conquistadores e agressivos, por muitos séculos, fizeram todos os povos da redondeza tremer e sofrer suas terríveis incursões guerreiras. O primeiro império semita estabeleceu-se na cidade de *Akkad*, perto de Babilônia, por volta do ano 2850 a. C., e seu fundador foi Sargão. Iniciou-se aí o primeiro grande império semita na Ásia Ocidental. A primeira dinastia semítica, realizada por Sargão, começou em *Akkad*, mas logo em seguida o centro político passou para Babilônia. Aí já existia um pequeno aglomerado de sumérios, mas tornou-se realmente numa grande cidade quando começaram a processar-se outras invasões de semitas. Ao sul predominavam os sumérios, ao norte começava a Assíria, com semitas puros.

Babilônia foi considerada para os dois povos como uma cidade santa, e o seu rei *Marduk* acabou por ocupar o lugar predominante entre tôdas as demais divindades assírias e sumérias. Era a grande metrópole da Ásia!

Durante o primeiro império babilônico, a Assíria não era nada mais que uma província regida por um monarca não independente. Por volta do ano 2000 a. C., na margem direita do Tigre, estabelecera-se um grupo de semitas, que tributavam culto a uma divindade solar, chamada Assur.

Os governantes assírios mantiveram-se numa posição respeitosa de feudatários de Babilônia até dar-se o ataque de Tutmés III, que chegou ao Eufrates. Aí, tornaram-se independentes, e Babilônia, vendo que dali se originaria uma nova força, a qual não poderia ser repelida, tentou uma aliança, realizando o casamento do rei de Babilônia com uma filha do rei assírio.

Até 850 a. C., Babilônia foi respeitada pelos monarcas assírios. Nesse ano, Salmanassar, monarca assírio, entrou na cidade, não como inimigo e sim como protetor, e disto resultou a anexação de Babilônia à Assíria.

Vários acontecimentos se deram, todos êles em reinos curtos e sem brilho. Em 722 a. C., subiu ao poder Sargão II, o qual iniciou uma série de incursões sanguinárias. Conseguiu o título de rei titular de Babilônia. Contudo, após a sua morte, voltaram a apresentar-se novos problemas: o primeiro era como devia ser governada Babilô-

nia que fôra anexada à Assíria; e segundo, como castigar o Egito.

O filho de Sargão, *Senaquerib*, adotou uma política brutal e tratou Babilônia como uma província assíria, sem nenhuma consideração pelo seu brilhante passado, e jurou a sua destruição por ter esta se rebelado. No ano 689 a. C., Babilônia foi tomada e destruída. Após os saques foi arrasada completamente. Morto Senaquerib sucedeu-lhe o filho, o qual conquistou o Egito. Dêle tomou o poder seu filho, Assurbanipal, o "Sardanapalo" dos gregos. Este monarca teve um papel importante: reuniu no seu palácio, construído em Nínive, uma grande biblioteca. Porém sem deixar de seguir a linha dos seus antecessores, tratou com crueldade as populações dominadas. O fim se aproximou também de Nínive, e em 625, atacada por grupos de escitas e medos, caiu para não mais se erguer.

—

,

OS SEMITAS NA PALESTINA

A Palestina é um país montanhoso, que se estende entre o deserto da Arábia e o mar. Próximo à costa, encontram-se planícies férteis, que transformando-se em colinas, vão formar as montanhas da Judéia. Apresenta esta região aspectos do ponto de vista geológico bem interessantes: o extenso vale do Jordão, com o lago dos Tiberíades e o mar Morto. O lago dos Tiberíades está a 200 metros abaixo do nível do mar, e o Jordão, quando alcança o mar Morto, está a 400 metros abaixo do nível do Mediterrâneo.

É interessante notar-se que apesar da proximidade com o Egito, a raça preponderante na Palestina foi a asiática. Os semitas estabeleceram-se ali e prestaram uma notável contribuição ao pensamento humano. Das tribos de Israel, que mais tarde formaram a nação judaica, nasceu o espírito que iria dominar, séculos mais tarde, o mundo, e que foram compilados na Bíblia, convertido em texto santo para quase toda a humanidade.

Temos de frisar que, apesar de assim ter-se aceito, não foram os judeus os primeiros povoadores da Palestina. Vestígios de povos do período paleolítico (8000 a. C.) foram encontrados. Estes povos teriam habitado esta região até o ano 3000 a. C., quando chegaram da Arábia as primeiras vindas de imigrantes semitas. Estes grupos semitas, que alcançaram a Mesopotâmia, convivendo com os sumérios, e preponderando mais tarde na Babilônia, dirigiram-se também para o norte, fundando povoados, que deram origem à Assíria, indo outros formar os reinos arameus da Síria, Damasco e Fenícia.

Outros grupos talvez tenham vindo diretamente da Arábia para a Palestina. Conhecedores do uso dos metais, estavam em condições de impor-se ante os seus predecessores.

res, resultando daí os chamados cananeus, que foram encontrados por Abraão ao chegar a esta região.

Abraão deve ter vindo numa destas emigrações, por volta do ano 3000 a. C., porém não há nenhum vestígio dêle ter vindo da Arábia. Conta a Bíblia, que Abraão era de Ur, da Caldéia, localizada no delta do Eufrates. Ur quer dizer cidade: a pátria de Abraão era pois uma cidade, afirmação esta que vai contra o seu pretenso nomadismo.

Ur (cidade formada de palhoças de barro e madeira), era cercada de campos, onde os nômades semitas costumavam deixar os rebanhos pastarem.

Segundo a Bíblia, e provado pelos últimos estudos da história, Abraão, com sua família, saiu de Ur, e encaminhou-se rumo ao oeste, chegando a penetrar na Palestina, onde fizeram um acampamento em Siquém. Além dos cananeus, existia ali grupos de hititas. Nesta época, a Palestina estava sob a soberania do faraó egípcio.

A história de José, contada na Bíblia, relata-nos a emigração dos hebreus, para o Egito. Não podemos precisar a época, mas foi durante um período de fome. A saída dos hebreus de terras egípcias deu-se durante o reinado do faraó Meneftah, o sucessor de Ramsés II. Conduzia-os Moisés, que legou ao seu povo o Decálogo, que é a concretização, em dez mandamentos, dos princípios de religião e moral. Moisés morreu no deserto de Moab, vendo ao longe a Terra Prometida ou Canaã. Porém os relatos bíblicos contam que os israelitas continuaram vagando pelo deserto ao leste do rio Jordão, pois a terra prometida estava sob o domínio dos cananeus.

As rivalidades existentes entre as diversas tribos cananéias, favoreceu o ataque e conquista dos israelitas, que devem ter ocupado a Palestina por volta do século XV a. C.; porém antes viveram durante muito tempo sem organização, o que se verificou antes de Saul tomar o poder. Saul é o primeiro rei, e morreu lutando contra os filisteus. Seu sucessor Davi, estabeleceu uma capital para o seu reino, escolhendo para tal um local nas montanhas da Judéia, onde já existia uma antiga cidade cananéia. Chamava-se *Uru-Salem*, cidade de *Salém*, ou da Paz. Ali construiu a cidade



Moisés, de Miguel Ângelo — Sublimidade e grandeza

de *Jerusalém*, que hoje ocupa duas colinas. Davi tinha a intenção de erigir um templo ao seu Deus. Não chegou, porém, a realizar êste desejo, e sim seu filho, Salomão, o levou a cabo. Êste rei, cujo nome ficou por longo tempo envolto na lenda, chamou os trabalhadores fenícios, e empregando material de construção, que lhe vinha desde Tiro por mar até *Jaffa* (pôrto mais próximo de Jerusalém), não sòmente construiu o grandioso templo, mas também um grande número de faustosos monumentos.

Foi com Davi e Salomão que os hebreus viveram os seus dias de prosperidade. O reinado de Davi foi o ano 1025 a 995 a. C., e resultou ser um período extraordinariamente favorável à Palestina, porque a Assíria ainda não se tornara uma fôrça, o que iria dar-se anos mais tarde. Davi era, além de homem de grande cultura e dotes artísticos, um hábil guerreiro. Salomão, vendo que o seu país era pobre, iniciou em grande escala o comércio com o remoto Oriente, e de três em três anos, sua armada costumava ir ao lendário país de Ofir, que deve ter-se localizado na Índia. Assim Salomão, acima de tudo comerciante, tornou-se rico, o que lhe permitiu sustentar uma faustosa còrte, própria de monarcas orientais. Mas, após a sua morte, a nação judaica se dividiu em dois grupos: no norte, as tribos guerreiras formaram um reino, cuja capital foi localizada em Samaria, constituída pela maioria das tribos de Israel, e, no sul, as tribos de Judá e Benjamin, que permaneciam fiéis aos descendentes de Davi, formaram outro Estado menor, cuja capital foi Jerusalém.

Foram duas monarquias rivais que originaram a corrupção dos hebreus até então unidos e fator essencial da fôrça até então gozada. Nas duas còrtes apareceram cultos idólatras. Daí nascem os profetas, cujas vozes começam a clamar contra a corrupção. O primeiro a pronunciar-se foi Amós, um pastor de *Tekoa*, perto de Jerusalém, logo seguiu-se Oséias, Isaías, etc.

No ano 722 a. C., o reino judaico do norte caíra, e Sargão, da Assíria, levava cativos cêrca de 27.280 habitantes de Samaria. No ano 701, provavelmente Senaquerib, sucessor de Sargão, apresentou-se ameaçadoramente em Canaã. Mas Ezequiel pagou um pesado tributo em ouro e conseguiu o afastamento das tropas inimigas. Êste período de paz foi de grande atividade intelectual e religiosa. Ape-

sar do território de Judá ter ficado devastado pelos exércitos assírios e ter-se reduzido em extensão, a conversão do povo novamente para Jeová começou a processar-se. É quando aparece Jeremias pregando que Jeová ainda não estava satisfeito, e que o cativo voltaria.

E, realmente, no ano 586 a. C., Jerusalém caiu novamente, e desta vez nas mãos do célebre sanguinário da história, Nabucodonosor. É da Bíblia êste trecho, que bem nos mostra o ocorrido: "Então Nabucodonosor matou a todos os jovens com a espada, e não perdoou homem jovem, nem virgem, nem velho de cabelos brancos. E levou para a Babilônia os vasos do templo de Jeová, grandes e pequenos, e os tesouros do templo, do rei e dos chefes. E queimaram o templo de Jeová; demoliram as muralhas de Jerusalém e puseram fogo em todos os palácios, destruindo todos os objetos preciosos. E tomando o rei Sedécias, na sua presença degolaram os seus filhos, e depois lhe tiraram os olhos, e com uma dupla cadeia de cobre o levaram para a Babilônia."

MOISÉS

A saída dos judeus das terras egípcias, ocorrida durante o reinado de Meneftah, ficou conhecida na história como o *Êxodo*. Neste momento, é que aparece a figura de Moisés, chefe, profeta e legislador. Com o auxílio de documentos, reconstruiu-se a vida d'êste homem notável, que foi por muitos autores e durante muitos anos acreditado inexistente, nada mais sendo que uma figura simbólica. Assim ficou sabendo-se que um hebreu da tribo de Levi, chamado Mesu, cresceu na colônia sacerdotal de Heliópolis. Chegando à maioridade lutou contra os etíopes que atacaram o Egito e nesta luta se distinguiu muito. Parece que em Meroe, capital da Etiópia, ficou como vice-rei, casando-se com uma etiope. Voltando anos mais tarde da Etiópia, vendo um hebreu maltratado por um egípcio, irado matou êste. Para evitar o castigo, foi para o Sinai, onde encontrou semitas, medianitas e beduínos, e elementos da sua raça. Voltando a ouvir os cantos de seu povo e as lendas contadas de um para outro, sentiu-se outro homem. Êste período deve ter durado muitos anos e, no deserto, teve suas primeiras visões ou êxtases. Deus manifesta-se como *Jahveh* (Jeová), o que é, só, único, terrível e cioso de seu povo. Moisés recebe de *Jahveh* a ordem de regressar ao Egito e ali organizar a emigração do seu povo. Foi difícil conseguir tal coisa, pois era necessário a permissão do Faraó. Conseguindo-a, iniciou a viagem, e realizou a sua extraordinária façanha, cujos pormenores estão descritos na "Antologia de Vidas Célebres", edição desta editôra.

OS FENÍCIOS

Os fenícios pertencem também ao grupo semita. Dedicaram-se com tanto êxito à navegação, que chegaram a ser considerados os melhores pilotos da antiguidade, assim como desenvolveram, com base no comércio, a sua economia e política.

Os hábeis fenícios eram pretendidos por todos os reis da antiguidade, entre eles Salomão, que se associou a um monarca fenício para realizar as suas transações comerciais no Extremo Oriente. Os faraós também recorreram aos fenícios, assim como o poderoso Dario, Xerxes e até Alexandre, o Grande.

Tal fato pode ser explicado em razão de seu estabelecimento num país de natureza não muito favorável. Ao norte da Palestina, as montanhas aproximam-se do mar (o que não se dava na Palestina), não havendo possibilidade de formar-se cidades ou áreas de cultivo. As duas cordilheiras paralelas do Líbano e do Antilíbano são formadas de montanhas elevadas com picos nevados, onde, nessa época, crescia bosques de cedros, ciprestes e árvores de lei, que proporcionavam madeiras de grande valor e consistência.

A história dos fenícios é muito pouco conhecida. Os seus livros históricos não chegaram até nós, mas apenas alguns fragmentos, compilados no século II a. C., por um tal Filó-Biblo, através do qual podemos conhecer algo das tradições fenícias. Nas primitivas tradições, conta-se ter a emigração dos fenícios se processado por famílias ou tribos, como foi a dos judeus. Chegando à costa, dedicaram-se à pesca, e pouco a pouco tornaram-se mestres na navegação. Outro fator ecológico, que os ajudava, era a alta muralha, formada pela cordilheira do Líbano, que os defendia dos ataques provenientes das regiões mais internas.

Daí também a razão de não se terem confederado, estas pequenas tribos, para constituírem um Estado, e sim formaram pequenas monarquias locais. Assim, a primeira cidade a lançar seus barcos ao mar, para uma longa viagem, foi Sidon. Outra cidade importante foi Tiro, localizada numa ilha, distante mais ou menos meio quilômetro da costa.

As cidades fenícias eram governadas por um Conselho de anciões. Outras vezes uma família conseguia manter o poder durante várias gerações e a suprema magistratura de pais a filhos. Assim se deu em Cartago, colônia de Tiro, cuja história é mais conhecida.

Porém Sidon e Tiro possuíam centros em várias regiões, com os quais mantinham um intenso comércio e donde traziam os produtos exóticos, que alcançavam alto preço nos outros países.

Foram os navegantes de Cartago que exploraram o litoral do Atlântico, e ficou célebre na história o viajante Hanon (520 a. C.).

Além dos barcos que vinham carregados de mercadorias, possuíam depósitos estabelecidos nos pontos estratégicos da costa, *emporía* (empórios), que, com o tempo, se converteram em cidades. Assim se originou Cartago, fundada por um grupo de cidadãos descontentes de Tiro, que saíram da sua cidade por motivos políticos. Desembarcaram perto do local onde já havia uma antiga cidade chamada Utica, colonizada também pelos navegantes de Tiro. Os colonos, que aí moravam, ajudaram-nos na fundação do que chamou *Kart-Kadast*, ou cidade-nova, chamada pelos gregos *Karkedon* e pelos romanos Cartago. Parece que ia entre estes foragidos uma alta personalidade da aristocracia, que depois a lenda transformou na rainha Dido, a fundadora da cidade. A cidade erguia-se ao lado da baía, onde atualmente está a cidade de Túnis.

Quanto à arte e religião fenícia, pouco temos a dizer. As práticas grosseiras e bárbaras levaram a realizarem-se sacrifícios, que ficaram célebres na história pelo seu aspecto sanguinário. A sua grande contribuição foram as letras do alfabeto. Se não as inventaram pelo menos as propagaram

e conservaram-nas com o passar dos anos, tendo sido recebida pelos gregos, que mudaram sòmente a forma das letras. Nota-se a origem semítica do moderno alfabeto no número de letras, pois tôdas significam algo em hebreu, e não querem dizer nada em grego.

Mas, segundo Eusébio, os próprios fenícios confessavam que, na invenção do alfabeto, não fizeram nada mais que simplificar e melhorar o que outros tinham inventado. O que fizeram foi tornar prático e universal o que outros tinham descoberto. Mas quem seriam êstes *outros*? Êste ponto é ainda uma incógnita.

OS HITITAS

Os recentes estudos, baseados nas descobertas arqueológicas, lançaram novas luzes sobre a história dos hititas, povo que permaneceu desconhecido na História por muitos séculos.

Os hititas devem ter chegado na Ásia Menor, provavelmente pelo Cáucaso. Possivelmente, mais tarde, alguns desceram em bandos as planícies da Síria, fundando cidades nas margens do Eufrates, como Alepo e *Carchemish*. Outros, devem ter ido a Palestina, e em número maior alojou-se na Mesopotâmia, conquistando a cidade da Babilônia. Tal fato, possivelmente, sucedeu por volta do ano 2000 a. C. Mas, segundo o que se sabe, não permaneceram por muito tempo na grande metrópole, tendo se dirigido para outras regiões, pois no ano 1650 a. C., o rei da Babilônia enviou uma embaixada ao rei dos hititas, pedindo a devolução de uma estátua do deus Marduk, que fôra levada pelos seus antepassados, quando então dominavam a cidade.

No ano 1400 a. C. lutaram contra os egípcios, que os representaram nas paredes dos seus templos durante o reinado da XVIII e XIX dinastias. Aparecem como possuindo uma fronte achatada, olhos oblíquos e cabelo trançado nas costas, assemelhando-se mais ao tipo mongol ou turânio; outros, entretanto, apresentam-nos com feições regulares, crânio raspado como os babilônios, o que nos leva a afirmar terem sido de raça mesclada, como os turcos modernos, que hoje ocupam a região que na antiguidade, fôra habitada por aqueles.

Quanto à religião, os hititas devem ter tido um culto muito complicado, o que se caracterizava por muitíssimos deuses.



Um historiador grego já tinha mencionado o seguinte: "A Lídia sendo a parte mais ocidental da Ásia Menor, mantinha contacto com as colônias gregas da costa, e devia ter sido, desde tempos mais antigos, um estado fronteiriço da confederação dos hititas. Sua escrita revela uma linguagem parecida à dos hititas. Seus reis não eram da raça grega, diziam descendentes de fantásticas genealogias orientais. Lídia, na época da confederação hitita, devido a sua posição, não desempenhou mais que um papel secundário. Com a queda de Nínive, tendo conservado suas forças quase intactas, tentou recolher a herança dos hititas na Ásia Menor, e para isto Creso, o último dos seus reis, que tinha a capital em Sardes, apoderou-se das suas magníficas cidades, chegando a conquistar várias cidades gregas da costa e até algumas ilhas." Sua riqueza tornou-se proverbial na antiguidade, chegando até nós.

As duas grandes rotas da Ásia Menor iam reunir-se em Sardes: uma vinha de *Carchemish* e pelas portas de Cilícia subia e alcançava o planalto, até Tiana, e depois, tomando direção oeste, chegava a Sardes, enquanto outra vinha da Pérsia.

Mas o poder de Creso seria destruído pelas forças persas, comandadas pelo rei Ciro, que, além de tomar Sardes, fez de Creso seu prisioneiro.

OS ÁRIAS NA PÉRSIA

Acreditou-se que os árias constituíam um tipo antropológico bem definido tendo emigrado em épocas diversas dum mesmo centro de origem, que seria a região montanhosa do Pamir, ao norte da Índia. Mas, descobertas e pesquisas posteriores vieram a demonstrar que os árias da Ásia tiveram uma origem européia.

O Zend-Avesta, ou livro sagrado dos persas, conserva uma descrição da criação do mundo. É uma descrição poética acima de tudo, mas que forneceu base para os estudos realizados acêrca desta raça.

A religião exposta no Avesta é notável pelo seu conteúdo. Nas suas páginas, há referência à grande figura de Zaratustra, chamado pelos gregos Zoroastro. Aceita-se hoje que Zaratustra foi um personagem real, tendo vivido e predicado por volta do ano 800 a. C. A fé de Zaratustra é positiva, e é uma das concepções mais nobres que a humanidade já produziu. Possivelmente tenha sido, durante a sua juventude, um sacrificador ou curandeiro e usasse exorcismos asiáticos, mas isto não lhe tira o valor. Conta a tradição ter morrido assassinado, e que foi dissolvido por um raio, e enviado para o céu, para ficar assim livre das torturas de uma lenta e penosa agonia.

O Zend-Avesta, na sua atual redação, é obra de escribas magos, e um exemplo de como se deforma os mais elevados preceitos, quando estes caem nas mãos de uma carta sacerdotal. Pois, nêle, os hinos de Zaratustra estão misturados com as lendas da criação e tradições milenares dos árias. Segundo os escritores clássicos, Zaratustra escreveu muito mais do que está no Avesta, mas tal não chegou até nós, e possivelmente tenha sido queimado, juntamente com outras obras, por Alexandre, numa noite de orgia, em Persépolis.

O mundo é concebido por Zaratustra, da seguinte forma: ele é regulado pela oposição de dois princípios, porém nascido gêmeos: o bom espírito, Ahura-Mazda; e o maligno Angra-Mainyu. Enquanto um trabalha para integrar e unir, o outro desintegra e destrói. Estas duas forças lutam continuamente e surgem com a origem do mundo. Não há descanso para elas, nem nunca haverá. O homem, em face deste conflito, não deve ajudar o espírito do mal e sim o do bem. Mas o que deve fazer para tal? Deve ajudar a construir, a edificar, agindo sempre por boas ações. Para Zaratustra, o trabalho não é um castigo de Deus, e nem este mundo é uma sombra, e sim uma realidade, da qual o homem não somente é testemunha como também tem nela a principal parte. E Ahura-Mazda só pode triunfar por obra do homem e apenas quando este cria.

Estes ensinamentos iriam influenciar a mentalidade de um povo a ponto de o tornar excepcional.

Os medos trataram de unificar o governo de todas as tribos mais ou menos árias, convertidas pela pregação de Zaratustra, localizadas entre Oxus, Mesopotâmia e o mar Cáspio. Sua capital estava em Ecbátanos, a atual cidade de *Hamadan*. Quando Ninive foi tomada, os medos faziam parte dos atacantes e depois desceram até a Mesopotâmia, onde destruíram a capital da Assíria.

O domínio dos medos durou pouco mais de um século. No início do século VI a. C., a hegemonia passou dos medos aos persas e em seguida se deu uma grande mudança na política. Ciro, com os persas, atacou Creso, e estendeu o seu poder à Ásia Menor. Após ter conquistado Babilônia, sendo admirador da antiga capital do Oriente, reconstruiu seus templos assim como tratou com respeito as estátuas dos deuses semitas. Ciro caiu mortalmente ferido numa batalha contra os escitas, nômades do sul da Rússia, e foi sucedido por seu filho Cambises, que levou os persas e medos à conquista do Egito. Conta a história que Cambises destruiu templos egípcios e fez verdadeiros morticínios. Na verdade, tal não se deu, pois além de restaurar os templos, deixou praticar os cultos ali existentes.

Após a morte de Cambises, a casta sacerdotal dos magos tratou de usurpar o poder, mas o poder assim alcançado durou pouco tempo. Um novo rei sobe: Dario.

Dario I ficou conhecido na história com o cognome de O Grande. Dominou o império de 521 a 486 a. C. Grande parte do seu reinado foi gasto na organização administrativa do Estado, e em reprimir revoltas. Com o pretexto de reprimir as incursões dos escitas, atravessou o Helesponto, conquistou uma parte da Trácia, despertando a hostilidade dos atenienses, como era de esperar. Não parou aí: aumentou a opressão sobre as cidades jônicas da costa da Ásia Menor, que tinham então caído sob o domínio persa, após a conquista da Lídia. Além de impor pesados tributos interferiu na política, resultando daí a revolta destas cidades, que foi apoiada por Atenas, e Dario, ao lhes decretar guerra, viu-se ante uma forte união grega. Os persas foram depois derrotados e a nação submergiu-se lentamente na decadência.

Os persas obrigavam as nações subjugadas a pagar pesados tributos. Quanto ao rei, este era um monarca absoluto, governando pela graça do deus. Elegia para administrar localmente os chamados *sátrapas* ou governadores civis. A finalidade do governo era a eficiência militar e a segurança política contra possíveis ataques estrangeiros. Possuíam um estupendo sistema de estradas, que foi o melhor e mais eficiente antes da construção das estradas romanas. Todas as cidades estavam ligadas às quatro capitais: Susa, Persépolis, Babilônia e Ecbátanos. Estas estradas tinham a função de permitir que o controle se processasse rapidamente nos locais mais remotos do reino, assim como ajudava o transporte de gêneros alimentícios, facilitando a implantação de um amplo comércio.

OS ÁRIAS NA ÍNDIA

A pré-história da Índia só nos foi dada a conhecer nos últimos anos. Foi através de excavações realizadas nas ruínas de cidades sepultadas pelo limo do rio Indus, que tivemos conhecimento da vida daquelas longínquas eras. Contudo, pouco se tem de seguro para estabelecer os pontos básicos e interpretar-se esta cultura. Baseando-se nos estudos feitos atualmente sobre as castas hindus é que se poderá conhecer alguma coisa do passado: nota-se que nos seus costumes permanecem muitas reminiscências dos tempos pré-históricos. Existem, nas castas, uma grande quantidade de *tabus*, relacionados à regularização do matrimônio, do funeral, e a todas as práticas diárias. Cada casta ou subcasta tem suas festas anuais, com um ritual especial que somente são transmitidos por tradição. Eram, na antiguidade, segundo parece, somente quatro: os *brâmanes* ou sacerdotes, os *katryas* ou guerreiros, os *vaícias* ou mercadores e os *sudras* ou servidores e abaixo delas os *dasyus*. Atualmente as castas orçam por milhares, sendo que só os brâmanes contam duas mil. Os membros da casta inferior não podem viver em proximidade com os de castas superiores e têm de formar seus bairros em locais fora do perímetro urbano.

O que mostra ter sido a origem, em tempos remotos, das castas da Índia, foram as invasões de estrangeiros, que não queriam misturar-se com os anteriores ocupantes. Devem ter-se dado repetidas invasões, mas só de uma delas temos conhecimento, a dos árias, de raça branca indo-européia.

Os árias da Índia devem ser da mesma procedência, pois falavam uma língua semelhante à dos árias da Pérsia. Parece ser também exato que os árias da Pérsia viveram algum tempo, em época mais remota, com os árias da Índia, e a sua separação ter resultado da incompatibilidade religio-

sa. Os deuses primitivos dos árias da Índia são os chamados *devas*; nome êste usado pelo persa Zaratustra para chamar os espíritos malignos.

Tais exames nos alongaria demasiado no campo religioso, onde só se construíram hipóteses.

A época de imigração dos árias na Pérsia para a Índia é difícil de ser precisada, mas possivelmente foi anterior ao ano 1800 a. C. Grupos de árias tiveram a coragem de atravessar o Indo-Kush, contraforte da cordilheira do Himalaia, que serve de fronteira à Índia, pelo oeste. O caminho seguido foi provavelmente o famoso passo de *Kyber* de 70 km de comprimento, atualmente muito perigoso para ser transposto. Porém, após esta perigosa travessia, depararam com os verdejantes campos do vale dos Indus e a sua exuberante flora tropical.

Combateram com os aborígenes desta região, os chamados *dasyus*, de côr escura, mas já possuidores de certa organização, pois moravam em cidades fortificadas. Disto resultou não poderem os árias exterminar os *dasyus*, devido ao número elevado destes e a tática guerreira que apresentavam. Originou-se daí a solução de formar castas. Os *dasyus* formariam uma casta à parte, e o simples contacto de um ária com um dêles, particularmente pelo matrimônio, levaria a êste perder todo direito que gozava. Desta forma preservaram a côr branca da epiderme e a sua cultura.

Fisicamente os árias da Índia deviam ser de constituição forte e feições agradáveis. Seguindo para o leste e sul, perderam um pouco da brancura da pele que anteriormente possuíam, tomando uma côr tostada, apesar de terem mantido os caracteres raciais, por não se mesclarem com elementos de outras raças.

É provável ter havido nos primeiros tempos só duas castas: a dos árias e a dos *dasyus*, mas logo subdividiram-se em várias outras, originando-se daí as centenas de castas existentes. As quatro subdivisões dos árias são atribuídas a uma origem divina, pois é da bôca de Brama que saíram os brâmanes; os *katryas* dos braços; os *vaicias* dos rins; e os *sudras* dos pés.

Os preceitos, que regem uma casta, são muito rígidos. Assim os *sudras* foram considerados como uma casta que



*Um Buda, de influência helênica, expressão
de misticismo hindu.*

contamina até com a presença, daí não poderem assistir aos sacrifícios praticados pelas outras castas, e se por acaso se aproximassem deviam os outros manter silêncio.

Os brâmanes atualmente, estão na cúspide das castas. Os cantos religiosos bramânicos, se não são velhos como os textos egípcios e babilônicos, superam-nos na lógica e na elevação. Estes cantos estão contidos nos chamados *Vedas*.

Veda quer dizer conhecimento; é uma palavra da mesma raiz que *ver*, em latim (*videre*). Os livros védicos são bastante numerosos e chegaram até nós pela tradição oral. Não existem manuscritos antigos dos Vedas, pois foram compostos na língua primitiva dos árias. Quatro dêles, que foram publicados, são considerados canônicos; são os chamados: Rig-Veda, Jagur-Veda, Sama-Veda e Atharva-Veda.

O brâmane, após ter passado pelo período de estudante e sacerdote, pai de família, chega o dia em que se despede dos seus e vai viver retirado num bosque. É um mendigo, vivendo da caridade, porém mantendo relações com os seus; só mais tarde é que se tornará asceta ou ermitão, quando se sentir livre de todos os desejos e afetos e após ter vivido muitos anos como mendigo. Aí se retirará para um vale do Himalaia, para findar os seus dias como anacoreta. A Índia está cheia de mendigos, alguns pertencentes às castas mais elevadas. Quando se tornam mendigos perdem as diferenças de castas e chegam a aceitar o que só um *sudra* aceitaria.

EMIGRAÇÕES NO PACÍFICO

Nota-se que os aborígenes, habitantes das ilhas do Pacífico, que formam a Polinésia, são de côr quase branca e possuem feições semelhantes às dos europeus. As tradições dos povos habitantes destas ilhas asseguram que suas genealogias mais remotas, coincidem, com surpreendente precisão, com povos que estiveram separados por espaço de séculos em ilhas afastadas do Pacífico.

Por volta do ano 500 a. C., talvez devido a revoltas em massa dos *dasyus*, alguns árias não tiveram outra solução que lançar-se ao mar. Construíram grandes canoas, com as quais navegaram nas águas profundas do Pacífico.

Nas tradições da ilha de Java, encontra-se que, por volta do século VI a. C., uma emigração de umas vinte mil famílias produziu a dispersão dos habitantes da Índia pelas grandes ilhas da Indonésia, ou seja Java, Sumatra e Bornéu, chegando até Madagascar. Por volta do ano 290 a. C. outra emigração de número igual veio a se juntar à população daquelas ilhas.

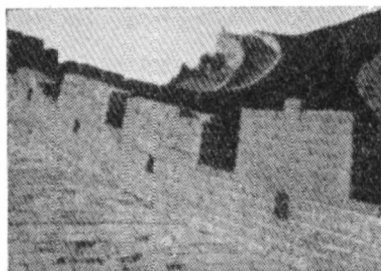
Este período heróico dos polinésios, que coincide com a Idade Média na Europa, possui lendas que descrevem inúmeras viagens, conquistas e descobrimentos. Como a área de expansão dos polinésios, no Pacífico, tem um diâmetro de sete mil km, parece incrível que a tivessem percorrido com os poucos meios que dispunham quando os europeus aí chegaram. É de esperar que possuíssem barcos aptos a sulcar os mares, e realizar longas travessias.

Os costumes encontrados nos polinésios são muito interessantes; entre eles está o canibalismo, seguido por um grande número de tribos. As lendas se apresentam em geral, mescladas com fenômenos e personagens sobrenaturais.

OS MONGÓIS E OS CHINESES

Os chamados turânios ocupam a maior parte da Ásia, são êles: os mongóis e manchus, os chineses, os tibetanos e os esquimós, e inclusive todos os índios norte-americanos que também têm esta origem. Em diversos períodos da história, êstes povos chegaram a penetrar em terras européias. Assim as invasões dos hunos e turcos, magiares e finlandeses, atestam as freqüentes invasões realizadas pelos turânios.

Fisicamente os turânios se distinguem dos árias e semitas pelo cabelo liso e negro e jamais ondulado. Apresentam pouco pêlo no corpo e o bigode e a barba, que possuem são ralos. O rosto apresenta um feitio redondo, o na-



Muralha da China

riz achatado, distinguindo-se principalmente das outras raças pelos olhos, que são oblíquos, pequenos e inclinados para os lados. A cor da pele é amarela, ou vermelha. Em geral são de pequena estatura, mas existem elementos, raros, que são de estatura alta.

Quanto à origem dos turânios, pouco sabemos, ou melhor nada de positivo, apesar das diversas pesquisas já realizadas neste sentido.

Segundo o pouco que se sabe, é provável que tenham existido centros de dispersão da raça turânia numa época anterior ao ano 3.000 a. C. Um destes centros encontrar-se-ia ao norte da Sibéria, entre os rios Obi e Jenissei, donde teriam partido as hordas que foram povoar as estepes do Turquestão e da Mongólia: os finlandeses e os índios norte-americanos. Provavelmente, outro centro de dispersão foi a altiplanície do Tibete, donde teriam vindo os chineses.

Já em tempos históricos, a raça turânia abandonou grandes extensões da Ásia por causas puramente climatológicas. O clima árido, quase desértico, obrigou-os a procurar regiões mais favoráveis.



Monumentais cabeças de uma civilização desconhecida, da Ilha da Páscoa

Verifica-se que os tártaros e mongóis não têm o conceito da propriedade da terra; sòmente aceitam a posse dos rebanhos. Assim, os que vivem juntos no deserto não constroem casas, e sim habitam em *yurtas*, ou tendas feitas com paus e peles. Algumas chegam a ter amplas dimensões, podendo ser consideradas verdadeiros palácios.

Nos relatos do viajante veneziano Marco Polo, encontramos descrições relativas à vida dos mongóis. Conta êle como se levantavam povoações de tártaros e mongóis, das quais, no ano de 1187 a. C., foi eleito rei, Gengis-Khan. Este rei, dono de uma grande habilidade e coragem, deixou o seu nome na História.

O clima das estepes origina períodos de seca e aridez (durante o inverno e parte do verão), e a florescência dá-se repentinamente em poucos dias de primavera. Este clima, em tudo diferente ao das outras regiões, pode ter contribuído na formação de um sistema religioso, que aí se manifestou, conhecido por *shamanismo*. A palavra *shaman*, de origem turânia, serve para nomear os sacerdotes-feiticeiros, adivinhos e exorcistas. O *shaman* pretende dominar as forças da Natureza, pois aquilo que parece estar ordenado, tranqüilo, seguindo a lei da Criação, pode ser alterado pela intervenção humana. Daí o papel dos *shamanes*, cujos milagres maravilharam muitos viajantes.



Montanhas do norte da China cultivadas até o cume para aproveitar-se ao máximo o terreno.

Os *shamanes* não constituem uma casta separada, nem estão divididos em hierarquias, formando um sacerdócio. Muitas vezes os conhecimentos são transmitidos de pais para filhos, de maneira a se tornar hereditário o conhecimento milagroso.

Contra estes tártaros e mongóis é que a China construiu a Grande Muralha. Antes da construção desta muralha, a história da China se apresenta como uma série interminável de episódios guerreiros, originados das lutas civis ou de invasões mongólicas.

Os chineses procuram explicar a origem da humanidade e da sua raça, através das mitologias de fundadores vindos de milhares de anos atrás. Assim sua proto-história começa com o "período dos imperadores celestiais", sendo que aí não era conhecido nem o mal nem o bem, nem o dia nem a noite; seguiu-se o período dos "imperadores terrestres", com êstes começou a distinguir-se o dia da noite e averiguar-se que os meses tinham trinta dias. Após êstes, seguiram-se os "imperadores humanos", que dividiram a terra em estados e cidades. E daí vem uma série de incontáveis imperadores.

O primeiro imperador dos chineses, para o qual dá-se uma data, é Fu-hi, que compôs os hieróglifos chineses. Desde aí a escrita chinesa foi sistematizando-se até chegar à sua forma atual. O moderno sistema de escrita chinesa começou depois do ano 250 a. C.

A RAÇA NEGRA

A exploração em larga escala das costas africanas foi realizada pelos portugueses no século XV. Contudo, antes destes famosos navegantes dos primórdios da Idade Moderna, existiram os fenícios e cartagineses, que já tinham explorado parte de suas costas. Mais tarde, em 1795, começou a ser estudado e explorado o interior do continente africano. E foi durante o século XIX que se deu sua quase completa conquista, façanha esta que demandou muitos esforços do homem civilizado.

A África apresenta uma topografia interessante, pois os maciços montanhosos são raros. Compõe-se de uma série de altas planícies superpostas umas às outras. Os rios também carecem de afluentes caudalosos e tributários. O que serve como elemento de separação são os desertos existentes em grande número.

Pesquisas recentes mostram ter existido na África um povo pré-histórico, quase da mesma idade que o da Europa. Não podemos contudo, assegurar serem os atuais habitantes da África descendentes destes homens pré-históricos. Verifica-se outro aspecto importante: existem africanos que muito pouco têm de negro.

Nos murais egípcios, encontram-se figuras de negros pintados, apresentando os mesmos caracteres que os atuais, notando-se assim poucas evoluções até os tempos modernos.

Os africanos eram unicamente conhecidos para o resto da humanidade como grandes produtores de marfim e escravos. Mas, já faz meio século que as minas do Transvaal começaram a contribuir com mais da metade na produção mundial de diamantes. Encontra-se também em franco desenvolvimento a fabricação do cobre e do ferro, assim como

a grande expansão da cultura do algodão, produtos regionais, etc., que atualmente entraram em larga escala no comércio internacional.

Quanto à raça africana, temos muito a dizer: a África não possui uma população uniforme, pertencente à raça negra. Verifica-se realmente que esta raça ocupa somente uma metade do continente, sendo o norte e o leste ocupados por elementos da raça mediterrânea. Apesar de terem a tez morena, as feições não são do tipo negróide.

Porém, quanto ao aspecto cultural, existe uma certa uniformidade. Assim há uma crença difundida, é a relativa à *dupla alma*, crença esta vinda dos egípcios. Outro elemento é o *fetichismo*, ou seja, o poder atribuído a uma imagem ou a um objeto qualquer, muitas vezes sem forma determinada, de participar na vida, ajudando ou prejudicando aqueles que estão sujeitos à sua ação.

Contudo, outros elementos culturais divergem profundamente. Nota-se que os dois tipos raciais mais fortes, e que dominam, são: o sudanês e o bantu, os quais tendem a absorver os grupos menores. Nenhum destes dois é completamente puro: o sudanês tem muito de bérbere, e o bantu algo de semita. Os verdadeiros negros primitivos podem ser encontrados nos pigmeus e nos negritos.

Os pigmeus já eram conhecidos desde a antiguidade. Ocupam hoje em dia somente as regiões da África equatorial, onde as chuvas são constantes e a vegetação é abundante, tornando impraticável os meios de comunicação. São de pequena estatura, mas bem constituídos, vivendo da caça e habitando em palhoças cobertas por largas folhas e de paredes de barro. Constituem famílias, e são monógamos.

Os sudaneses, já de pele bem escura, ocupam as altas planícies da África equatorial. Apresentam, entretanto, uma grande variedade, assim como tipos de cultura diversos. Em geral são de elevada estatura, magros, astutos e de grande vivacidade. Atualmente o Sudão está cortado por estradas de ferro, possuindo modernos meios de transporte.

O tipo bantu cresceu nestes últimos anos, tomando conta de grande parte do território africano. Não se sabe o lugar exato de sua origem, mas hoje eles se estendem des-

de o equador até à União Sul Africana, sobretudo localizados nos territórios da costa ocidental e ao sul do Congo. O bantu é o negro predominante nas Américas. Apresenta uma constituição forte, um corpo musculoso, capacitado em levar a cabo penosos serviços, facilmente disciplínável e muito valente. Contudo, apesar de possuir estas qualidades não conseguiu criar um império, pois lhe faltava, e lhes falta, sentido cívico. Ademais, nota-se que a raça negra tem dificuldade para perceber a noção de tempo como uma sucessão de fatos históricos. O sentido da cronologia, que é a base da tradição, falta na maioria das tribos negras.

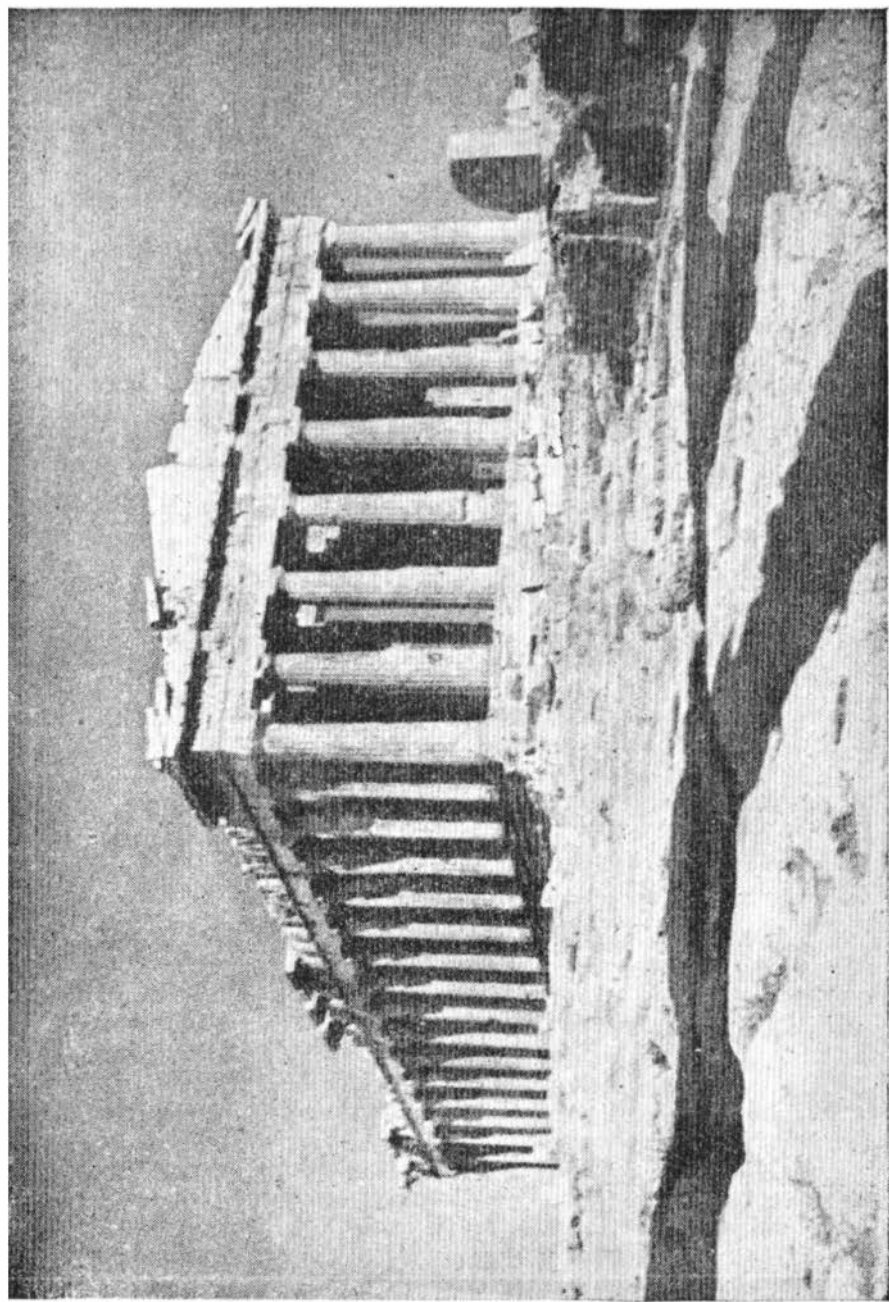
A GRÉCIA

Os primeiros tempos gregos estão ligados à figura quase lendária de Homero. Os antigos nos deixaram biografias de cunho fantasista acerca do poeta, porém é de crer-se que, possivelmente, tenha nascido em Esmirna, porque escreveu num dialeto jônico. Nada mais sabemos de sua vida, que por muito tempo ficou perdida em lenda. Aceita-se, entretanto, como positiva, a existência de Homero.

Os estudos baseados na filosofia e história dão como período provável de redação dos dois poemas homéricos: a *Ilíada* e a *Odisséia*, o intermédio que vai do IX ao X século a. C.

É interessante notarmos que estas obras da literatura grega chegaram até nós completas, sem terem sofrido transformações e mutilações, e podemos afirmar que o texto que temos é o mesmo que foi lido pelos antigos gregos. Os poemas homéricos devem ter-se transmitido por tradição oral, assim como se deu com outros famosos poemas da antiguidade.

Escritores, como Xenófanes, Heródoto e outros referiam-se a Homero. Há, porém, dúvidas em relação à autenticidade de suas obras. Foi atribuído a Homero uma série de outros poemas épicos, que formavam o *ciclo homérico*. Alguns helenistas dos séculos XVIII e XIX, acusaram-no de não ter sido mais que um simples compilador de cantos antigos, obras populares, semiliterárias, improvisadas por cantores andantes. Durante o XIX século, aceitou-se que cantores primitivos repetiam já desde muito tempo *sagas* ou cantos populares de heróis lendários, cujo tema principal seria a guerra de Tróia, tendo sido êstes os cantos compilados. Contudo, nenhuma destas hipóteses manteve-se, e hoje aceita-se ter sido Homero o autor dessas obras.



Didymaion Didymaion

A *Iliada* trata do cerco feito a Tróia, cidade asiática, localizada à entrada do estreito de Dardanelos, em represália ao rapto de Helena, esposa de Menelau, feito por Páris, filho do rei de Tróia. Menelau, rei de Esparta, junto com seu irmão Agamenon convocou os príncipes aqueus, reunindo aliados, confederados e amigos, e daí partiu para atacar Tróia. A história continua com o cerco desta cidade, daí sucedendo-se a série de atos heróicos e dos inúmeros personagens semi-lendários.

A *Odisséia* tem como tema fundamental o retorno de Ulisses. Inicia-se com a partida do filho de Ulisses, Telêmaco, que sai em busca do pai, voltando ambos, após passarem por muitas e estranhas aventuras.

Nota-se que em ambos poemas Homero recolheu lendas antigas e as incorporou ao texto.

Os *aqueus*, que foram mencionados por Homero, são ainda desconhecidos, pouco se sabendo da sua origem. Aceitava-se serem de raça mediterrânea e descendentes das velhas famílias reais do período pré-helênico, pelo fato de suas cidades serem as mesmas que pertenceram à cultura minóica. Posteriormente, aceitou-se a hipótese de serem estrangeiros, de raça nórdica, tendo chegado à Grécia pouco antes da guerra de Tróia.

Quanto aos *dórios* devem ter vindo pelo norte, duas gerações após a guerra de Tróia. Vinham a pé, pois não tinham cavalos e possuíam armas de ferro. Após uma invasão pacífica, iniciou-se uma invasão violenta. Atacaram alguns estados do norte da Grécia, mas, ao chegarem ao sul, foram derrotados pelo rei da Arcádia. Durante esse longo período permaneceram no norte, sem descer ao sul, devido ao pacto feito com o rei da Arcádia. Finalmente, atacaram o Peloponeso, dividindo-o em três reinos: Argos, Esparta e Mesenia. Aqui, porém, as hipóteses dominam: é de crer que os dórios, paulatinamente, ocuparam diversas regiões, espalhando-se progressivamente, e por fim, tomando conta da península. Ocupavam extensas regiões do norte, como a Beócia, mas seu núcleo estava no sul, era Esparta; por sua vez, os jônios se concentraram na Ática e o núcleo mais importante foi Atenas. Daí dividiram-se os dialetos gregos em dois grandes grupos: o dórico e o jônico.

A invasão dórica ocasionou emigrações para as ilhas e costas da Ásia Menor. Encontram-se três tipos diferentes de emigrantes: ao norte, localizaram-se os *eólios*; os *jônios* formaram a "Dodecápolis jônica, que constava da união de doze cidades, e mais ao sul encontramos colônias *dóricas*. Nota-se que tôdas estas cidades gregas estabeleceram-se cêrca da costa, não se aprofundando muito para o interior (assim nunca ultrapassaram a distância de trinta km do mar).

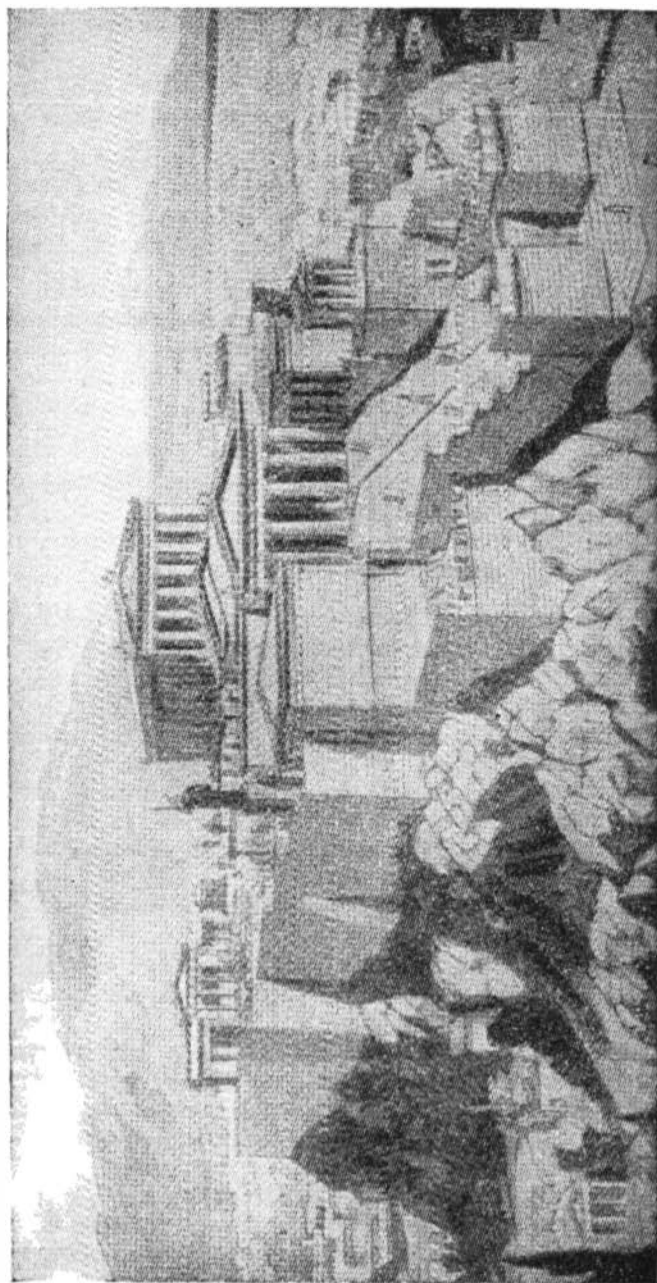
A colônia, assim formada, não deixava de reconhecer a cidade-mãe como metrópole, e apesar de possuir uma organização política diferente, mantinha o antigo culto dos deuses pátrios, que continuavam sendo os seus patronos. Era uma cidade independente, que não pagava contribuição à metrópole, nem aceitava nenhuma autoridade sôbre si.

O movimento de expansão grega não se limitou à costa da Ásia Menor, estendeu-se ao norte, sendo colonizado o litoral da Macedônia, e chegando até o Cáucaso e a Criméia.

A colonização da Ásia Menor foi favorecida pela construção em larga escala de barcos, que enfrentavam o mar. Nesta época, imperavam as árvores de lei, e a Grécia não apresentava a aridez atual. Assim acabou-se o monopólio dos comerciantes fenícios, e passou êste para as colônias, que começaram a realizar um intenso e produtivo comércio, o que deu origem à riqueza que ali começou a imperar.

Mas, a consequência mais importante da emigração grega foi no campo político. Nasceu um novo sistema de governo, devido à fundação de novas cidades. As colônias não possuíam tradições monárquicas, daí serem governadas sem dificuldade pelo conselho de cidadãos. Tal fato impressionou as metrópoles gregas, que pouco a pouco foram tomando consciência de ser a monarquia um anacronismo, e as funções do rei modificaram-se; porém, a destituição destes verificou-se paulatinamente, não tendo havido revoluções violentas com o intuito de destronar monarquias.

A grande contribuição da Grécia na política foi o sistema de governo municipal, constituído por uma assembléia de cidadãos e magistrados.



Acrópole de Atenas no século IV a. C.

Nesta época, apareceu, no campo da literatura, Hesíodo, que se tornou conhecido pela sua obra "O Trabalho e os Dias".

Outro que ficou famoso foi Arquíloco, e contemporânea dêle, a célebre poetisa Safo, que mantinha uma escola para jovens, onde a educação era dada através da poesia.

Antes da invasão dos dórios, a Grécia continental encontrava-se dividida em pequenos estados independentes. Houve uma tentativa de unificação, porém com a invasão dos dórios foi interrompida. A Grécia ficou para sempre nesta situação: dividida em pequenos estados, nunca chegou a constituir uma nação.

A invasão dórica provocou um processo de transformação, que obrigou a compilar, num sistema de leis, os costumes das antigas cidades da própria Grécia. Um dos mais famosos foi elaborado em Esparta.

Ao sul do Peloponeso corre o rio Eurotas, em linha reta, dirigindo-se ao mar. Ali se localizaram os invasores dórios. Os reis de Esparta tinham funções na sua maior parte honorárias, mas as suas pessoas eram sagradas. Possuíam uma função militar e além de serem chefes militares eram sacerdotes. Quando os dórios ali chegaram, encontraram povoações primitivas de elementos pertencentes à raça pré-helênica. Dividiu-se a população em três classes: os reis, os guerreiros dórios e os vencidos, ou sejam os antigos habitantes, aos quais chamaram de ilotas, e mais tarde de uma outra classe de servos, chamados *peri-oikoi*, ou seja os habitantes da periferia do Estado. Uma colônia que fazia parte dos territórios mais distantes, se sublevou, repetidas vezes: Mesênia. Estes mesênios e ilotas levantaram-se contra os espartanos, daí os obrigar a fortalecerem o exército e dedicarem-se ao serviço militar, criando uma potência guerreira o que realmente fizeram. O grande legislador de Esparta foi Licurgo. A sua vida ficou pertencendo mais à lenda do que à realidade, daí pouco se conhecer de positivo sobre ela. Licurgo modificou o poder dos reis, tornando-o menor. Entretanto, estes não foram suprimidos, e novos magistrados, chamados *éforos*, apareceram por volta do ano 755. Eram em número de cinco; no início nomeados pelo próprio rei, e mais tarde por um *Conselho de Anciões*. Os reis juravam ante eles governarem segundo as leis do Esta-



Mapa da Grécia

do. As grandes reformas feitas por Licurgo, porém, são muitas, entre elas a nova distribuição de terras, porque verificou que existia uma multidão de pobres sem terras, enquanto a riqueza se concentrava nas mãos duma minoria. Realizou uma espécie de loteamento do território de Esparta, que foi distribuído entre os cidadãos e os *peri-oikoi*. E iríamos longe se enumerássemos as diversas reformas elaboradas e postas em prática pelo grande legislador, cuja vida, é descrita por Plutarco (*).

Os espartanos costumavam passar a maior parte do dia em exercícios militares, enquanto os ilotas e os *peri-oikoi* trabalhavam. A educação dada às crianças era muito cuidadosa, e aos jovens era quase igual para os dois sexos.

Em geral, coloca-se a constituição de Atenas como antagônica à de Esparta.

Atenas, posteriormente capital, está localizada na pequena península da Ática, país montanhoso, de clima temperado, de pouca água, mas onde o litoral recortado proporciona muitos portos seguros.

A constituição do governo ateniense foi, no início, monárquico, porém a autoridade real diminuiu quando impôs-se ao rei os generais (para dirigirem as operações militares); depois criou-se o cargo de *arcontes* ou magistrados. Estes arcontes eram eleitos entre os eupátridas pelo Conselho dos Anciões, chamado de *Areópago*. Esses eupátridas possuíam o pleno domínio da propriedade das terras que era cultivada pelos servos.

A figura de Sólon, legislador de Atenas, está confirmada na História. Deve ter nascido por volta do ano 620 a. C. e pertencia a uma família eupátrida. Sólon foi eleito arconte, ou legislador no ano 594 a. C. e procurou resolver o problema existente do conflito das classes. Fixou os deveres e direitos das quatro classes de cidadãos, que deviam constituir o organismo do Estado. Modificou com moderação o governo. Os arcontes foram nove e o chefe não era o rei, ou *basileos*, e sim um dentre eles que ocuparia esta função.

(*) Acha-se em «Antologia de Vidas Célebres», desta editôra.

O Areópago ficou igual à sua constituição anterior, mas o seu papel seria o de atuar como um senado, para vigiar o cumprimento das leis e fazer justiça nos casos de homicídio, e ataques ao Estado.

Sólon afastou-se de Atenas, pois acreditava que sua presença impediria a livre expressão dos cidadãos ante suas leis e reformas. Depois de viajar por várias regiões, retornou e ficou decepcionado ao ver que a liberdade dada às classes proletárias só tinha servido para preparar a tirania. Dedicou-se à poesia no fim de sua vida.

No ano 561, Pisístrato, companheiro de Sólon, impôs-se como tirano na Ática. A tirania começava a tomar conta de todos os estados, com exceção de Esparta. Assim verificava-se que os ricos mercadores subornavam os partidários e colocavam os seus filhos como senhores hereditários para dirigir os negócios da *polis*.

No século VI a. C., dava-se, na Grécia, o seguinte: os ricos mercadores se impunham cada vez mais. As velhas monarquias tinham sido suprimidas ou por renúncia dos monarcas ou pela revolução.

Esta época de tirania pode dizer-se que vai do ano 650 a 50 a. C.

Temos de notar que Pisístrato foi um bom tirano, no sentido positivo que esta palavra pode ter, pois governou de forma sábia e paternal, além de não ter modificado as leis dadas por Sólon. Morrendo em 528 a. C., seus filhos Hípias e Hiparco continuaram o regime iniciado pelo pai. Entretanto, o povo começou a revoltar-se contra este tipo de governo, e a forma anterior voltou a Atenas. Uma das iniciativas feitas pelos tiranos, que teve grande importância, foi a introdução do culto de Baco ou Dioniso, juntamente com grandes festas. No tempo de Pisístrato, consistia num canto de sátiros, vestidos somente com peles de cabra, que dançavam ante o altar do deus. Com o passar do tempo, o diretor do cântico era quem compunha o canto e representava um personagem mitológico, o contador da história, a qual era comentada pelo cântico. Assim começou o diálogo, que deu nascimento ao teatro clássico.

O PENSAMENTO GREGO

A moradia dos deuses gregos era o Olimpo, onde se reuniam em família e eram presididos por Zeus ou Júpiter. Era costume aos deuses descer até a terra e juntarem-se aos mortais, nascendo destas uniões os semi-deuses.

É interessante notarmos que havia muita coisa, conservada da religião pré-helênica, proveniente dos cultos e superstições das primitivas raças mediterrâneas que habitavam a Grécia antes da invasão dos dórios. Assim Júpiter parece ser o *Dyaus-pitar* dos árias da Índia e, portanto, divindade comum a todos os árias.

Em Olímpia, o famoso templo dedicado a Zeus é relativamente moderno. Nestes santuários, celebravam-se os jogos nacionais e contava-se entre os mais importantes: o de Olimpo, consagrado a Zeus; o de Delfos, a Apolo, e os de Neméia e Corinto, a Hércules.

Em Delfos, encontrava-se a célebre inscrição: "conhece-te a ti mesmo". A sua sacerdotisa ou pitonisa pronunciava sentenças e por razão delas é que ficou este templo famoso na antiguidade. Na época clássica, era tão grande o pedido de augúrios, que as profetisas chegavam a revelar-se, para que o oráculo funcionasse ininterruptamente.

Havia, também, os *mistérios*. Estes eram muito variados. Os mais famosos eram os de Elêusis.

Quanto à filosofia, o primeiro pensador foi sem dúvida, Tales, de Mileto, que supõe-se ter vivido por volta do século VI a. C. Formou uma escola, que continuou durante várias gerações o caminho por ele assinalado. O seu sucessor foi Anaximandro, e discípulo deste Anaxímenes. Todos eles se preocuparam em dar uma explicação sobre a

origem do nosso universo e da vida. A escola de Mileto, que deu uma plêiade tão famosa de sábios, findou-se com a destruição da cidade pelos persas, no ano 494 a. C. Mas disto resultou um benefício, pois seus sábios espalharam-se por toda a Grécia. Um famoso propagandista destas idéias foi Xenófanes. É interessante notar que tanto Tales como Anaximandro e Xenófanes, gregos jônicos da Ásia, viajaram pelas terras do Oriente, especialmente pelo Egito.

AS GUERRAS MÉDICAS

Sólon tratara de transformar a *Eklesia* e o Areópago em assembléias do tipo que hoje chamamos *democrático*. Daí ter criado um corpo governamental intermediário de quatrocentas pessoas, ao qual passou o poder legislativo. O Areópago tinha a função de velar pela estrita aplicação das leis e o exato cumprimento da constituição. Estes quatrocentos membros eram eleitos mediante um sorteio, sendo cem de cada uma das quatro tribos em que se dividia a população da península Ática.

Pisístrato, primeiro tirano ateniense, tornou sua uma ou mais tribos e assim pôde dirigir, segundo a sua vontade, o Conselho dos Quatrocentos, impondo ao povo a sua tirania. Clístenes modificou o número do Conselho, passando-o para quinhentos.

Para evitar o perigo de uma nova ditadura, estabeleceu-se uma sanção nova: o direito do povo que, reunido em *Eklesia* ou assembléia geral, podia desterrar qualquer cidadão considerado demasiadamente ambicioso. Chamava-se *ostracismo*, porque a assembléia, depois de escutar as acusações, muitas vezes sem nenhuma base, votava, escrevendo em *ostracas*, ou pedaços de ostra, o nome daquele que ela queria expulsar da cidade.

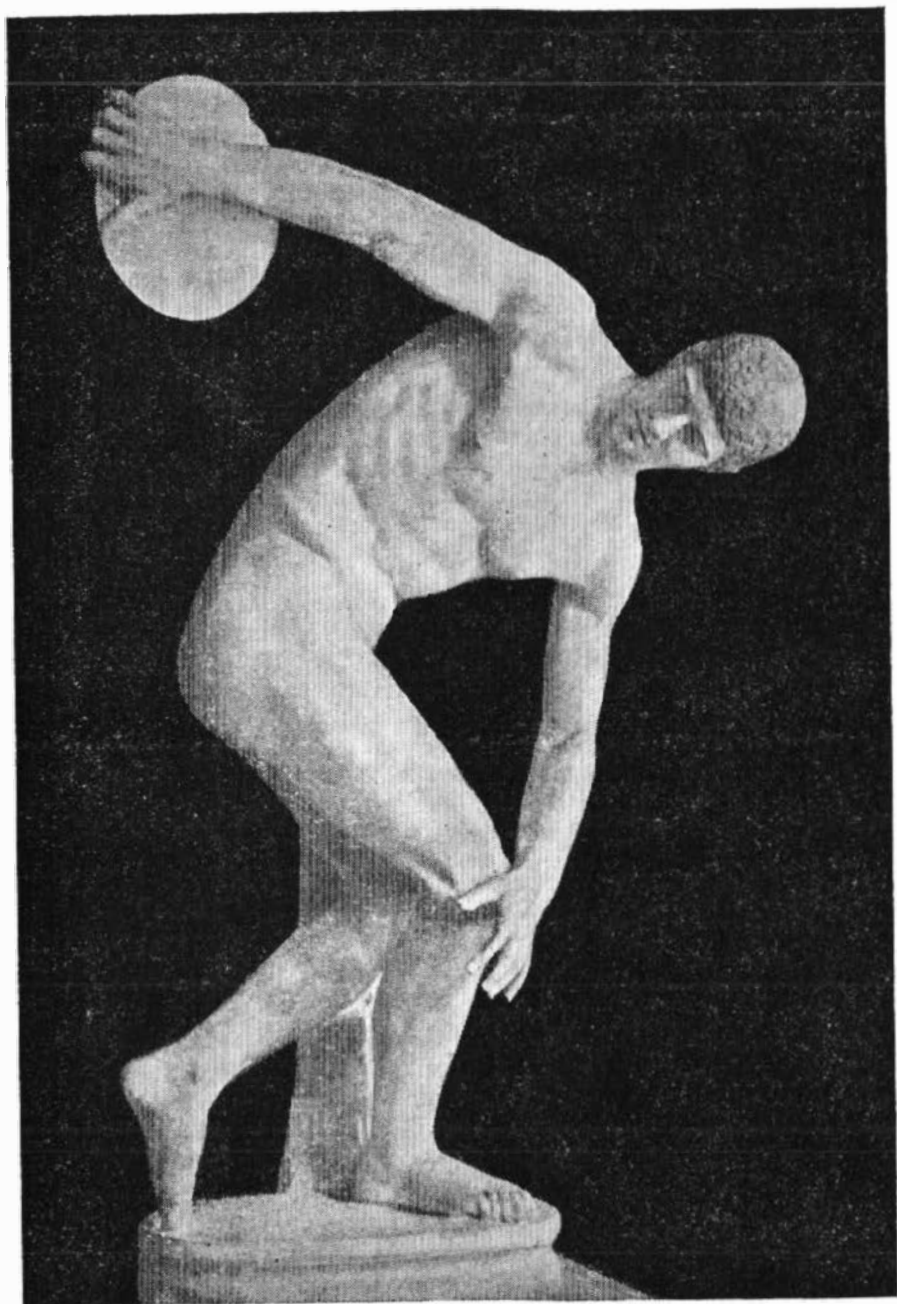
Entretanto, o período do governo de Clístenes foi ameaçado por Ciro, o fundador do Império persa. Ciro já conquistara muitas regiões e sua obra foi continuada por Cambises.

As cidades gregas da costa da Ásia rebelaram-se contra o domínio persa e os atenienses, em vez de se manterem quietos, apoiaram a rebelião aí iniciada.

Já tinha subido ao poder persa Dario, que atacou as terras gregas do continente europeu. Ocupou a Trácia e outras regiões. Sua campanha deu-se no ano 512 a. C. não atacou, porém, Atenas, nem o sul da Grécia, e dirigiu-se para as estepes do sul da Rússia, onde sofreu uma séria resistência por parte dos bárbaros escitas. Só 20 anos mais tarde é que voltou novamente a atacar as colônias gregas e aí os atenienses enviaram uma armada em auxílio. A vingança de Dario originou as chamadas "guerras médicas", ou guerras dos persas contra os gregos, que não seriam nada mais que expedições para vingar-se de Atenas e converter a Grécia numa satrápia européia.

Os primeiros ataques de Dario deram-se no ano 492 a. C., quando um exército atravessou o istmo e desembarcou em terras da Europa. Conseguiram conquistar a Trácia e a Macedônia, mas o ataque não foi adiante porque um forte temporal destruiu a frota persa. Dario enviou um exército, o qual levava entre eles Hípias, filho de Pisístrato, que fôra destronado em Atenas.

A armada fêz uma parada numa ilha para castigar insurretos, o que deu tempo à democracia ateniense de se preparar. Foi quando se deu um célebre feito heróico: a corrida a pé realizada por um mensageiro, o qual fêz a distância que existe entre Atenas e Esparta num dia e meio (corrida de Maratona). Os espartanos prometeram auxiliar, mas antes realizariam suas festas religiosas que começariam daí uns dias. Entretanto, os persas já tinham desembarcado em Maratona, planície que distava somente um dia de marcha de Atenas. Os atenienses, sem esperar os espartanos, marcharam em direção de Maratona. Aí permaneceram vigiando o exército persa, acampado na planície. Quando êstes se preparavam para embarcar e alcançar Atenas pelo mar, um grego, Milcíades, propôs atacá-los, pois, presos de surpresa, seria mais fácil destruir parte do exército invasor. Foi o que fizeram, e os persas, tomados de surpresa, foram exterminados em grande número, tendo os atenienses perdido apenas 192 homens. Os persas, que conseguiram fugir, tomaram os barcos, pretendendo levá-los em direção a Atenas, onde esperavam notícias da revolução, que seria iniciada por simpatizantes da tirania. Mas, temerosos do triunfo dos atenienses, que já se manifestara de



O Discóbulo de Miron

forma tão admirável na planície de Maratona, resolveram regressar ao seu país.

O terceiro ataque deu-se dez anos depois. Dario morrera e seu filho Xerxes teve de ir sufocar uma rebelião no Egito; mas, em tôdas as províncias faziam-se preparativos para o ataque. O mesmo se passava na Grécia. Trinta e um estados enviaram os seus representantes, comprometendo-se lutar até o fim. Atenas transformou-se numa potência naval. Temístocles mandou construir duzentas galeras e um pôrto militar no Pireu.

No ano 480, Xerxes acreditou ter chegado a hora propícia, e reunindo um grande exército, preparou-se para o ataque. Um exército de tal proporção não podia ser transportado por mar e sim teve de seguir por terra, atravessando o estreito de Bósforo, onde foram construídas pontes de barcos.

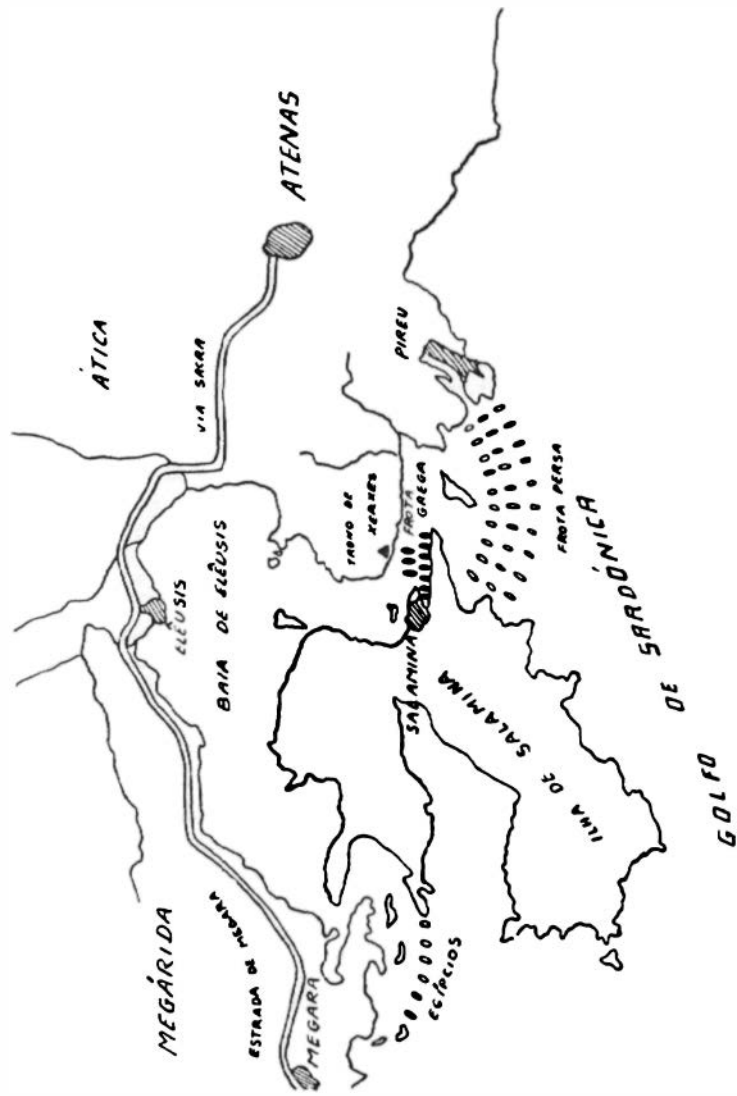
O primeiro combate deu-se no desfiladeiro das Termópilas, entre a Tessália e a Ática, e ali colocou-se Leônidas com sete mil espartanos, dando ataques de guerrilhas ao exército persa, ocasionando-lhe grandes baixas. Mas os persas conseguiram exterminá-los e entraram na Ática. Ao mesmo tempo, a armada grega destruía a persa, dando-se tal na batalha máxima que foi a de Salamina.

O exército persa encontrava-se às portas de Atenas. A cidade foi assaltada e queimada, e depois se retiraram para a Tessália, onde tinham aliados. Ali foram mais tarde derrotados pelos espartanos, na planície de Platéia.

Em Atenas as coisas mudaram completamente e os espartanos voltaram para os seus vales para continuar a vida de antes.

Os gregos, que se tinham unido para resistir ao ataque, concluíram que a única forma de se manterem fortes seria a união. A armada ateniense fôra invencível e portanto era preciso mantê-la, daí nasceu a idéa posta em prática que era de receber auxílio de todos os estados.

Mas, ao lado do desenvolvimento econômico de Atenas, maior ainda foi a da plêiade de grandes homens, entre os quais salientaram-se no poder: Milcíades, Temístocles, Cimon, Aristides, Péricles. Péricles tratou de governar a ci-



Batalha naval de Salamina

dade e fazer dela a escola da Grécia. Era Péricles de uma das famílias mais antigas da Ática. Atenas tornava-se o centro de estudos filosóficos, pois pensadores de todos os cantos do mundo grego para ali se dirigiam.

Um dos nomes mais famosos dentro do campo físico-filosófico é o de Anaxágoras, com o qual Péricles mantinha conversações diárias. Outros dois amigos foram Heródoto e Fídias, este considerado o maior gênio artístico da Grécia que idealizou a construção do templo de Atenéia Minerva e a entrada monumental da Acrópolis de Atenas. O templo consagrado à deusa patrona de Atenas, o *Partenon*, estava decorado com esculturas, tôdas elas obras de Fídeas.

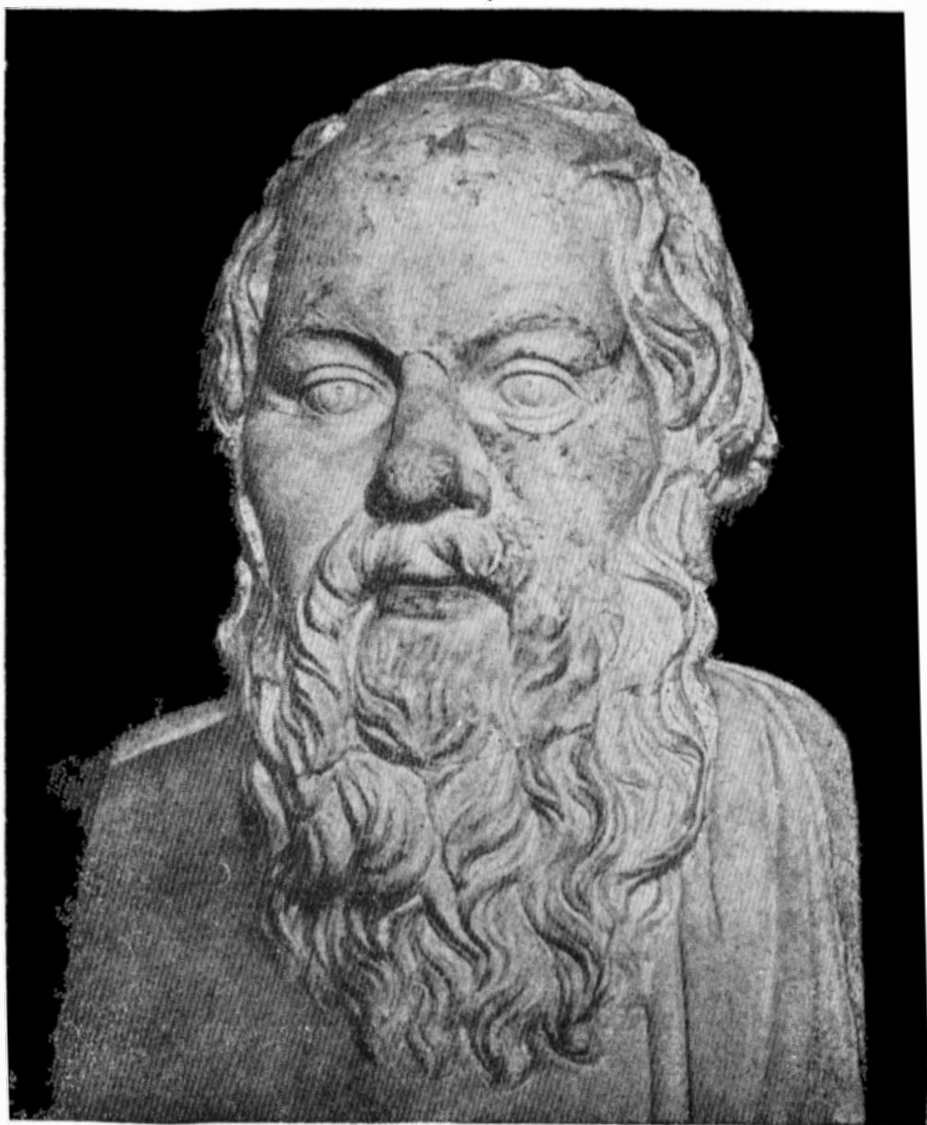
Quanto à vida particular de Péricles, muito se contou e dela se aproveitaram os caluniadores, pois parece ter-se casado muito jovem com uma parenta mais velha, que tinha um filho do primeiro matrimônio. Dela teve dois filhos, mas acabaram separando-se. Aí convidou para morar em sua casa uma cortesã de Mileto, que viera para Atenas como muitas outras. Era famosa pela beleza e talento. Chamava-se Aspásia.

A prosperidade de Atenas aumentava cada vez mais. Além da exploração realizada nas minas, havia a contribuição das cidades gregas. Mas Péricles começou a sofrer oposição por parte de um grande número de atenienses.

Não se pode, entretanto, negar que o impulso dado por Péricles tinha dado frutos grandiosos.

Vejamos os aspectos mais importantes da cultura grega. A Grécia apresentou sempre uma homogeneidade muito grande e isto, em parte, era devido ao atletismo e aos concursos musicais dramáticos, solenes festas pan-helênicas, para cuja celebração realizava-se uma trégua e esqueciam-se os motivos de ofensa anteriores.

Assim os *jogos olímpicos*, que eram celebrados de quatro em quatro anos, eram precedidos por uma trégua, permitindo aos que nêle tomavam parte ou aos que iam assisti-los, em Olímpia, não sofrerem ataques. Duravam três meses. Os *jogos píticos*, convocados na cidade de Delfos, também de quatro em quatro anos, alternados com os de Olímpia, eram precedidos por uma trégua. Os *jogos ístmicos* celebravam-se de três em três anos em Corinto.



Sócrates

Êstes jogos tinham carácter religioso. os de Olímpia eram os mais solenes e dedicavam-se a Zeus. Os píticos, segundo a tradição, eram considerados como de iniciativa de Apolo, e os ístmicos eram atribuídos a Hércules ou a Teseu.

O pensamento grego teve no século V um grande impulso. Apareceram vultos como Heráclito de Éfeso, Pitágoras de Samos, um dos gênios máximos da cultura grega e da humanidade. Parmênides, Zeno de Eléia. Sócrates, os "mestres da oratória", chamados "sofistas", Platão, etc.

Após êste florescente século V. a Grécia caiu em lutas fratricidas, que ficaram na História com o nome de Guerra do Peloponeso; ou seja, a luta entre Esparta e Atenas, na qual participaram todos os estados da Grécia. Esta guerra durou cinquenta e cinco anos. e acabou em 404 a. C., quando os espartanos descarregaram sôbre Atenas o golpe de graça; destruíram a sua armada, e arrasaram os muros de sua cidade, impondo-lhe nova forma de govêrno.

Neste período turbulento, apareceu Alcibíades, que quis continuar a política de expansão de Péricles.

Mas, nas artes, Atenas ainda era o centro do mundo. No teatro, existia um Aristófanes, um Eurípedes, que escreveram famosas obras.

Quando no ano 404 os espartanos tomaram Atenas e impuseram uma oligarquia, ficou ela conhecida na história de Atenas com o nome de "govêrno dos Trinta Tiranos". Sísias revoltou-se com esta situação, e procurou restabelecer o govêrno democrático em Atenas. Após uma sangrenta revolução, os espartanos se retiraram para Elêusis. Mas a situação de Atenas era a mesma do tempo de Péricles: os persas continuavam a ser um perigo, mas um outro perigo ainda maior formava-se: Filipe da Macedônia, já dono de um forte império.

Aparece, então, a grande figura de Demóstenes, que tanto lutou contra as intenções de Filipe. Mas, êste, com implacável fôrça, venciu tôdas as cidades gregas, e no ano 338 a. C., com um exército de trinta mil soldados a pé e dois mil de cavalaria, derrotava, em Queroneia, a coligação de Atenas e Tebas, formada por Demóstenes.

A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO GREGO

A escola de Mileto tinha dado seus frutos no campo filosófico. As preocupações dos filósofos jônicos fôra a de averiguar de que está feito e como subsiste o Universo. Sua grande importância é de terem separado o campo da ciência do da mitologia.

Com o avanço dos persas até às cidades do mar Egeu, os espíritos superiores e dados a estudos de tal envergadura tiveram de emigrar. Assim, grande número dispersou-se pela Magna Grécia, ilhas à volta da península, e outros foram para a península, onde, em Atenas, encontraram-se, no tempo de Péricles, Heródoto, Anaxágoras e outros.

Um dos maiores, ou talvez o maior, foi Pitágoras, que nascido em Samos (ilha localizada na baía de Éfeso, a pouca distância de Mileto) viajou pelo Egito e Babilônia. Voltando a Samos, encontrou a ilha numa grande ruína, em consequência do ataque persa. Abandonou-a para seguir em direção oeste. Passou por Atenas, esteve em Delfos e, definitivamente, se retirou a uma pequena cidade do sul da Itália, chamada Crótona. Ali se estabeleceu com um grupo de discípulos, vivendo numa morada separada da cidade. Formavam uma sociedade científica e religiosa, ao mesmo tempo que um convento, onde também recebiam mulheres. Durante muitos anos, Pitágoras viveu em grande paz, mas uma revolta popular instigada por um antigo discípulo da ordem, que fôra expulso, levou à morte o mestre e destruiu a escola por êle fundada.

Os ensinamentos de Pitágoras e as descobertas por êle realizadas, modificaram completamente o pensamento grego. Sua influência foi tão grande na concepção da arte, que é dêle que partirão os artistas que darão nascimento

à grande época, ao período máximo da escultura e arquitetura gregas.

Outro grande vulto, que não foi discípulo direto de Pitágoras, embora pitagórico, mas que ocupa um dos lugares proeminentes na história do pensamento humano, é Parmênides. Vários outros filósofos apareceram, como Empédocles, Zeno de Eléia, Leucipo, etc.

Em 470, surge em Atenas um homem que teria um papel importantíssimo no pensamento grego, é Sócrates.

A escola de Sócrates era a vida; seus mestres, a pessoa que encontrava na rua, sendo que Atenas era naquela época, o centro do mundo grego.



Sócrates tomando a cicuta

Sócrates desprezava e lutava contra a retórica, que então estava em moda em Atenas. Os mestres de cratória, chamados *sofistas*, cobravam muito caro para ensinar a falar. Das discussões mantidas entre Sócrates e os sofistas, temos notícia nos maravilhosos diálogos de Platão.

Sócrates foi condenado à morte pelo povo ateniense. No ano 399 a. C., então com setenta anos, foi condenado, por acusação de impiedade e corrupção da juventude por ensinar a prática de virtudes que não condiziam com a concepção grega dominante.

Após sua morte, vários dos seus discípulos se especializaram no exercício científico da dialética socrática e, entre os mais notáveis salientou-se Platão.

Platão nasceu em Atenas, de uma família aristocrática. Viajou durante a juventude, mas voltou depois para Atenas, onde fundou sua Escola, a Academia Platônica. Seus escritos ficaram guardados, e chegaram até nós.

Discípulo de Platão e dono de um grande conhecimento, tanto filosófico como científico, foi Aristóteles, que, apesar de ser de raça grega, nasceu em Estagira, pequena cidade localizada ao norte. Estudou vinte anos na Academia de Platão. Mais tarde foi chamado por Filipe para a Macedônia, onde esteve como mestre de Alexandre. Terminada a educação de Alexandre, voltou para Atenas, onde fundou uma escola perto da cidade. Como havia ali um pequeno santuário de Apolo Linceu, a escola tomou o nome de *Liceu*. Aristóteles fez ali construir-se uns pórticos, sob os quais passeava com seus discípulos, sendo por isso chamados de *peri-patoi*, ou peripatéticos, que quer dizer passeadores.

Após a morte de Aristóteles, o Liceu foi dirigido por Teofrasto.

As escolas criadas por Aristóteles e Platão tiveram pouca influência nos últimos séculos da cultura greco-romana. Na época cristã, as ideias dos dois pensadores influenciaram o pensamento dos primeiros Padres da Igreja, mais que as doutrinas epicúrias e estoicas.

Aristóteles influenciou muito, porque os seus livros circularam traduzidos em latim e em árabe; sendo que Platão ficou sendo conhecido através dos filósofos que chamamos neoplatônicos, de Alexandria.

Filipe da Macedônia foi assassinado em Ega, antiga capital do seu reino, no ano 336 a. C. Nesta época, seu filho, Alexandre, acabava de cumprir vinte anos.

Filho de Filipe e Olímpia, foi educado com muito cuidado, pois o pai esperava um futuro brilhante do filho, que parecia ser predisposto pelos deuses. Quando chegou a adolescência, teve como mestre Aristóteles, e durante quatro anos seguiu suas aulas, junto com outros jovens da nobreza macedônica.

Quando Filipe morreu, os domínios legados a Alexandre se reduziam à Macedônia, que nesta época compreendia a maior parte do que hoje é chamado de países balcânicos, e o Épiro, que é a moderna Albânia.

As conquistas de Alexandre começaram nos territórios à volta do seu país, e assim é que, na primavera de 334, já tinha tudo preparado para chegar à Ásia. Deixou como chefe na Macedônia, Antípatro, e atravessou com suas tropas o Dardanelos. Compunha-se o seu exército de 30.000 soldados de infantaria e 5.000 de cavalaria. O primeiro exército a encontrar fôra reunido pelos sátrapas da Ásia Menor para fechar-lhes o caminho. Alexandre venceu o pesado exército persa bem entrincheirado, e tomou conta da capital da Lídia.

Mas as tropas inimigas se preparavam e o esperavam sob as ordens de Dario II, que não queria deixá-lo invadir a Síria. Alexandre desbaratou as tropas persas e venceu-as.

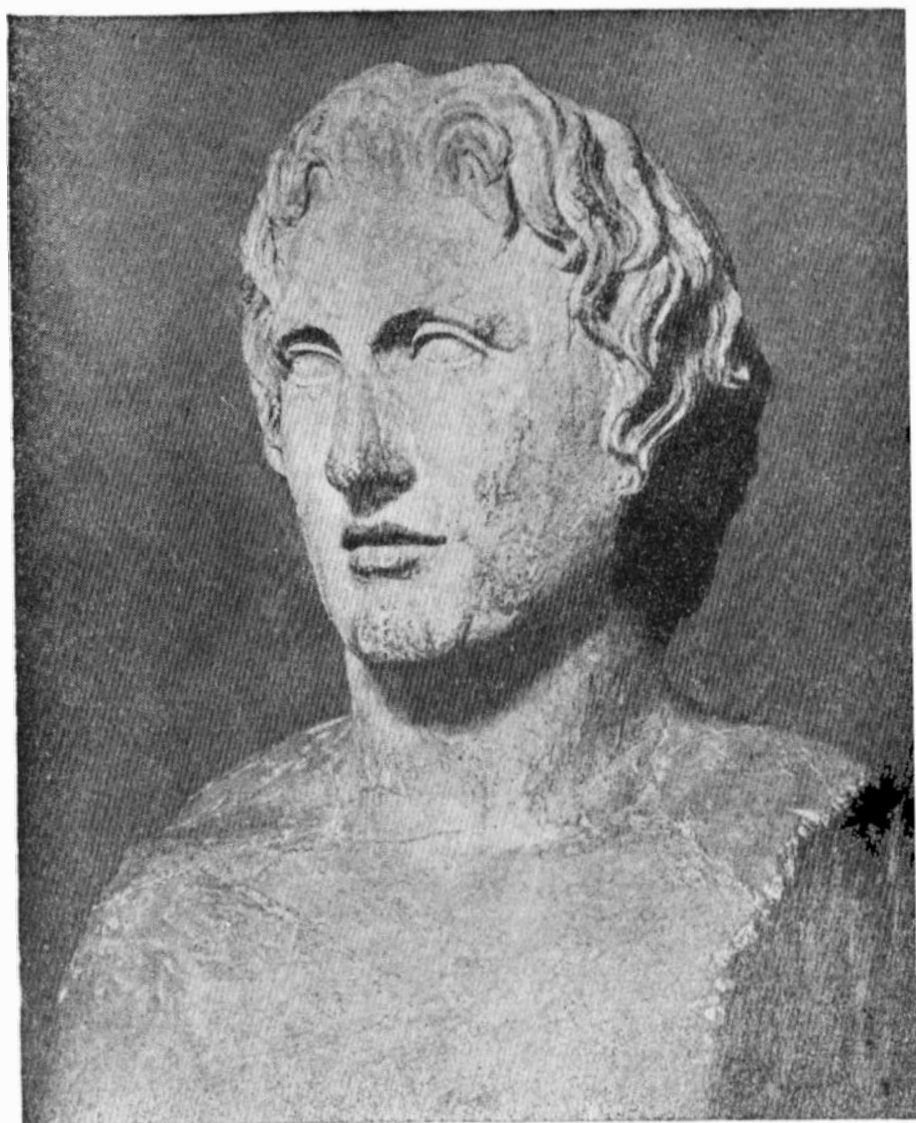
Após esta vitória, Alexandre tomou Tiro, depois o Egito e desde o vale do Nilo avançou até o famoso oásis de Ámon, no deserto, onde os sacerdotes o declararam filho do deus.

Apesar de ter sido divinizado, Alexandre não se deteve muito tempo no Egito. Em julho do ano 331, estava outra vez na Ásia, cruzando o Eufrates. Do outro lado o esperava Dario, desta vez com um exército mais poderoso, onde se mesclavam persas, medos, babilônios, hindus com elefantes, árabes com camelos e escitas a cavalo. Dispunham, ainda, de uma nova arma de combate, que fôra recentemente inventada, uma espécie de carros blindados.

A batalha redundou numa derrota completa para os persas, e Dario fugiu; passado um ano, foi assassinado por um companheiro.

Alexandre apoderou-se do imenso tesouro do Império persa, incendiou o palácio de Xerxes em Persépolis e começou as suas campanhas guerreiras.

Casou-se com Roxana, filha de Dario, que o acompanhou até à Índia.



Alexandre o Grande

No ano 327, Alexandre chegava ao vale do rio Indus, e defrontava-se com um novo e misterioso mundo. Permaneceu um ano naquela região, lutando com tropas guerreiras, apoderando-se de cidades. O intuito de Alexandre era atravessar o vale do Ganges, e chegar até o extremo do mundo habitado pelo leste; mas os soldados pediram que retrocedesse e assim fêz. A viagem de volta foi penosa. Alexandre não durou muito, em junho de 323 morreu, quando se preparava para ir à Arábia (*).

(*) A vida de Alexandre temo-la descrita por Plutarco na «Antologia de Vidas Célebres».

O PERÍODO HELENÍSTICO

Chama-se *período helenístico* aos séculos que medeiam entre a morte de Alexandre em 330, e a conquista romana da Grécia com as províncias do oriente. Foi também chamada de *época dos diádocos*, que quer dizer o mesmo que administradores, porque os generais, companheiros de Alexandre, governaram as diferentes regiões do seu império como administradores, em nome da família de Alexandre, cujos componentes foram eliminados.

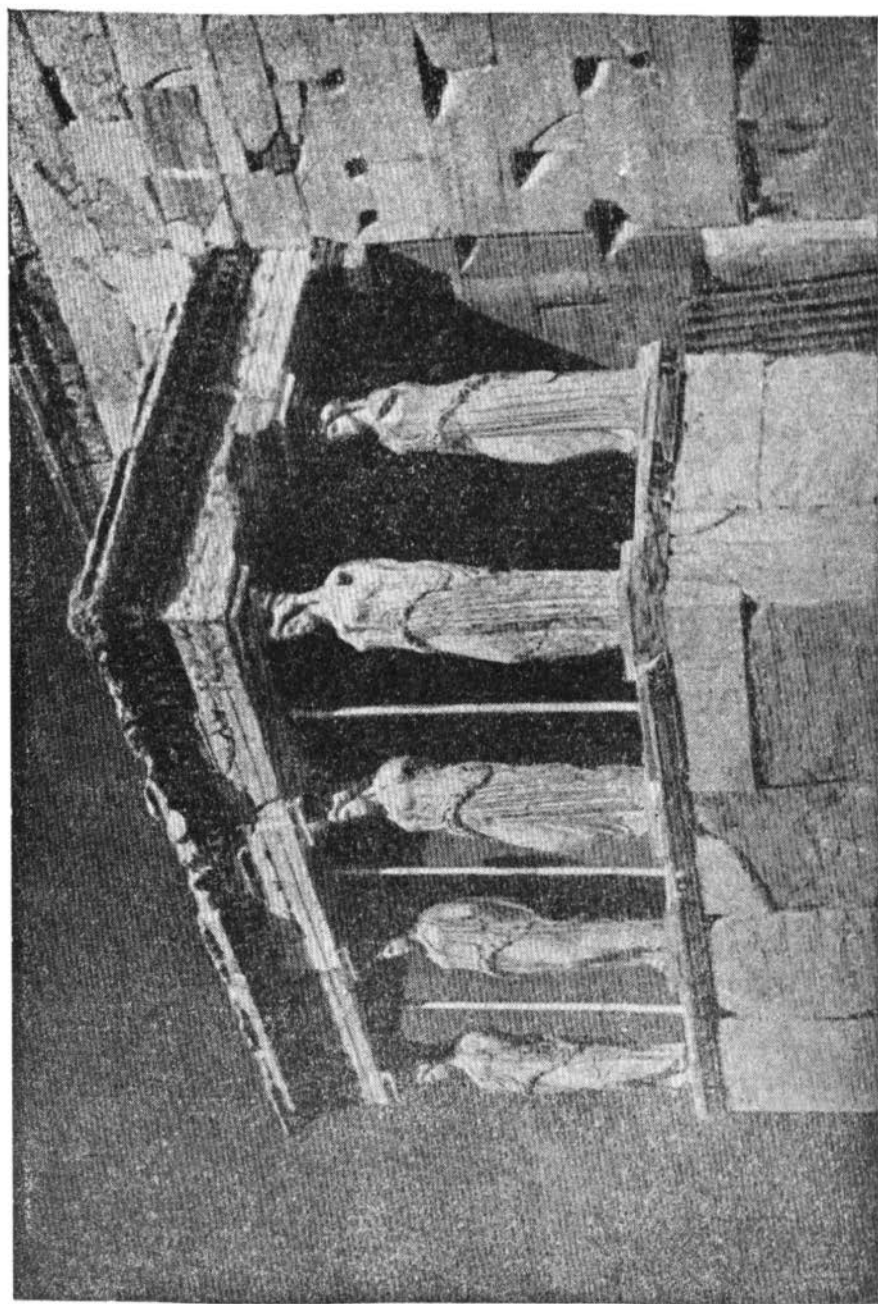
Os diádocos dirigiam os reinos do vasto império legado por Alexandre. Como resultado de suas campanhas, o império de Alexandre ficou dividido em três porções naturais: o reino dos descendentes de Ptolomeu, ou seja o Egito, o reino dos descendentes de Antígono, com Macedônia e Grécia, e o reino dos descendentes de Selêuco, na Ásia. As pequenas nacionalidades desapareceram dentro destas novas conquistas macedônicas, apesar de algumas terem tentado resistir, como a rebelião dos judeus contra Antioco.

Na Grécia, como já se fizera antes, formaram-se ligas entre as cidades para resistir à penetração da Macedônia.

Por esta época, o comércio se fazia muito mais intensamente que antes, devido em grande parte à navegação que se aperfeiçoara e a moeda que corria em abundância.

Por outro lado, os descendentes dos diádocos foram degenerando de tal forma, que foi necessário divinizá-los para justificar a autoridade da qual se achavam possuídos.

As cidades foram desenvolvendo-se. Dia a dia chegavam mais pessoas dos campos, que vinham aumentar a população urbana, ocasionando a formação de grandes metrópoles. Grandes metrópoles, onde a vida cheia de prazeres



O PARTENON DE ATENAS — Fachada do leste

atraía cada vez mais, como Antioquia, Selêucia e Alexandria. Grandes festas, festivais, etc., enchiam os dias dos moradores destas metrópoles.

Os Ptolomeus fizeram grandes esforços para atrair para Alexandria os melhores artistas e homens de ciência. Daí se explicar o carácter de compilação que foi o móvel da formação e engrandecimento da Biblioteca e do Museu de Alexandria.

Museu vem de *Muscion*, ou local das Musas, que é o mesmo que dizer atualmente Academia, Escola ou Universidade. Cada ramo das artes e ciências possuía uma musa por patrona. Apesar do Museu e da Biblioteca de Alexandria serem instituições reais, gozavam em suas funções de uma completa autonomia. Os membros do Museu recebiam um sôldo do monarca. Uma plêiade de artistas e homens dedicados as ciências viveram e se formaram sob o auxílio prestado a estas duas organizações.

Notemos, porém, que em Atenas ainda se mantinham as escolas mais famosas, apesar de todo o incentivo dado pelos monarcas de Alexandria.

Atenas continuou sendo o centro mais importante do pensamento grego durante a época romana. As escolas abertas por Platão e Aristóteles (a Escola Platônica e o Liceu) eram os grandes centros de ensinamento. Outras escolas, também importantes, abriram-se: a estóica e a epicuréia, uma sob a égide de Zeno e a outra de Epicuro.

Enquanto em Atenas as quatro escolas de filosofia, a Academia, o Liceu, o Pórtico (Estóica) e o Jardim (Epicuréia) procuravam encontrar uma fórmula de conduta filosófica, nas cidades helenísticas continuavam-se os estudos no campo das ciências matemáticas, físicas e naturais. Os principais centros eram: Siracusa, Alexandria, Pérgamo, Rodas.

Nas ciências matemáticas, temos o trabalho de Euclides, ateniense de nascimento, mas cuja vida passou-se toda em Alexandria. Outro vulto famoso foi Arquimedes, que viveu em Siracusa. Seguem-se estudiosos da ciência como Erastotes, Hiparco, Ptolomeu e muitos outros.

1

BUDA E O BUDISMO

No século VI a. C., um príncipe ária da tribo dos sá-kias, e mais tarde chamado Buda, pregou uma nova religião.

A vida de Buda merecia ser contada, mas aqui nos prenderemos sòmente a algumas passagens da propagação da sua religião, pois a mesma consta da "Antologia de Vidas Célebres".

Iniciando-se na Índia, tornou-se a religião nacional em Java, Tibete e Cambodge e proliferaram os mosteiros budistas na China, Japão, Coréia e Manchúria. O budismo chegou à China através do Afganistão e da Bactriana.

LAU TSEU E CONFÚCIO

Lau Tseu, quer dizer "o velho filósofo". Sua biografia não está suficientemente documentada, para que se possa tomar como autêntica. Tòda a sua doutrina está conservada no livro chamado o *Tau*, que se traduz por "Caminho" ou "Sentido", mas esta interpretação não é aceita por todos os estudiosos.

Confúcio nasceu no ano 550 a. C. Seus preceitos foram aceitos e propagados em várias regiões, principalmente na China, tornando-se uma religião popular.

